



Camila Guedes Codonho

**“Ser orgânico”: agricultura ecológica e novas ruralidades no
sul de Minas Gerais**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Camila Guedes Codonho

“Ser orgânico”: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão (orientador)

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, para
obtenção do Título de Doutora em Ciências
Sociais.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA CAMILA GUEDES CODONHO , E ORIENTADA PELA PROF.DR.
CARLOS RODRIGUES BRANDÃO.
CPG, 17/06/2013

CAMPINAS
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

C648s Codonho, Camila Guedes, 1983-
“Ser orgânico”: agricultura ecológica e novas
ruralidades no sul de Minas Gerais / Camila Guedes
Codonho. -- Campinas, SP : [s. n.], 2013.

Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia. 2. Sociologia rural – Minas Gerais, Sul.
3. Agricultura orgânica. I. Brandão, Carlos Rodrigues, 1940-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: “Be organic”: ecological agriculture and new ruralities
in the south of Minas Gerais

Palavras-chave em inglês:

Anthropology

Rural sociology – Minas Gerais, Sul

Organic agriculture

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Carlos Rodrigues Brandão [Orientador]

Fernando Antonio Lourenço

Oscar Calávia Saéz

Maria José Teixeira Carneiro

Mohamed Ezz El Din Habib

Data da defesa: 17-06-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



Tese de Doutorado

Camila Guedes Codonho

“Ser orgânico”: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/06/2013.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão (orientador)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Mohamed Ezz El Din Habib

Prof. Dr. Oscar Calavia Saez

Prof^a. Dr^a. Maria José Teixeira Carneiro

Suplentes:

Prof^a. Dr^a. Maria Suely Kofes

Prof^a. Dr^a. Lilian Sagio César

Prof^a. Dr^a. Barbara Maisonnave Arisi

Campinas
Junho de 2013

201319255

*Dedico este trabalho ao meu filho Pedro, nascido
nessas Minas Gerais, nativo que me tornou menos
forasteira*

Agradecimentos

Certa vez um professor me disse que nunca deixava de ler os agradecimentos de um trabalho, pois por si só, este já era uma introdução do mesmo por revelar o texto “fora do texto”.

Com certeza os agradecimentos que tenho a fazer já remontam a trajetória deste trabalho e de todos que contribuíram com ele.

Os primeiros agradecimentos vão aos atores sociais desta pesquisa, aos “neururais”, gente corajosa que abriu mão do que era certo e cômodo para se aventurar em uma área repleta de dificuldades tanto no âmbito da produção e manejo agrícolas, quanto das dificuldades e preconceitos enfrentados em seu círculo social. Embora não cite todos os nomes, saibam que minha admiração e gratidão se estendem a todos.

Na Ecominas, agradeço à Ana Rita Oliveira Nossak, que se tornou uma grande amiga. Mulher guerreira e idealista, que luta pela agricultura orgânica no sul de Minas e é responsável por grande parte das conquistas que estão acontecendo no momento, por nunca ter desistido da associação apesar das inúmeras dificuldades. Também agradeço ao acolhimento do Sr. Dito, sua esposa Lia e filhos Júlio e Júnior, que devido às dificuldades enfrentadas, desistiram temporariamente da agricultura, mas voltaram recentemente ao movimento com entusiasmo. Aos ex-associados José Heli (ex-presidente), Peter, Claudinei, Neguinho e tantos outros que foram valiosas fontes de pesquisa por compartilharem suas experiências.

Na Serras Verdes, agradeço especialmente ao Sidnei, sua esposa Márcia e cunhado José Maria, por abrirem a porta de sua casa, emprestando-a inclusive para meu filhinho Pedro de até então cinco meses poder se acomodar enquanto andávamos pelas roças vizinhas do bairro dos Raposos em Córrego do Bom Jesus, onde pude conhecer os outros produtores da associação. Ao João Sorriso, agradeço os depoimentos emocionados e à disponibilidade e também à Vilma.

Na Orgânicos da Mantiqueira, faço um agradecimento especial à Maristela, administradora da empresa, que me nutriu de detalhadas informações sobre o histórico do grupo e sobre sua situação atual. Ao produtor Tiana, sempre sorridente e com uma piada na ponta da língua sobre toda e qualquer situação, inclusive a respeito dos dilemas de um produtor orgânico e os conflitos entre gente de dentro e de fora. À Denise e Lico, agradeço a troca de informações.

Na APANFÉ, agradeço o acolhimento e ricas informações obtidas, sobretudo, com Silvana, Maria, Joaquim, Dirceu, Cláudio, Zé Ivo e tantos outros produtores. Ao Amarildo, especialmente, agradeço a disponibilidade durante tantos momentos da pesquisa.

No decorrer do trabalho contei ainda com a colaboração de muitas pessoas que mesmo sem serem produtores, nutriram-me de muitas informações como Helinton Moreno Mendonça, Roberto Romaneli Barata e Aloísia Rodrigues Hirata. A todos eles o meu muito obrigada!

No Instituto Federal de Educação do Sul de Minas agradeço mais uma vez à Aloísia, Luiz Carlos Dias da Rocha e Renato Coelho, pelo entusiasmo com a causa da agricultura orgânica na região e apoio incondicional às associações de produtores.

Agradeço aos professores do doutorado que colaboraram com a elaboração deste trabalho através de sugestões ou aulas estimulantes, principalmente à Emília Pietrafesa de Godoi, Suely Kofes e Leila Ferreira. À professora Antonella Maria Imperatriz Tassinari, da Universidade Federal de Santa Catarina, agradeço por ter me iniciado no mundo da pesquisa em Antropologia e por até hoje acompanhar meus passos acadêmicos.

Sou grata também pelas sugestões de Renata Paoliello e Emília na qualificação e pelo aceite do convite dos seguintes professores para a participação na banca: Fernando Antônio Lourenço, Mohamed Ezz El Din Habib, Maria José Teixeira Carneiro e Oscar Calávia Saéz. E também ao Prof. Luiz Carlos Dias da Rocha, que aceitou fazer parte da banca de última hora e me nutriu de críticas e sugestões valiosas. Agradeço ainda as suplentes Lilian Sagio César, Bárbara Maisonnave Arisi e Suely Kofes.

Aos colegas de doutorado Humberto, Neila, Samira e Aline pelos diálogos acadêmicos e momentos de descontração. Admiro muito cada um de vocês e também seus trabalhos.

Ao Reginaldo, secretário do Doutorado em Ciências Sociais, agradeço a eficiência e presteza sempre que necessário.

À amiga Hanna Limulja, pelo apoio mesmo de longe e ajuda na revisão final da tese. À prima Grazielle Guimarães Codonho, pela força com o abstract.

À Nádia Jarouche Aun, agradeço pela parceria dos últimos tempos, que resultou em um artigo conjunto e pela troca de informações de pesquisa.

Ao querido orientador Carlos Rodrigues Brandão, que muito generosamente, apesar de todo ano dizer querer parar de trabalhar para recolher-se em seu sítio Rosa dos Ventos em Pocinhos do Rio Verde, no sul de Minas, aceitou mais uma insistente doutoranda para orientar. Agradeço todos os nossos encontros, trocas de e-mails, sugestões e mais do que tudo, pelo seu exemplo de vida.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) agradeço a concessão da bolsa de doutorado durante quatro anos, sem a qual esta pesquisa não teria sido possível.

À minha família, agradeço o apoio incondicional às minhas escolhas e a torcida constante de meu pai Irésimo Codonho, minha mãe Marina Franco Guedes, meus irmãos Rodrigo Guedes Codonho e Leandro Guedes Codonho, e de minhas cunhadas Gláucia Chaves Brenelli Codonho, Manaíra Dourado de Cardoso Martins Manera, Inayê de Faria Cardoso Bastos e cunhado Leandro Tiago Manera.

A realização de grande parte da pesquisa de campo não seria possível sem a ajuda de minha mãe, Marina Franco Guedes e minha avó, Wanda de Franco Guedes, que amorosamente me acompanharam durante

as viagens e cuidaram de meu filho ainda bebê enquanto eu saía pelas roças da região para realizar as entrevistas, visitas e participar dos eventos promovidos pelas associações. A elas devoto gratidão e admiração.

A Haydée Dourado de Faria Cardoso agradeço a inspiração e interesse que me despertou pelo conhecimento do “povo da roça”. Sou grata, sobretudo, por ter nos dado a oportunidade de viver em um ambiente rural, na Fazenda Califórnia, pedaço de terra que luta com unhas e dentes para manter para os filhos e netos. Valeu a pena o esforço, está valendo!

Ao companheiro de vida e de caminhada, Acaiene Cardoso Bastos Dourado, agradeço a sensatez, o pé no chão, as discussões teóricas sobre o trabalho a partir da visão de um engenheiro agrônomo crítico e mais do que tudo, pela paciência que sempre teve, principalmente nos momentos mais aflitivos, como a finalização de um trabalho acadêmico. Sou grata ainda por dividir a vida comigo e por seguirmos juntos, para qualquer rumo, desde que saibamos que teremos um ao outro por perto.

Por fim, agradeço ao meu filho Pedro, que como já previra meu orientador Carlos Rodrigues Brandão a respeito das doutorandas que engravidam durante a tese, nasceu durante a pesquisa e já aos cinco meses de idade passou a ser meu “assistente de campo”, acompanhando a mãe pelas roças e reuniões, mamando, dormindo, chorando, brincando, engatinhando, andando e balbuciando suas primeiras palavras... A ele, que nos últimos meses foi complacente em aceitar que o acarinhasse no berço com uma mão enquanto a outra estava no notebook. A ele, que se adaptou

rapidamente em ficar longe de mim por um período do dia, na creche, para que eu conseguisse finalizar a tese. A esta linda criança, que com sua singeleza faz com que eu reviva todas as minhas primeiras vezes. Obrigada filho querido, meu mineirinho, por ser o meu maior presente!

Pare com o veneno

*“Eu já sofri por causa do veneno
Um sofrimento de um modo esquisito
Porque o veneno tava me matando
A medicina já tinha me dito
Se eu quisesse durar mais um pouco
E ter saúde boa ou mais ou menos
Que eu me alertasse enquanto era cedo
Fiquei pensando e foi me dando medo
Que abandonei o uso de veneno*

*Se divulgar em todos os programas
Essa mensagem que meu verso trás
É muito bom porque alerta o povo
Do mal tremendo que o veneno faz
Envenena a terra, a planta e as águas
Envenena os rios e também o homem
E a saúde do agricultor
Lá na cidade o consumidor
É puro veneno que ele come*

*Você aí que está sofrendo
Desta maneira triste como estás
Com este forte aborrecimento
Ainda dando suspiros e ais
Se continuar usando veneno*

*Viveres muito eu já sei que não vais
Eu dormi muito e acordei agora
Joguei com raiva o veneno fora
Tô produzindo coisas naturais*

*Faz pouco tempo que eu descobri
O mal tremendo que o veneno faz
Que quanto mais veneno você usa
Mais enriquece as firmas industriais
Se você trocar o veneno pela enxada
Nossa saúde funciona em paz
Faz que nem eu, toma um chá de capricho
Pegue o veneno e jogue no lixo
E diz adeus veneno para nunca mais*

*Eu venho sim aconselhando o povo
De toda a desgraça que o veneno traz
É o veneno sim que tá matando o povo
Enriquecendo indústria e casas funerais
E os que não morrem ficam agonizando
Triste e penando nos hospitais
E é por isto que eu acho importante
É nós se unir daqui por diante
Parar com o veneno e não usar mais”*

(Pare com o veneno, Terra e Campo em Canto)

RESUMO

Este trabalho pretende descrever de que maneira a agricultura orgânica tem congregado cada vez mais pessoas em torno de novas formas de ser e atuar no meio rural, através de variadas motivações. Para tanto, explora-se estudos de caso em associações de produtores orgânicos no sul de Minas Gerais, onde encontramos o que denominaremos de “neururais locais”, ou seja, os que já viviam da produção no campo, mas se “converteram” a um tipo de manejo ecológico e os “neururais forasteiros”, advindos de grandes centros urbanos em busca de um estilo de vida mais harmônico e sustentável em meio à natureza.

As associações selecionadas para a pesquisa encontram-se na Serra da Mantiqueira, na microrregião de Pouso Alegre e são elas: Serras Verdes (município de Córrego do Bom Jesus), Orgânicos da Mantiqueira (município de Gonçalves), APANFÉ- Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé (Maria da Fé) e ECOMINAS- Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas (com sede em Pouso Alegre, congregando produtores de variadas cidades da região).

Como demonstrará o trabalho, são diferenciadas as motivações que levam esses dois tipos de atores sociais a buscarem tais associações, que apesar de se constituírem como *locus* de negociações e disputas de múltiplas visões de mundo, possibilitam a convivência dessas pessoas em torno de objetivos comuns, como os de produzir ecologicamente e viabilizar a comercialização de sua produção de forma justa e sustentável. Para além disso, “ser orgânico” é uma característica que unifica estas diferentes identidades, ganhando destaque em determinados contextos: a do produtor orgânico independentemente de sua origem e classe social.

Palavras-chave: antropologia; sociologia rural; Minas Gerais-sul; agricultura orgânica.

ABSTRACT

This paper intends to describe how the organic agriculture over the years, has been including new producers. Those individuals are motivated to explore new ways to work in the rural life, despite they have many different reasons for doing it. In order to do so, we can analyze the case study in organic producers associations at South of Minas Gerais. There we can find the “neorurais locais (local neorurals)”, which are the individuals that already lived from the work at field, but converted they techniques to the ecological purpose, also the “neorurais forasteiros (foreigner neorurals)”, that arrived from the big urban center areas looking for sustainable and natural lifestyle.

The associations selected to the research are located at Serra da Mantiqueira, in the micro-region of Pouso Alegre city. They are: Serras Verdes (city of Córrego do Bom Jesus), Orgânicos da Mantiqueira (city of Gonçalves), APANFÉ- Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé (Maria da Fé) and ECOMINAS- Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas (located at Pouso Alegre city, but they consolidate producers from several cities at the region).

This paper intends to demonstrate they are many different reasons for each social group to look into the associations, which are far beyond than just a simple business and exchange ideas *locus*. It also enables the two different groups to stand around they common purposes: the ecological production, and to trade their production fairly but yet, sustainable. Moreover, “be organic” is one of the characteristics that unifies those different identities, putting all other contexts aside and giving attention to what really matters: the organic producer, besides their origin and social class.

Key-Words: anthropology; rural-sociology; Minas Gerais, South; organic agriculture.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAOF	Associação Agroecológica de Ouro Fino
ABD	Associação Biodinâmica
ANC	Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região
AOPA	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
APANFÉ	Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé
APP	Área de Preservação Permanente
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPFAM	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DAR	Deutsche Akreditation Rat
ECOMINAS	Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas
EM	Efficients Microorganisms

EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FLV	Frutas, legumes e verduras
IBD	Instituto Biodinâmico
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movement
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação do Sul de Minas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEI	Microempreendedor Individual
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não Governamental
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD-IBGE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIF	Sistema de Inspeção Federal
SIM	Sistema de Vigilância Sanitária Municipal
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG	Sistemas Participativos de Garantia
SUASA	Sistema Único de Vigilância Sanitária

LISTA DE FOTOS, FIGURAS E TABELAS

Foto 1: placa de identificação de origem dos produtos da feira.....	147
Foto 2: feira de produtos orgânicos e regionais que ocorre aos sábados em Gonçalves – MG	148
Foto 3: “Galinheiro tailandês móvel”, método em que as galinhas pastam, revolvem e adubam a terra, preparando-a para o plantio (Propriedade: Tiana).....	148
Foto 4: o produtor Tiana em sua estufa de tomates orgânicos	149
Foto 5: Zé Maria (esq.) e Sidnei (dir.) mostrando a compostagem. Ao fundo, lavoura de inhame e milho.....	151
Foto 6: Zé Maria, Sidnei e João Sorriso exibindo os morangos orgânicos já embalados por eles produzidos	152
Foto 7: Sidnei e Joaquim em lavoura de batata orgânica. Ao fundo, araucárias típicas da região	152
Foto 8: Produtor Amarildo em sua lavoura de abóbora. Atrás, a mata ciliar preservada e mais acima, outras lavouras	154
Foto 9: Área separada de pousio na lavoura do Sr. Zé Ivo. Ao lado, a estufa onde são produzidas as mudas de cultivares orgânicos	155
Foto 10 Sr. Zé Ivo em sua lavoura no alto das montanhas de Maria da Fé.....	155

Foto 11: mural com algumas propriedades e produtores da ECOMINAS visitados pelo IBD em junho de 2010	159
Figura 1: gradiente de pertencimento ao local	94
Figura 2: mapa com a localização da Serra Mantiqueira, no sul do estado de Minas Gerais	142
Figura 3: selo utilizado para a identificação do produto orgânico. Note-se que o mesmo selo é usado tanto na certificação participativa quanto por auditoria, tendo a mesma validade para fins de comercialização	215
Figura 4: processo de certificação participativo.....	218
Figura 5: diferenças entre as certificações por auditoria e participativa	220
Tabela 1: princípios básicos e particularidades dos principais movimentos que originaram os métodos orgânicos de produção	121
Tabela 2: estabelecimentos orgânicos em Minas Gerais	135

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	31
Estrutura da Tese	31
INTRODUÇÃO	37
A escolha do tema	37
Conceitos e critérios utilizados para o recorte temático	40
Abordagem metodológica	49
Para começo de conversa: os atores sociais da pesquisa em narrativa	61

PARTE I: REFLEXÕES ACERCA DE NOVAS RURALIDADES E ECOLOGIA

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES ESTRUTURAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE LOCAIS E FORASTEIROS: A IDENTIDADE DADA PELA ALTERIDADE	89
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO 2: NOVAS RURALIDADES E A QUESTÃO AMBIENTAL	99
2.1. A emergência de uma “nova ruralidade” relacionada às atuais problemáticas ambientais	99

2.2. Da Revolução Verde às novas práticas agrícolas conservacionistas: a reconfiguração dos conceitos ligados à produção no campo	113
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 3: DEFINIÇÕES PRELIMINARES SOBRE AGRICULTURA ORGÂNICA E SUAS MÚLTIPLAS VERTENTES

119

3.1. Alguns tipos de agricultura orgânica	119
-------------------------------------------------	-----

3.2. A certificação como estratégia de credibilidade	126
------------------------------------------------------------	-----

PARTE II: AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS

CAPÍTULO 4: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS

135

4.1. O início: a importante atuação da ONG Sapucaí	135
------------------------------------------------------------	-----

4.2. Perfil das associações estudadas	141
---------------------------------------------	-----

4.3. Motivações, conflitos e múltiplas inteligibilidades: a visão de sul mineiros e forasteiros sobre a produção sustentável no campo	160
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.4. A região do sul de Minas: características agrícolas e conflitos ideológicos entre neorurais locais e forasteiros no âmbito das associações e fora delas.....	172
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.5. Fatores que influenciam na coesão das associações	181
--------------------------------------------------------------	-----

4.6. Intercâmbios entre associações	184
-------------------------------------------	-----

PARTE III: AS CONTROVÉRSIAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA

CAPÍTULO 5: AS CONTROVÉRSIAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	195
----------------------------------------------------------------------------------------	-----

5.1. Teorias de modernização reflexiva x ecológica	195
----------------------------------------------------------	-----

5.2. Postura das associações diante dos impasses mercadológicos	198
-----------------------------------------------------------------------	-----

5.3. Novas políticas públicas para novos atores sociais	207
---------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 6: TRANSIÇÃO ENTRE INSPEÇÃO POR CERTIFICADORAS E CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA: A LEGISLAÇÃO ATUAL DE ORGÂNICOS NO BRASIL	213
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

6.1. Modalidades de certificação	213
----------------------------------------	-----

6.2. A instauração do processo participativo de certificação no sul de Minas	221
---------------------------------------------------------------------------------------	-----

6.3. Potencialidades e possíveis riscos da Central de Associações Orgânicos Sul de Minas	223
---------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..	233
ANEXOS ..	243
- Estatuto Social da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas ..	245
- Edital nº 011 /2013, que dispõe sobre o apoio a projetos de extensão em interface com a pesquisa em agroecologia e agricultura orgânica, IFSULDEMINAS.....	269

APRESENTAÇÃO¹

Estrutura da tese

Este trabalho está dividido em três partes e seis capítulos.

A Parte I denominada “*Reflexões acerca de novas ruralidades e ecologia*” pretende fazer uma revisão bibliográfica do que a Antropologia e a Sociologia que pensam o mundo rural têm chamado de “novas ruralidades”. Este fenômeno é normalmente caracterizado por um êxodo inverso, que ocorre das grandes cidades para o campo, local onde pessoas geralmente com graus escolares de educação e uma visão em geral crítica a respeito da sociedade moderna e industrializada vão em busca de um contato mais íntimo com a natureza, um estilo de vida mais natural e sustentável, associado a um ritmo de vida menos desgastante e acelerado.

¹ Por ocasião da defesa desta tese, realizada no dia 17 de junho de 2013, foram sugeridas pela banca algumas alterações, sobretudo no que diz respeito à discussão dos termos “agricultura orgânica” e “agroecologia”, o primeiro mais ligado a uma simples substituição de insumos químicos por orgânicos e a segunda mais holística. Outras reflexões ainda foram propostas, como uma incursão mais detalhada sobre as trajetórias e estratégias fundiárias adotadas pelas populações estudadas, o uso mais problematizado dos termos ligados à agricultura, visto seu caráter ideológico (como por exemplo, o uso da palavra insumos ao invés de agrotóxicos) e um maior detalhamento, uma “descrição mais densa” e etnográfica dos atores sociais inseridos no trabalho. Devo, portanto, informar ao leitor que algumas modificações já foram realizadas no âmbito desta versão final, entretanto, a maior parte delas será incorporada em trabalhos, artigos e pesquisas posteriores que se sucederão a esta tese.

Nos ambientes rurais, por sua vez, essas novas ruralidades expressam-se através de uma adesão crescente de agricultores originários desses locais a um tipo de manejo sustentável, que viabilize suas produções agrícolas e pecuárias tanto em um nível econômico quanto no que diz respeito à busca de alternativas que promovam a saúde do solo, plantas, animais e de sua família. Grande parte destes produtores era praticante da agropecuária convencional, experiência que com o tempo foi se mostrando inconciliável com sua expectativa de viver da terra de forma saudável e duradoura, vista a degradação do ambiente natural e social promovida pela aplicação dos insumos deste tipo de agricultura.

Entretanto, a busca por um manejo sustentável e o apelo ecológico que motiva essas novas ruralidades não se dá sem o encontro de pelo menos dois tipos de atores sociais, que neste trabalho estamos chamando de “neururais locais”, ou seja, os que são originários da zona rural e os “neururais forasteiros”, que migram das grandes cidades para o campo. Desta forma, no Capítulo 1 procuro demonstrar que esta relação entre pessoas de “dentro” e de “fora” é uma temática há muito tempo conhecida e trabalhada nas Ciências Sociais e apesar das diferentes nuances e graus com que esta dicotomia é tratada nos variados grupos sociais, na maior parte das vezes, a conclusão a que se chega é a de que a alteridade, apesar de temida e muitas vezes evitada, se bem manejada e em determinados contextos, mostra-se imprescindível para a sobrevivência social dos

agrupamentos humanos, sejam eles fixos ou provisórios, o que Mayer (1987) chamou de “quase-grupos”.

No capítulo 2, por sua vez dividido em dois itens, relaciono diretamente ao apelo ambiental a eclosão dessas novas ruralidades, que não são motivadas por ciclos econômicos, mas pela busca de uma qualidade de vida pautada na percepção dos riscos ambientais trazidos pela modernidade (ILICH, 1976; DUPUY, 1980; GIDDENS, 1991; BECK, 1998; FERREIRA, 2009). Corroborando com esta ideia, serão apresentados alguns trabalhos que versam sobre este movimento de ressignificação do espaço rural e do manejo produtivo a partir de uma reflexão mais geral sobre o meio ambiente (VIOLA, 1987; THOMAS, 1988; KAYSER, 1990; GRAZIANO, 1996; WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 1999, 2008; PORTO & SOUZA, 2011), e também a partir de estudos de caso, como os apresentados nos trabalhos de Giuliani (1990), Karam (2002) e Aun (2011). Neste contexto, enfatizo de que forma a ideologia da Revolução Verde, alicerçada na aplicação de insumos sintéticos na agricultura, substituição de mão de obra humana por maquinário e busca incessante por maior produtividade e lucratividade no campo, passou a ser questionada e até mesmo combatida por movimentos ambientalistas de base e conferências mundiais, como a Eco-92, que passaram a pregar o jargão do “desenvolvimento sustentável”.

No capítulo 3, realizo uma breve descrição dos diferentes tipos de agricultura orgânica, apontando suas origens, diferenças e pontos de convergência. Assinalo ainda a predileção dos grupos aqui estudados por um

tipo ou outro de prática orgânica de produção bem como as possíveis combinações entre elas. Mais a frente, discuto a questão da certificação dos produtos orgânicos como estratégia de credibilidade e marketing (BULHÕES, 2001), sobre as diferentes modalidades de certificação no Brasil e também a respeito do posicionamento de ONGs, empresas e produtores sobre cada uma delas.

A segunda parte desta tese que dá origem ao Capítulo 4 apresenta as quatro associações de produtores rurais orgânicos que constituem o foco deste trabalho a partir do histórico de suas formações na região do sul de Minas, muitas vezes motivadas pela atuação da “ONG Sapucaí”. Para tanto, descrevo o perfil dos associados que as compõem e os tipos de produção, certificação e comercialização adotados por cada uma delas.

Mais adiante, exploro os pontos de divergência no que tange às concepções que envolvem o manejo ambiental por parte de locais e forasteiros, os conflitos que surgem dessas diferentes concepções de mundo e que inclusive influenciam no grau de organização e coesão das associações, que cada vez mais se articulam em redes mais amplas de trocas de informação e tentativas de comercialização conjunta, como é o caso da “Central de Associações Orgânicos Sul de Minas”, formada na região no final de 2012 com o objetivo de congregar esses grupos da região em parceria com o IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação, Ciências

e Tecnologia do Sul de Minas Gerais) e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais).

Finalmente, na terceira e última parte do trabalho, proponho-me a discutir as controvérsias de uma agricultura orgânica e sustentável em um mundo capitalista e globalizado. Para tanto, no capítulo 5 apresento algumas correntes teóricas que pensam esta ambiguidade a partir de uma “modernização reflexiva” (GIDDENS, 1991; BECK, 1998) e de uma “modernização ecológica” (PAEHLKE, 1989; FERREIRA, 2009;). A postura das associações diante de tais impasses, sobretudo na área da comercialização de produtos orgânicos também será exposta, bem como as dificuldades de aplicação das políticas públicas para estes novos atores sociais, que muitas vezes atuam na produção ecológica de forma pluriativa (CARNEIRO, 1999), sendo, portanto, excluídos de linhas de financiamento subsidiadas pelo governo.

Por fim, no Capítulo 6 apresento de forma detalhada as novas modalidades de certificação orgânica no Brasil que têm afetado diretamente a organização das associações de produtores, motivando sua agregação a grupos maiores para viabilizar a produção, certificação e comercialização conjuntas. Neste sentido, será relatado como tem se dado este processo no sul de Minas, a partir da recente criação de uma Central de Associações e por meio de alguns depoimentos, pretendo demonstrar as potencialidades e os possíveis riscos desta forma mais ampla de associativismo.

Desta maneira, procurei compreender as concepções de mundo, motivações e práticas sociais que levam pessoas de origens tão diversas a buscar na produção agrícola ecológica ou orgânica uma forma de vida. Estão presentes neste encontro entre neorurais locais e forasteiros, além dos conflitos, novas conquistas que surgem da união entre saberes e práticas diversos. No sul de Minas, o movimento da agricultura orgânica é crescente e poderá contribuir muito em um âmbito nacional e internacional no que tange não apenas ao manejo, mas às novas formas de associativismo.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema

A pesquisa que será aqui apresentada iniciou-se formalmente no ano de 2009, com meu ingresso no doutorado em Ciências Sociais na UNICAMP, entretanto, já em 2006 alguns aspectos já foram se delineando.

Antes de tudo, é importante mencionar o meu envolvimento com este trabalho não apenas como pesquisadora, cuja “neutralidade axiológica”, já almejada por Max Weber (2000 [1973]) tenta ser alcançada, mas também como uma das agentes sociais que estão no foco do mesmo. Isto porque a temática aqui trabalhada chamou minha atenção quando passei a residir na cidade sul mineira de Santa Rita do Sapucaí, no bairro rural “Albertão de Baixo” ou “Abertão de Baixo”². Na ocasião, redigia minha dissertação de mestrado a respeito da infância de uma população indígena do Amapá, os Galibi-Marworno. Em meio a algumas conversas, pude notar muitas semelhanças entre o grupo que estava estudando e os locais no que diz respeito, sobretudo, à cosmologia e tabus relacionados à concepção, gestação, parto e cuidados com as crianças. Foi a partir de então que passei

²Essas duas grafias são utilizadas para referenciar este bairro. Existem duas versões para esses dois nomes: a primeira refere-se a um homem alto e grande chamado Alberto, que na época “dos antigos” era quem resolvia os conflitos no bairro, apaziguando-os e intermediando as relações entre os moradores com o delegado local. A segunda diz respeito à geografia do bairro, um vale aberto no meio das montanhas circundantes, daí a denominação “abertão de baixo” (um pouco mais à frente existe também o “abertão de cima”, que é o bairro vizinho).

a me interessar pelas visões de mundo daquelas pessoas que me circundavam.

Um pouco adiante, já iniciando junto com meu marido algumas atividades rurais, os conhecimentos tradicionais desta população rural tornaram-se importantes pontos de referência para guiar a lavoura e o trato com os animais, o que gerou a vontade de iniciar uma pesquisa a respeito. Assim, o projeto apresentado para o ingresso no doutorado tratava dos etnoconhecimentos dessas populações rurais, porém, com o desenvolvimento do mesmo e o meu posterior envolvimento com agricultura orgânica, o tema foi se modificando até chegar ao que é hoje: as relações entre neorurais locais e forasteiros em torno da prática da agricultura orgânica na região. Embora se tratando de algo mais abrangente, este novo tema não excluiu o meu interesse inicial a respeito dos saberes tradicionais dessas populações, assunto recorrente nesta pesquisa, e que foi estendido a outros grupos rurais que não apenas os do meu bairro, mais especificamente os agricultores locais das associações de produtores orgânicos.

Sendo eu, portanto, uma pesquisadora e também agente social desta pesquisa, uma vez que me enquadro na classificação de “neorural forasteira”, procuro ter cautela e seguir à risca a prescrição antropológica de “tornar o familiar em exótico e o exótico em familiar”, distanciando-me o suficiente para a realização de uma análise um pouco mais isenta. Para tanto, inspiro-me em Gilberto Velho (1973) ao estudar um edifício em

Copacabana em que foi morador durante 18 anos, trabalho em que o autor desenvolve o conceito de uma antropologia do “nós”, e não pura e simplesmente “dos outros”.

No decorrer da pesquisa, o envolvimento com as associações foi inevitável, a ponto de além de tornar-me associada de uma delas, a ECOMINAS, engajar-me na implantação de um OPAC (Organismo Participativo de Certificação) para o sul de Minas, assunto que será melhor discutido no Capítulo 6. Por mais que na área das Ciências Sociais seja comum o pesquisador engajar-se politicamente com seu campo de estudo, e isto não foi diferente no meu caso, sempre procurei manter-me longe dos cargos de diretoria para que minhas ações não influenciassem tanto no andamento das decisões.

Como já postulam autores como Max Weber (2000 [1973]) e Pierre Bourdieu (2001), a escolha de um tema de pesquisa nunca é neutra, e sempre traz consigo uma identificação do pesquisador com o fato social em questão, além das variadas interpretações possíveis de acordo com os juízos de valor de quem o analisa. Segundo Weber (2000 [1973]):

Não existe qualquer análise científica puramente ‘objetiva’ da vida cultural, ou (...) dos ‘fenômenos sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa (:87).

O *habitus*³ do pesquisador, de acordo com Bourdieu (2001) condiciona a seleção do campo de pesquisa. Para tanto, devemos proceder a uma autocrítica com o objetivo de elucidar tais predisposições à parcialidade para então realizarmos uma análise mais isenta da realidade, embora isto não seja possível de se alcançar em sua totalidade.

Conceitos e critérios utilizados para o recorte temático

Neorurais locais e forasteiros⁴

Inicialmente, o tema proposto era o de verificar as percepções e relações das populações sul mineiras a respeito do meio ambiente, sobretudo a partir de novos movimentos de agricultura orgânica. Entretanto, ao analisar as associações que congregam os agricultores ecológicos da região, percebeu-se uma intensa participação de “neorurais” advindos,

³ Para uma definição mais detalhada de *habitus*, ver página 185. Por ora, pode-se definir *habitus* como estruturas estruturantes que condicionam os modos de perceber e agir dos indivíduos nos campos sociais.

⁴ De acordo com a nova ortografia da Língua Portuguesa, o termo que aqui escrevo como “neorural” ou “neorurais” grafa-se da seguinte maneira: “neorrural” ou “neorrurais”. Por questões estéticas, opta-se neste trabalho pela primeira opção, entretanto, esta não é uma expressão escrita de forma unânime, portanto, nas citações de outros autores em que o termo aparece grafado de outras maneiras, como “neo-rural” com hífen, optou-se por manter a expressão semelhante ao original.

sobretudo, de grandes centros urbanos, até então não possuidores de uma vivência no campo.

Desta forma, apesar de não desconsiderar o primeiro tema proposto, este passa a ser uma preocupação secundária que subsidiará a compreensão do processo como um todo, qual seja, as motivações, percepções e relações que os neorurais estabelecem com o meio ambiente e com seus pares através dos processos de organização das associações, produção e comercialização que envolvem técnicas agrícolas ecológicas.

Neste trabalho, considera-se como “neorural”, termo já utilizado por diversos autores como Kayser (1990), Carneiro (2008), Giuliani (1990), Brandeburg (2005), Wanderley (2000) e outros, tanto as pessoas não originárias da zona rural que optaram por este novo estilo de vida quanto pessoas originárias do campo que, de certa forma, se converteram ao manejo orgânico de produção, diferenciando-se desta maneira do tipo de ruralidade predominante na região, praticante da agricultura convencional, dependente de insumos químicos externos e maquinário.

Assim, dando um passo a frente nas classificações dos autores anteriormente citados que trabalharam com esta temática classificando como “neorurais” apenas os citadinos que migram para o campo, denominaremos os atores sociais desta pesquisa como “neorurais locais” e “neorurais forasteiros” (CODONHO, 2011), que embora possuam históricos diferenciados, têm em comum o fato de romper com seus estilos de vida

anteriores para iniciar uma nova experiência econômica e social relacionada à produção ecológica no campo⁵.

Tal denominação a princípio dicotômica, “os locais e os forasteiros”, não pretende criar estereótipos cristalizados, afinal, reconhece-se aqui a complexidade dos indivíduos inseridos nestas relações sociais, entretanto, opta-se metodologicamente por se trabalhar, à maneira de Max Weber (2000 [1973]), com “tipos ideais”. De acordo com o autor:

Se queremos tentar uma definição genética do conteúdo do conceito, apenas resta a forma do tipo ideal (...) Trata-se de um quadro de pensamento, e *não* da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de *exemplar*. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é *comparada*. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa *imaginação*, formada e orientada segundo a realidade, *julga* adequadas ([1924] 2000: 109).

Como observa Gusmão (1968) a respeito da metodologia tipológica de Weber, “o ‘tipo ideal puro’ é abstração, construída pela ciência, tendo por base fatos individuais que ocorrem na realidade social, levando em conta seus caracteres fundamentais, tornados típicos pela generalização” (: 108).

Desta forma, esta espécie de “arquétipo social” não é homogêneo, previsível e nem tampouco coerente. Embora possua certas características constantes, trata-se muito mais da apreensão momentânea do pesquisador,

⁵ Cabe aqui ressaltar que estes termos são apenas analíticos e visam dar conta de situações mais generalizantes. No campo desta pesquisa, entretanto, os locais costumam chamar os forasteiros de “pessoal de fora” ou “paulista” (mais comum) ou outra denominação de origem como “baiano”, “carioca”, e os forasteiros costumam chamar os locais de “gente daqui” ou “pessoal daqui” ou ainda, “mineiros”.

que se vale de estereótipos para dar conta de explicar os fatos sociais. Como afirma Bourdieu (1974), as estruturas sociais que condicionam as ações dos indivíduos são flexíveis e mutáveis, visto o processo histórico a que estão submetidas, entretanto, nunca deixam de ser estruturantes e coercitivas, condicionando formas de conceber e agir no mundo, que de certa forma diferenciam as pessoas e os campos sociais em que atuam.

Assim, apesar de se reconhecer tipologias na caracterização dos atores sociais, sabe-se que embora estruturais, por determinarem modos de agir e pensar dos indivíduos, estas são passíveis de modificações com o passar do tempo e não são homogêneas, visto que cada indivíduo traz consigo históricos próprios de vida que os diferencia uns dos outros.

Desta forma, nosso “neorural local”, embora conserve algumas características associadas ao homem do campo “tradicional”, como a manutenção de ritos ligados à lavoura e à religiosidade, já não pode mais ser visto como o típico “caipira” de Antônio Cândido⁶ (1975), provido de uma “cultura rústica”, isolado em seu bairro rural buscando no mundo exterior apenas o suficiente para sua sobrevivência, mesmo porque, a própria opção por praticar uma agricultura de base ecológica, diferente em alguns aspectos da praticada por seus familiares e vizinhos, já exclui de seu perfil o homem tímido, ligado apenas à família e à sua localidade.

⁶ Mesmo porque, embora muito importante para as análises de sua época, a construção realizada por Cândido de um esteriótipo caipira estático, isolado e rústico já foi contestada pelas discussões sócio-antropológicas que o sucederam.

Embora se prefira permanecer no campo em detrimento de sair para a cidade e ter que se preocupar com a comercialização de seus produtos, a opção pela agricultura orgânica traz por si só um aumento em suas redes de relações, como já aponta o estudo de Leal (2010), a respeito da conversão de agricultores do Rio da Prata, no município do Rio de Janeiro. Ao comentar sobre as atividades promovidas por técnicos de uma ONG que estavam auxiliando na adesão desses agricultores às práticas orgânicas de produção, como visitas em propriedades modelo e cursos de capacitação, realizados muitas vezes em outras cidades e até mesmo estados, tais produtores, que em sua maioria nunca haviam ido nem ao centro do Rio de Janeiro, apesar de morarem a apenas 50 quilômetros deste ponto da cidade, viram-se obrigados a ampliar suas redes relacionais. Desta forma,

[...] a ampliação do universo de relações é parte fundamental no processo de constituição do agricultor orgânico, funcionando como forma de capacitação dos agricultores, que devem incorporar novos saberes para se adequarem a uma nova maneira de produção agrícola (: 81).

E ainda:

O processo de adequação pelo qual eles estão passando, possibilitado pela adesão relativa ao modo de produzir “orgânico”, pressupõe a inserção em nova forma de se relacionar com a natureza, com a sociedade e consigo mesmos, assim como uma nova forma de comercializar os produtos agrícolas (: 82).

Da mesma forma, nosso “neurural forasteiro”, não possui um perfil único. Embora suas motivações de aderirem a uma nova vida no campo sejam semelhantes, a forma como o fazem e interagem podem ser

diferenciadas, constituindo-se assim múltiplas versões de uma mesma categoria social, como veremos mais adiante.

Agricultura Orgânica e/ou Ecológica x Agricultura Convencional

Como este não é um trabalho que se propõe a discutir a fundo as diferentes correntes da agricultura orgânica, mas apenas situá-las no contexto no qual se inserem os atores sociais deste trabalho, tomaremos como base a consideração de Nádia Aun (2012), que em sua pesquisa entre um grupo de agricultores de Gonçalves-MG, define a agricultura orgânica como um modelo alternativo ao proposto pela Revolução Verde, cuja principal marca é o respeito ao ambiente natural e à produção de alimentos sem agroquímicos (:44), sendo este um critério básico. Além disso, como veremos com mais detalhes no quadro analítico pautado por Darlot (2004)⁷, muitas outras correntes de agricultura orgânica derivam deste critério, com especificidades próprias e algumas semelhanças. Desta forma, mesmo reconhecendo as diferenças no interior de cada associação estudada, usaremos o termo “agricultura orgânica” sempre para nos referirmos a uma prática alternativa de produção que exclui os insumos químicos externos à propriedade rural ou os substitui por outros de origem orgânica, mesmo que sejam adquiridos em comércio específico. Mais do que isto, também

⁷ Consultar tabela 1 na página 119.

reconheceremos que este tipo de agricultura respeita a legislação ambiental no que tange às reservas florestais, conservação de áreas de preservação permanente, como margens de rios, nascentes de água e cabeceiras de morro, dentre outras atitudes preservacionistas pautadas pela lei.

Outra observação a respeito dos termos é a de que “agricultura orgânica” está muito mais relacionada à institucionalização da certificação por parte de órgãos credenciados pelo Ministério da Agricultura, aparecendo sempre em contextos mais institucionais ao passo que “agricultura ecológica” é um termo mais informal, nem sempre ligado a uma certificação, uma vez que todo agricultor orgânico é ecológico, mas nem todo agricultor ecológico é necessariamente orgânico, ao menos no que tange à certificação de seus produtos. Um exemplo disto são os produtores que mesmo não sendo certificados, não fazem uso de agroquímicos ou se o fazem, utilizam com parcimônia, respeitam a legislação ambiental e têm uma postura de defesa do meio ambiente frente à sociedade que o rodeia. Muitas vezes, são agricultores familiares que percebem os riscos ambientais e procuram mudar suas práticas no dia a dia, mesmo não se relacionando com nenhum tipo de movimento de agricultura orgânica.

Já a agricultura convencional é a prática agrícola que vem sendo contestada pela orgânica, pois a partir de uma intenção imediatista, que apenas visa o aumento da produtividade e do lucro, faz uso indiscriminado de técnicas e insumos químicos prejudiciais à saúde humana e ao equilíbrio

ambiental. “Ser convencional” neste caso é o oposto de “ser orgânico”, e traz consigo, ao menos no contexto deste trabalho, todo um ideário que deve ser combatido ou no mínimo, substituído aos poucos pelas práticas sustentáveis de produção e consumo.

A escolha das associações

Com o objetivo de melhor delimitar o tema do trabalho, embora tendo conhecimento de cerca de onze associações de produtores orgânicos no sul de Minas Gerais⁸, optou-se por trabalhar com quatro grupos situados na microrregião de Pouso Alegre, quais sejam: APANFÉ (Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé) em Maria da Fé, ECOMINAS (Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas) com sede em Pouso Alegre, congregando agricultores de toda a região, Orgânicos da Mantiqueira, localizada no município de Gonçalves e, Associação Serras Verdes, na cidade de Córrego do Bom Jesus.

Um dos critérios utilizados neste recorte temático justifica-se pelo fato das associações eleitas para a pesquisa estabelecerem uma relação direta

⁸ Além das trabalhadas nesta pesquisa temos ainda a COOPFAM (Poço Fundo), APOMM (São Lourenço), ABAL (Brasópolis), Serras de Santana (Sapucai Mirim), Serras Altas da Mantiqueira (Gonçalves), AAOF (Ouro Fino) e APODEM (Delfim Moreira). Tais dados foram obtidos a partir de um levantamento feito por técnicos da Emater- Pouso Alegre e IFSUL, interessados em apoiar a causa na região.

com o mercado consumidor interno. Foi percebido que uma relação mais ou menos próxima com o mercado consumidor gera diferentes relações afetivas e ideológicas⁹ do agricultor com a sua produção, já que o *feed back* em relação ao seu produto é praticamente imediato, além de promover variadas interações no âmbito das associações de produtores.

O segundo critério eleito foi o de agrupar as associações de produtores orgânicos nos limites da microrregião de Pouso Alegre, por apresentarem semelhanças no que tange às condições geográficas, climáticas e logísticas no que diz respeito ao escoamento da produção. A escolha de quatro delas, e não apenas uma, ou todas, foi feita com a intenção de realizar um contraponto comparativo. Estudar só uma poderia restringir o trabalho, limitando a compreensão de redes de relações mais complexas. Por outro lado, abordar todas elas poderia ser superficial, não permitindo que me aprofundasse nas práticas e motivações singulares dos produtores envolvidos no processo. Portanto, optou-se por um “meio termo”, que desse conta tanto das especificidades quanto das relações mais amplas entre as próprias associações, instituições externas e redes de comercialização.

A APANFÉ e Orgânicos da Mantiqueira são associações já existentes há onze anos, portanto, seus canais de comercialização se encontram em

⁹ Ao longo deste trabalho, o termo ideologia estará relacionado às visões de mundo ligadas às formas de vida dos atores sociais aqui descritos. Não se tratará, portanto, do mesmo sentido atribuído por Karl Marx, em que o conceito relaciona-se à alienação e mascaramento da realidade, uma espécie de “falsa consciência” (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1974).

estágio mais avançado, embora estejam passando por reformulações, como veremos mais adiante.

A Associação Serras Verdes possui oficialmente oito anos, já que passou a existir a partir da dissociação da Orgânicos da Mantiqueira, esta última constituída legalmente como empresa. No entanto, a experiência de seus membros com a agricultura orgânica data de treze anos, já que anteriormente faziam parte da empresa acima citada. Assim como nas outras associações, sua produção é escoada conjuntamente.

A ECOMINAS por sua vez foi fundada há onze anos e conta com produtores espalhados por diferentes cidades da região, não tendo ainda viabilizado nenhuma venda conjunta. Cada produtor, por enquanto, faz a comercialização de seus produtos individualmente, processo que tende a se modificar de acordo com as aspirações do grupo.

Verificar como se dão as relações destes produtores orgânicos com o meio ambiente por meio da percepção da crise ambiental global, adoção de técnicas agrícolas orgânicas e suas motivações e maneiras de lidar uns com os outros, sobretudo na interação que envolve os neorurais locais e forasteiros no âmbito das associações é o foco deste trabalho.

Abordagem Metodológica

Mais de uma metodologia tem sido empregada para a realização deste trabalho, no entanto, cabe aqui ressaltar que qualquer uma delas encontra-se envolvida em um método mais abrangente, que é o da observação participante, proposto por Malinowski ([1976]) e reconhecida como um dos melhores acessos a qualquer contexto social que se esteja estudando.

Tal técnica, desenvolvida pelo autor quando esteve nas ilhas Trobriand, consiste em compartilhar com os povos estudados os momentos cotidianos, como situações de trabalho, festas e rituais. Desta forma, o pesquisador passa, na medida do possível, a ser incorporado como participante em algumas dessas atividades, o que lhe permite um melhor acesso a informações privilegiadas, que não seriam expostas através de técnicas de entrevista ou qualquer outra, feita por uma pessoa alheia às vivências da sociedade em questão. Assim, durante minhas estadas em campo, procurei passar grande parte do tempo nas propriedades rurais ou nas atividades promovidas pelas associações, desempenhando atividades laborais juntamente com alguns trabalhadores (as), o que permitiu um acesso privilegiado não somente às técnicas agrícolas empregadas como também aos relatos orais acerca do universo desses atores.

Este é, por exemplo, o caso dos dias de campo promovidos pelas associações, em que participei das atividades juntamente com seus

membros, como mutirões de compostagem, visitas conjuntas nas propriedades, preparo do almoço junto com as mulheres, dentre outras atividades.

Os momentos de lazer, marcados por conversas informais, festas, feiras, como também o acompanhamento de adversidades, tais como problemas com as lavouras ou dificuldades na certificação ou comercialização também proporcionaram um maior contato com essas trajetórias de vida, que são vivenciadas e construídas dia a dia, nos momentos aprazíveis ou de infortúnio.

Da mesma forma, as apreensões a respeito das técnicas ecológicas empregadas nas lavouras que se evidenciaram em conversas, negociações de preço dos produtos e comentários sobre as unidades produtoras que obtiveram êxito ou insucesso com determinadas práticas foram exploradas a partir da vivência de situações cotidianas.

O acompanhamento de reuniões destas associações também foram de grande valia para a compreensão dos processos decisórios das mesmas, passando por negociações constantes que evidenciam diferentes pontos de vista sobre determinados assuntos. Nessas ocasiões, olhares, gesticulações, linguagem corporal e formas de se expressar oralmente revelaram todo um arsenal simbólico por detrás das maneiras de se colocar no mundo.

No caso específico deste trabalho, onde neorurais locais e forasteiros convivem por ocasião dessas associações, as diferenças de comportamento são evidentes, e demonstram as variadas relações estabelecidas com a

produção agrícola dependendo da origem de classe e do capital cultural (BOURDIEU, 1974) de cada indivíduo. Os neorurais locais, que sempre viveram da produção agrícola, por exemplo, embora com mais dificuldades de se expressarem publicamente, possuem uma visão mais “realista” das lavouras, com mais conhecimento de causa sobre as dificuldades que poderão surgir nos primeiros anos de um manejo orgânico, uma vez que já passavam por percalços no manejo convencional, muito mais agressivo e imediatista no que tange ao combate de pragas e doenças. Porém, muitas vezes também se surpreendem com os resultados positivos da produção ecológica. Suas participações nas reuniões são, no entanto, mais tímidas e discretas e mesmo não concordando com algum posicionamento, não costumam se expressar publicamente a menos que façam eco à voz de muitos. Entretanto, os comentários posteriores “a boca pequena” são constantes, sobretudo no que tange às decisões que não concordam. Seus âmbitos de decisão ocorrem em outros locais, na convivência diária de uma vida comunitária na igreja, nos bares, jogos de truco e festividades, ocasiões não compartilhadas pelos neorurais forasteiros, oriundos de outros meios e práticas sociais. Assim sendo, as reuniões, inspeções da certificadora e eventos promovidos pelas associações constituem os momentos de convivência entre esses dois tipos de atores sociais, em um tempo e espaço específicos, criados para finalidades igualmente determinadas.

Já os novos agricultores forasteiros costumam se posicionar claramente durante esses encontros, debatendo os assuntos, muitas vezes

discordando publicamente de outros membros, até chegarem a um veredicto. No entanto, esses acalorados debates não são motivo de discórdia, já que ao final das reuniões e no dia a dia as relações entre os que divergem em relação a uma opinião costumam ser cordiais.

Esta forma de lidar com divergências é uma importante diferença entre sul mineiros e forasteiros e talvez motivo de desistências dessas associações ou até mesmo desmembramentos para a criação de uma nova associação, composta sobretudo, por gente local, como aconteceu com a Associação Serras Verdes, no município de Córrego de Bom Jesus, composta apenas por agricultores do lugar. Como eles próprios definem: “nós, da associação, somos uma família”, o que de fato procede, uma vez que o bairro onde habitam (Raposos) é formado por pessoas com laços de parentesco bastante próximos.

Por conta destas esclarecedoras oportunidades de observação, nessas reuniões uma etnografia foi realizada, e além de descrever o comportamento dos participantes, procurei anotar as decisões, observar as formas de resolução de conflitos e fazer novos contatos com os produtores, que puderam ser visitados em suas propriedades.

Mais recentemente, tenho participado de forma ativa, inclusive subsidiando com dados desta pesquisa, o processo de implantação de um OPAC (Organismo Participativo de Certificação) na região, onde os próprios agricultores farão o papel de certificadores da produção orgânica, inspecionando as lavouras uns dos outros, sem custo financeiro para este

fim, além das despesas com as visitas nas propriedades localizadas em outros municípios. As reuniões que ocorrem com este propósito têm sido também uma rica fonte de observação da postura dessas duas modalidades de produtores rurais e dos processos pelos quais vem passando para seguirem em frente apesar das dificuldades, com esta empreita da agricultura orgânica em suas localidades.

Tenho ainda acompanhado a realização das “feirinhas”, onde os produtos são comercializados, como é o caso de Pouso Alegre e Gonçalves.

A reconstituição das histórias de vida de alguns informantes foi ainda de grande valia no intuito de revelar características e costumes marcantes dos grupos sociais pesquisados. Utilizando-me da lógica que relaciona as histórias de vida individuais a um *ethos* coletivo (CRAPANZANO, 1990; HALWBACHS, 1990), os resgates de algumas biografias foram realizados com a finalidade de revelar as ideologias e práticas sociais dos grupos sociais em estudo.

Neste sentido, como veremos mais adiante, as histórias de vida de neorurais forasteiros têm muitos elementos em comum, como a busca por um ideal de contato com a natureza em um cotidiano mais tranquilo, longe dos grandes centros urbanos. Estes compartilham ainda de uma visão mais empresarial de seus negócios, não deixando de lado, portanto, os hábitos citadinos de lidar com o capitalismo de forma habitual.

Já os neorurais locais têm em comum o histórico de compartilhar um passado na mesma região, com tradições semelhantes no que concerne ao

dia a dia nas lavouras, na lida com o comércio, nas práticas religiosas e formas de se relacionarem entre si e com a alteridade.

No âmbito desta pesquisa, é importante repensar a idéia de grupos sociais como uma categoria fixa. Como propôs Bruno Latour (2008) ao resgatar a “Teoria do Ator Rede” (TAR) de Gabriel Tarde, a definição do mundo social se apoia nas controvérsias, em associações e dissociações de indivíduos, que por sua vez não possuem uma ideia exata do que representam os agrupamentos dos quais fazem parte.

Esta metodologia dá voz aos atores sociais, que apenas usam de métodos diferenciados do sociólogo para definirem a si mesmos, mas cujas opiniões são tão importantes quanto às científicas para a definição da associação de pessoas a qual pertencem.

A partir deste aporte teórico, há tempos adotado pela Antropologia pelo relativismo cultural, a definição do social como algo performático volta-se para as estratégias de continuidade dos agrupamentos sociais apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Desta forma:

La tarea ya no es imponer algún orden, limitar la variedad de entidades aceptables, enseñar a los actores lo que son o agregar algo de reflexividad a su práctica ciega. De acuerdo con una consigna de la TAR, hay que ‘seguir a los actores mismos’, es decir, tratar de ponerse al día con sus innovaciones a menudo alocadas, para aprender de ellas en qué se ha convertido la existencia colectiva en manos de sus actores, qué métodos han elaborado para hacer que todo encaje, qué descripciones podrían definir mejor las nuevas asociaciones que se han visto obligados a establecer (: 28).

Desta maneira, a tarefa das Ciências Sociais seria a de estudar “associações” e não mais “sociedades”, visto que o primeiro termo melhor se aplicaria à realidade em que agrupamentos humanos se inter-relacionam em um constante movimento de transformação.

Ainda seguindo os passos de quem ele considera seu “avô intelectual”, Latour destaca a opção metodológica de Tarde ao afirmar que as sociedades (ou associações) devem ser entendidas como *contendo* elementos e não *sendo* compostas pelos mesmos, visto seu caráter provisório, instável, contextual e relacional. Daí, portanto, a substituição do verbo “ser” por “conter” quando se estuda as relações dos grupos sociais.

Esta forma dinâmica de lidar com os agrupamentos sociais é de grande valia para esta pesquisa, que trata justamente de associações de pessoas que até bem pouco tempo atrás pertenciam a mundos diferentes, a princípio quase impenetráveis, mas que atualmente dialogam entre si, criando novos pontos de convergência apesar de manter esferas de alteridade. Sua delimitação não é estanque, mas contextual, fluida, passível de negociações e construções simbólicas. Seus indivíduos estão ligados entre si através de redes de pessoas, experiências de vida, afinidades comuns e uma gama de fatores que permite que transitem entre diferentes “comunidades” e construam novos agrupamentos sociais a todo tempo, de acordo com as circunstâncias.

Podemos também encontrar esta noção de grupos contextuais e não permanentes no estudo de Adrian C. Mayer (1966). Embora se utilizando de uma visão funcionalista, o autor aponta em sua pesquisa realizada durante as eleições em Dewas, na Índia, a existência da formação do que ele chama de “quase-grupos” para explicar uma associação circunstancial de pessoas em torno de um objetivo passageiro, que é o de promover a eleição de um candidato. De acordo com o autor, este conceito é de grande valia no estudo das sociedades complexas, onde os interesses se articulam em determinados momentos, delineando-se um sentimento de pertencimento sem que de fato se formem grupos permanentes, que compartilham valores e ideais de vida.

Para tanto, entram em ação redes de relacionamento entre pessoas que em torno de um objetivo comum, muitas vezes pertencendo a mundos diversos (e no caso indiano até mesmo a castas diferentes), se agrupam em um determinado período de tempo.

Mayer aponta que ao seu caso de estudo aplica-se o conceito de “conjunto-de-ação” por ser uma entidade limitada e não um grupo de fato.

Dessa forma, este:

[...] não é um grupo, contudo. Pois, no conjunto-de-ação, a base que sustenta a interconexão entre indivíduos é específica em cada caso, e não há relações de direito ou obrigação abrangendo todos os indivíduos envolvidos; nem mesmo o ato comum de votar no ego levará os membros do conjunto-de-ação a estabelecerem relações entre si (:141).

No campo do estudo que realizo, esta análise tem se mostrado frutífera pois, apesar das convergências, o encontro de neorurais locais e forasteiros em torno de um objetivo comum, que é a prática da agricultura orgânica e escoamento da produção no âmbito das associações, por mais amigável que seja, não faz com que esses compartilhem de fato valores de vida mais abrangentes. Como exemplo, podemos citar a religiosidade, uma vez que enquanto os neorurais locais compartilham da fé católica, intensamente vivenciada na promoção de festas tradicionais nos bairros rurais, viagens anuais a Aparecida do Norte e regras de vida pautadas nesta religião, os neorurais forasteiros possuem uma visão holística, muitas vezes sendo praticantes de religiões orientais ou filosofias alternativas. Esses assuntos são evitados na convivência entre esses atores, mas certamente se chocam.

Como já constata Rocha (2012) em seu estudo a respeito dos agentes sociais do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul por ocasião da instalação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, no rio Uruguai,

As alianças e rivalidades entre os diferentes agentes sociais não se dão de forma definitiva. Pode ocorrer de agentes sociais adotarem posicionamentos distintos de acordo com situações específicas (...). Então, a 'unidade' que nos permite analisar diferentes agentes sociais, com interesses distintos, que alternam relações de aliança e rivalidade em situações específicas compondo um processo social amplo, só é possível se considerarmos o 'conflito' em sua 'função socializante'" (:45).

A revisão bibliográfica para este trabalho centrou-se nos temas da sociologia e antropologia rural, das variadas correntes de agricultura orgânica, das novas ruralidades e de outros assuntos que vieram à tona durante a investigação, o que muito auxiliou no entendimento das dinâmicas socioculturais destas associações com mais clareza.

Um tipo de metodologia bastante atual e que ainda merece estudos aprofundados a seu respeito, é a utilização da tecnologia para intercomunicação entre pessoas. Neste trabalho, fiz ampla utilização da análise da troca de e-mails ocorrida entre os membros das associações de produtores orgânicos. Trata-se de avisos, normas de manejo agrícola, informações sobre reuniões, posicionamento das inspeções da certificadora, divulgação de eventos e, sobretudo, os comentários dos agricultores a respeito desses temas. É interessante neste ambiente virtual observar como as pessoas se posicionam em relação a determinados assuntos, quais são suas propostas de ação e qual tratamento têm umas com as outras.

A maioria desses “internautas” ainda é de neorurais forasteiros, muitos acessando a internet da zona rural através da tecnologia 3G, agora mais acessível economicamente, e outros de seus escritórios nos grandes centros urbanos. Os sul mineiros que só atuam economicamente no campo ainda são minoria neste ambiente, porém, vêm adotando cada vez mais essa tecnologia, sobretudo por vontade dos filhos, que acabam priorizando este tipo de equipamento que tem sido cada vez mais importante para a inserção dos jovens no mundo.

Neste contexto, observa-se ainda um maior domínio dos forasteiros, que utilizam com mais desenvoltura essas ferramentas, posicionando-se e propondo soluções para os problemas em um debate não tão abrangente, já que não conta com a participação de todos, mas que já direciona as decisões nas reuniões.

No âmbito deste trabalho, foi interessante notar os conflitos que surgiram, sobretudo, na época das eleições presidenciais em 2010. Na ocasião, algumas pessoas mandavam para a lista de endereços da ECOMINAS, textos e piadas contra e a favor de determinados partidos políticos e candidatos. Com o tempo, isto causou um mal estar geral, visto que existiam opiniões diferenciadas em relação às escolhas de cada um e o resultado foi uma superexposição das convicções políticas das pessoas envolvidas no “debate internético”, o que desgastou a imagem destas, causando até mesmo desfiliações da associação.

Entretanto, de uma forma geral as trocas de e-mails têm sido cada vez mais recorrentes e importantes ferramentas para as discussões sobre os assuntos e problemas que surgem nas associações e atualmente, na Central de Associações Orgânicos Sul de Minas¹⁰.

¹⁰ Esta Central de Associações está detalhadamente descrita no Capítulo 6.

Para começo de conversa: os atores sociais da pesquisa em narrativa

Trajétória de vida de uma neorural forasteira: um relato pessoal

A história de vida a ser relatada a seguir conta um pouco como se deram minhas próprias escolhas ao optar por uma vida rural. O objetivo, contudo, não é outro senão o de demonstrar uma tipificação social, que é a do neorural forasteiro, que vem dos centros urbanos e busca no campo um estilo de vida alternativo. Assim, muito mais do que narrar uma história particular, pretende-se inseri-la dentro de um contexto social mais amplo. Para tanto, inspiro-me no estudo de Vincent Crapanzano (1980) com Tuhami, um marroquino humilde que trabalha com ladrilhos, mas que possui um vasto conhecimento sobre um ritual voltado para a cura de doenças causadas pela possessão de demônios (o Hamadsha). Em seus relatos sobre o assunto, que em um primeiro momento poderiam aparentar ser apenas pessoais, revela-se na realidade a tipificação, a identidade de todo o povo marroquino, que atribui os infortúnios da vida aos seres demoníacos. Também suas histórias revelam outros aspectos muito importantes de sua sociedade, que não apenas os relacionados com esta crença. Assim, demonstrar um pouco da minha própria experiência não apenas como

antropóloga, mas também como produtora rural forasteira, embora possa à primeira vista parecer meramente um relato autobiográfico, traz consigo o potencial de também representar uma categoria social.

Minhas memórias a respeito da trajetória por mim percorrida serão colocadas em evidência para este intento. Em sua discussão acerca da memória coletiva, Halbwachs (1990) nos apresenta a importância das memórias individuais, como peças de um quebra-cabeça, para a construção de um discurso mais generalizante sobre os fatos. Para ele, a memória coletiva não exclui a existência de uma memória individual, chamada pelo autor de “intuição sensível”. Esta é definida como “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (:51) logo, nunca se foge do caráter eminentemente social de qualquer tipo de memória, mesmo daquela que temos a ilusão de achar que é unicamente pessoal, já que outras pessoas não testemunharam um determinado fato rememorado. Ao contrário, mesmo que pensemos que uma lembrança é só nossa, o mundo social que nos construiu sempre se faz presente em qualquer situação do pensamento.

As narrativas pessoais por sua vez, são geralmente bastante lineares e não fujo a esta regra quando conto minha história, entretanto, a pesquisadora e produtora rural que aqui vos fala também está consciente da “ilusão biográfica” presente em seus próprios relatos pessoais. Esta expressão, cunhada por Bordieu (1986) aponta para o fato de que apesar de uma biografia tentar demonstrar o desenrolar dos acontecimentos na vida de

uma pessoa de forma coerente e cronologicamente estável, isto não acontece na vida real, uma vez que os fatos são por si só fragmentados e incoerentemente orientados.

Por fim, considero que os aspectos que René Lourau (1988) chama de “fora do texto”, como o contexto social em que me insiro, meus diálogos teóricos e minhas relações pessoais, são essenciais para uma compreensão mais aprofundada de minha escolha pelo tema a ser trabalhado nesta tese e pela forma como este é abordado. Trata-se aqui, do “contexto do texto”, da inserção da subjetividade sobre uma reflexão teórica.

Assim, feitas as devidas ressalvas, vamos ao início de tudo...

Os primeiros contatos com o mundo rural

Nasci em Jundiaí, mas até os dois anos de idade fui criada em Francisco Morato, localizada na grande São Paulo. Em 1985 minha família mudou-se para o interior, mais precisamente Mococa, cidade de vocação rural, dos coronéis do café com leite. Entretanto, confesso que minha vida era bastante urbana e só entrava em contato com o mundo rural que me circundava uma vez por ano, na tão aguardada EXPOAM (Exposição Agropecuária de Mococa), onde tinha a oportunidade de brincar no parque de diversões, visitar as baias dos cavalos e assistir aos shows dos artistas

famosos. Algumas colegas praticavam hipismo e, às vezes, assistia às suas aulas. Afora isto, minha vida era ir para a escola, brincar na rua, ir ao clube e fazer inúmeros cursos extracurriculares como coral, balé, teatro e natação. É claro, curtir as férias com os primos que vinham de São Paulo desfrutar da liberdade que tínhamos no interior, de pés descalços, subindo em árvores e comendo as frutas da estação direto do pé.

Acho importante também mencionar, para compor o perfil alternativo dos neorurais forasteiros, que minha formação religiosa sempre foi ecumênica, com uma tendência mais forte quando criança ao Kardecismo. Mesmo em uma cidade interiorana como Mococa, onde sofria certo preconceito por não ser católica como minhas colegas que faziam catecismo, primeira comunhão, crisma e iam às missas, sempre acompanhei minha mãe em suas atividades de cunho espiritualista e holístico, o que permitiu um convívio intenso com pessoas com um perfil de vida alternativo.

Aos onze anos, mudei para Mogi-Mirim e depois Itapira, também no interior, mas mais próximas de Campinas. Nesses lugares minha relação com o meio rural permanecia a mesma, apenas no âmbito das exposições agropecuárias. Entretanto, neste meio tempo passei a frequentar semestralmente, em Jaguariúna, uma fazenda (Jikkenti Yamaguishi) que oferecia uma espécie de colônia de férias para as crianças, chamada “Vila Paraíso”. Este lugar, que vive da agricultura e avicultura orgânica, segue os preceitos de uma filosofia de vida fundada no Japão e que prega uma

sociedade mais justa e feliz, foi constituído no Brasil a partir da iniciativa de jovens universitários de Londrina, que buscavam um estilo de vida alternativo.

Lá acordávamos bem cedinho, literalmente com as galinhas, e desempenhávamos atividades rurais, sempre tendo como pano de fundo algumas questões, como a gratidão pela natureza que nos dá tudo o que precisamos, o convívio harmônico com pessoas, bichos e plantas, o treino de ter um “coração gratuito”, que faz as coisas sem esperar nada em troca, dentre outros tópicos. Éramos estimulados a experimentar todas as comidas e a desempenhar atividades em mutirões. Também os momentos de lazer eram muito divertidos, com música, teatro e brincadeiras. Muitos dos amigos que fiz neste lugar se mantêm até hoje, inclusive mantive durante um período relações comerciais com o Yamaguishi, que revendeu o doce de leite orgânico por mim produzido.

Quando mudei para Campinas, aos quatorze anos, não deixei de ir ao Yamaguishi mas passei a mergulhar de cabeça em uma vida extremamente urbana. Estudava em um colégio que preparava para o vestibular, o que consumia muito do meu tempo. Mais tarde, para ajudar minha família a custear meus estudos, passei a conciliar o colégio com um trabalho de secretária em uma escola de idiomas e quase não tinha tempo para descanso. A diversão aos finais de semana eram as “baladas” da noite, barzinhos, cinema e coisas do tipo.

Em meio a este contexto, comecei a namorar um irmão de uma amiga, cuja família possuía uma propriedade rural no Sul de Minas Gerais. Embora fosse filho de professores universitários, a família mantinha essa terra que outrora já havia se mantido de plantações de café, fabricação de polvilho e criação de gado leiteiro e de corte. Após algumas divisões de terra e vendas devido ao falecimento do patriarca da família, originário de Santa Rita do Sapucaí-MG, a mãe de meu até então namorado foi a única que manteve sua parte.

A partir de 1999 passei a ir sempre que podia para lá, pois era um lugar onde realmente descansava da correria da cidade, desfrutando de ar fresco, passeios na mata e contato com a natureza. Era época de vestibular, de tomar decisões importantes na vida e eu e meu namorado, hoje marido, começávamos a considerar a possibilidade de nos mudarmos para lá e tocar alguma coisa. Assim, em meio aos meus manuais de vestibular, lia durante as aulas e nos intervalos publicações técnicas de minhocultura, criação de cogumelos e atividades agropecuárias em geral. Neste último ano antes do vestibular, minha mãe e alguns amigos do Yamaguishi, que queriam viver experiências alternativas no campo mas à moda brasileira, de um jeito mais flexível, fundaram uma comunidade em Monte Alegre do Sul, interior de São Paulo. Era estimulante visitá-la neste período e lá, além da horta para consumo próprio, montaram uma pequena granja de galinha caipira e iniciaram a construção de um ranário. O ambiente rural me cercava novamente, mostrando-me inclusive possibilidades de nele me inserir.

Neste contexto, decidi então que se não passasse no vestibular, iria para a roça criar cogumelos! Meu namorado, que já estava no segundo ano de Ciência da Computação e inclusive trabalhava em uma multinacional da área, decidiu mudar de rumo e prestar vestibular novamente, agora para Agronomia. Eu gostava de Humanas e de Biológicas, mas tentei Ciências Sociais na Federal de Santa Catarina e História na UNICAMP. Passei nas duas e ele em Agronomia na UFSC. Optamos então em ir para Florianópolis. Lá moramos durante cinco anos e nunca deixamos de lado nosso plano inicial, de morar na roça e tocar alguma coisa.

Durante a graduação em Ciências Sociais e mestrado em Antropologia, envolvi-me com projetos de pesquisa relacionados à Etnologia Indígena. Este tema sempre me interessou muito e desenvolvi os trabalhos com grande entusiasmo. Como já mencionado na apresentação, trabalhei com o tema da educação e infância indígena entre os índios Galibi-Marworno do Amapá.

No fim da graduação tentamos alguns concursos fora, mas tudo nos levou novamente ao sul de Minas. Na ocasião, devido aos contatos com um pessoal da UFMG que trabalhava com educação escolar indígena no Estado, achei que poderia continuar meu trabalho com um grupo que migrou do norte de Minas para a cidade de Caldas. No entanto, o projeto não seguiu adiante e outros temas passaram a chamar minha atenção, como já relatado anteriormente.

Em 2006, ainda redigindo minha dissertação de mestrado, nossas atividades rurais limitavam-se a uma horta para autoconsumo, aliás, a melhor que tivemos até hoje, sem nenhuma pretensão de retorno financeiro, e algumas pesquisas das atividades que poderíamos desenvolver.

Como será relatado no Capítulo 2, não fugimos à regra do que descreve Giuliani (1990) a respeito dos neorurais que buscam uma nova forma de atuação no campo: graduados, providos de certo capital cultural, movidos por uma crítica à sociedade moderna e ao ritmo acelerado de vida e de trabalho, baseando-se sempre em publicações técnicas e diálogo com pesquisadores da área.

Lembro-me da preocupação de nossos pais (sobretudo mães) quando optamos por realmente morar na roça. Não entendiam muito bem o porquê desta opção após anos de faculdade e grande potencial para trabalhar cada qual em sua área.

Na ocasião, logo que nos mudamos para o sul de Minas, tivemos a oportunidade de conversar com um professor da UNICAMP que trabalhava com projetos na área de agroecologia e este contato foi muito importante, sobretudo porque reforçou em nós uma opção de vida muito mais ligada a uma escolha consciente de viver com mais tranquilidade e em equilíbrio com a natureza, sem tanta ambição, do que simplesmente obter resultados financeiros com as atividades agrícolas. Ele reforçou a importância de irmos devagar, sem adquirir empréstimos, buscando primeiro a subsistência. Disse

sabidamente que após uns dez anos, começaríamos a colher os frutos do nosso investimento de vida, que as atividades a esta altura já se estabilizariam. Iniciamos então nossa saga.

O início das atividades agropecuárias

Em 2007, após muita pesquisa, incluindo consultas ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), adquirimos da cidade de Ouro Fino, ovelhas da raça Santa Inês, com vocação para carne, uma vez que a pastagem da propriedade é composta por capim *brachiaria decumbens*, que causa alergia em outras raças leiteiras e de lã, sendo esta raça, adaptada do nordeste e deslanada, a mais resistente. Embora não fôssemos muito a favor de criar animais para o abate, as circunstâncias nos levaram a isto. Íamos comprar duas para experimentar e voltamos para casa com vinte matrizes!

Tivemos certa dificuldade no manejo e, sobretudo, na comercialização. Após algum tempo, percebemos que precisaríamos investir mais no negócio para termos um retorno financeiro satisfatório, no mínimo cem matrizes. Por questões ideológicas optamos que não queríamos aquilo, que a intenção era ter as ovelhas como “capinadoras” e “adubadoras” do pomar e outras plantações que viríamos a ter. Até hoje elas permanecem

conosco, e após seis anos, mesmo sem investir significativamente no negócio, elas se reproduziram e já somos conhecidos na região como criadores, sendo procurados, sobretudo, nas épocas festivas para a aquisição de cordeiros. Como me relatou certa vez um criador de vacas leiteiras, é sempre bom negócio investir em fêmeas pois “tudo o que mija para trás anda para frente”, ao se referir à capacidade reprodutiva dos animais, que vão gerando lucro com o tempo, mesmo sem muito investimento.

Em 2007, mesma época em que assumi meu cargo de professora de Ética e Cidadania na rede municipal de ensino na cidade vizinha de Pouso Alegre¹¹, também após inúmeras pesquisas, nos associamos à COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares) em Poço Fundo e iniciamos uma plantação de café orgânico em uma área de cerca de um hectare. Dentre inúmeras razões, esta escolha foi motivada sobretudo, pelo mercado já estável deste produto, uma *commoditie* absorvida pela cooperativa, que realiza suas vendas direto para o exterior. Assim, o problema da comercialização, um dos grandes entraves da produção no campo, estaria resolvido. Apenas eu e meu marido trabalhávamos na lavoura, contratando mão de obra apenas para o plantio e serviços de capina. O restante do manejo era feito por nós dois. Era um trabalho muito árduo para quem treinou seus corpos e mentes durante tantos anos para permanecer

¹¹ Permaneci em sala de aula durante os anos de 2007, 2008 e parte de 2009, quando me afastei para cursar o doutorado. Em 2011 entretanto, pedi exoneração do cargo.

sentados e desempenhando trabalhos intelectuais, mas nem por isto menos digno. Apesar das dificuldades, a plantação estava indo bem quando no mês de junho, uma terrível geada dizimou grande parte das pequenas mudas, ainda muito tenras e sensíveis. Na época das águas realizamos a replanta, mas no ano seguinte aconteceu o mesmo. Ficamos perplexos, pois no mesmo lugar, há anos atrás, existia uma lavoura de café formada, ou seja, não era até então um lugar inadequado para a cultura, mas aos poucos descobrimos que a conformação geográfica modificou-se com o desmatamento praticado pelos vizinhos, que canalizava o vento frio e a geada para nossa plantação. Replantamos mais duas vezes, tentando sombrear a plantação com feijão guandu, que ao mesmo tempo servia como adubação verde, fixando nitrogênio no solo de forma natural. Concomitantemente, plantamos também alguns pés de castanha portuguesa, adquiridas na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) de São Bento do Sapucaí-SP, cidade que divisa com o estado de Minas Gerais. Acreditávamos que cuidar de dezenas de árvores, mais resistentes à geada, seria um pouco mais fácil do que de 5000 pés de café. Mas veio novamente a geada e desistimos do café. As castanhas por sua vez, também sofreram com o ataque de pragas e com o desestímulo do café, acabamos por deixá-las de lado, ao menos no que tange a um manejo comercial.

Após muito investir, mais tempo e trabalho do que capital propriamente dito, precisávamos de algo que nos desse um retorno mais imediato sem tanto risco e optamos, com muitas ressalvas, uma vez que

sabíamos da “escravidão” que representava esta atividade, sem férias e finais de semana, pelo gado leiteiro. Adquirimos em Borda da Mata oito novilhas girolandas (mistura das raças *Gir*, rústicas e com mais aptidão para carne e *Holandesa*, menos rústicas, mas produtivas no leite) e após dois anos, elas começaram a dar leite. Foi um retireiro que trabalhava nas proximidades que nos ensinou o manejo das vacas. Depois de cerca de dois meses, já sabíamos amarrá-las, lidar com os bezerros e ordenhar. A princípio um vizinho comprava nosso leite e o entregava junto com o seu para a cooperativa local, mas logo depois não pudemos mais comercializar nosso produto desta forma. Na época a cooperativa não estava aceitando novos cooperados e nossa produção era muito pequena para entregar para outro laticínio. Ficando então sem alternativa de escoar nosso produto e mais uma vez, não querendo aumentar o empreendimento, optamos por beneficiar nosso leite fabricando doce de leite. Nosso manejo, que já era orgânico, passou a ser certificado e em 2010 iniciamos uma pequena produção de doce junto com o maior desafio de todos, a comercialização.

Nesse ínterim, passei a conhecer de perto as dificuldades do pequeno produtor no Brasil e o *lobby* praticado por grandes latifundiários e empresários, que atuam diretamente sobre a aplicação de leis voltadas à agropecuária.

Pretendendo regularizar meu pequeno empreendimento junto aos órgãos de vigilância sanitária, descobri que poderia vender no máximo

dentro do meu município através do SIM (Sistema de Vigilância Sanitária Municipal). Para vender para outras cidades no Estado precisaria da aprovação do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), que fazia as mesmas exigências do SIF (Sistema de Inspeção Federal) para vender para outros estados, quais sejam, praticamente a construção de um grande laticínio, não existindo grandes diferenças nas exigências para quem processa 30 litros de leite/dia ou 30.000 litros de leite/dia, uma grande idiosincrasia.

Ciente desta imensa disparidade de exigências entre o pequeno produtor em várias regiões do país que lida com produtos de origem animal, como os fabricantes de queijos, doces, iogurte, linguiça, galinha caipira, dentre outros, e os grandes laticínios, abatedouros e granjas, o governo federal criou um decreto (Decreto nº 7.216, de 17 de junho de 2010) que postula que, uma vez que as prefeituras das cidades façam adesão ao SUASA (Sistema Único de Vigilância Sanitária), esses pequenos empreendimentos da agricultura familiar, com limitação em suas dimensões¹² e capacidades produtivas, podem ser fiscalizados municipalmente e comercializar em todo território nacional. Neste caso, o SIM passa a ter a validade do SIF.

Esperançosa com esta lei, que já funciona em alguns municípios paranaenses, catarinenses e gaúchos, propus para mais de uma prefeitura que aderisse à mesma, argumentando a favor da economia local e dos

¹² Até 250 metros quadrados.

agricultores familiares, mas apesar de muito esforço e conversas com veterinários, agentes de saúde e prefeitos, percebi a inviabilidade de sua aplicação, uma vez que tais municípios possuem há muitos anos oligarquias centradas na produção leiteira, que escondem seu caráter empresarial por detrás de cooperativas que deveriam beneficiar a todos, mas que na realidade, acabam por favorecer poucas famílias.

Apesar disto, sem a aprovação de nenhum órgão, continuamos com a pequena produção de doce junto com a entrega do leite *in natura* para um pequeno laticínio da cidade vizinha de Cachoeira de Minas, que pasteuriza a produção e revende para o comércio local, já que com muito esforço e investimento financeiro, conseguiu apenas a aprovação do SIM.

Embora seja apreciado como iguaria por sua textura aveludada e pouca adição de açúcar, sobretudo nos empórios de Gonçalves, São Paulo, Campinas, Paraty, Rio de Janeiro e outras cidades, o doce é distribuído através de um comércio em pequena escala e quase informal, exceto pela emissão de notas fiscais proporcionada por um programa do governo chamado MEI (Microempreendedor Individual), que regularizou muitas empresas e atividades até então na informalidade. Nunca contratamos mão de obra para sua fabricação e todo o processo, desde a ordenha até a fabricação e venda é realizado apenas por mim e meu marido. Embora já tenhamos recebido proposta de uma ONG de um empréstimo a juros zero para aumentar o empreendimento, optamos por mantê-lo de pequeno porte,

afinal, a proposta inicial ao morar na roça era a de ter uma vida diferenciada e não nos tornarmos empresários convencionais. Seguindo a mesma lógica, a opção de não contratar empregados foi devido a dificuldade de extrair mais valia de alguém, de exigir, de cobrar. Para nós, o ideal seria estabelecer parcerias ao invés de uma relação vertical entre patrão e empregado. Coisas de gente que pensa muito, que teve acesso a uma educação crítica e que sente grande inadaptabilidade frente ao mundo dos negócios...

Neste meio tempo, fiz parte de duas associações rurais, confirmando a tese de Kayser (1990) e Carneiro (2008) de que os neorurais normalmente engajam-se com a vida política local. A primeira, do bairro onde moro, é composta por agricultores familiares e a segunda, a ECOMINAS, por produtores orgânicos caracterizados, ou não, como familiares.

Na associação do Albertão, travei junto com os moradores algumas batalhas e conquistas, como a aquisição de uma verba anual de dez mil reais, que ficava disponível na prefeitura, mas que nunca foi informada à associação. Sabendo desta verba, estimulei os associados a lutarem por ela e passamos a recebê-la, utilizando-a para a aquisição de bens coletivos como os usados para o trabalho (roçadeiras, motosserra, furador de chão para colocação de moirões de cerca, pulverizador, equipamentos de segurança) e para as festas do bairro (freezer, fogão, geladeira, torrador e moedor de café, eletrodomésticos em geral e utensílios de cozinha).

Também estive presente na disputa que envolvia o uso da escolinha local, hoje desativada, por parte de um proprietário que tinha a intenção de colocar um funcionário seu para morar no local tomando posse do mesmo. Foi uma situação extremamente delicada, visto que este produtor, mais capitalizado, é tido como rico e presta favores aos locais. Desta forma, mesmo sabendo que aquela ocupação não seria correta, era difícil para aquelas pessoas afrontá-lo e, nesta ocasião, o fato de ser forasteira e independente das relações locais de favores e obrigações permitiu que me colocasse diante daquela situação como uma espécie de porta-voz. Embora apenas eu tenha sofrido os ônus daquela disputa, já que o proprietário em questão era meu vizinho de cerca, por fim esta foi ganha. Depois tentamos converter a escolinha como sede da associação, que hoje funciona “de favor” em uma propriedade de forâneos, que por sua vez, montaram uma ONG no bairro. No entanto, o pedido foi negado pela prefeitura, que disse que usaria o local para outras finalidades. Hoje, a escola funciona como uma espécie de depósito de documentos, um arquivo morto da prefeitura e embora não seja utilizado como idealizamos, ao menos esta voltou a ser um patrimônio público.

Atualmente a associação do bairro é bastante ativa e sabendo de sua fragilidade quanto à sede, busca alternativas. Uma delas foi proposta por uma família muito influente na agregação do bairro, sendo sempre a responsável pelas festas, rezas e atividades relacionadas à igreja. Esta se propôs a doar um terreno para a construção paulatina de uma nova sede, o

que foi bem aceito por todos que afirmaram que se um dia a associação acabasse, ficaria para a igreja, o que confirma a tese de Brandão (1999) em seu estudo em Joanópolis ao afirmar que as coletividades rurais acabam por ser mais ativas e constantes quando ligadas ao catolicismo do que simplesmente a outros tipos de organização civil, afinal, neste caso os vínculos já existentes entre os indivíduos por ocasião do compartilhamento da mesma fé e de seus ritos apenas se fortalece e agrega novas causas.

Outra característica que me identifica como uma típica neorural é a pluriatividade, uma vez que por pouco tempo vivemos somente com os rendimentos do campo. Embora com o passar dos anos tenhamos investido em bens retornáveis, como animais de corte e leite, a renda principal sempre veio de fora, da minha atuação como professora ou bolsista de pós-graduação e de algumas economias do meu marido.

Atualmente, nossa atividade está basicamente ligada à produção de leite e fabricação de doce embora tenhamos iniciado, ainda em fase experimental, uma aquaponia, que consiste na criação de peixes em consórcio com verduras e que, a princípio, serve para nosso autoconsumo, mas que temos a intenção de expandir.

Em setembro de 2011 tivemos um filho, que vive rodeado por plantas e bichos, sempre com as roupinhas sujas de terra e que hoje, com pouco mais de um ano e meio, ao invés de pedir para ver desenhos na TV, aponta para o aparelho e fala: “vaca”, seguido de um “muuuuuuuú”, pedindo para

que coloquemos no canal de leilão de gado, em que ele toca os animais com as mãozinhas resmungando “vamu, vamuu, vamuu”. Este é um ideal de muitas pessoas da cidade, criar os filhos em meio à natureza, mas não temos a ilusão de que ele vai querer seguir a mesma vida dos pais. Como dizem por aí, “quem gosta de mato é quem não nasceu na roça”, de toda forma, ele terá a liberdade para escolher aos poucos o que deseja.

Como podemos perceber, este relato pessoal me situa na categoria de neorural forasteira. Entretanto, esta é apenas uma modalidade deste tipo social: jovem, começando a vida, instruída e com uma crítica à sociedade moderna. Não é o caso desta pesquisa, mas podemos encontrar mais dessas pessoas morando em comunidades alternativas Brasil afora. Para o caso específico deste trabalho, temos uma maior parte de neorurais forasteiros um pouco mais maduros, aposentados ou prestes a se aposentar, que sempre sonharam em tocar a vida no campo, mas só agora, com os filhos já criados e a vida financeira garantida, passaram a de fato investir neste sonho. Em sua maioria, contratam mão de obra e se dedicam a atividades exóticas, como a plantação de frutas finas como *Physalys*, amoras pretas, framboesas, fabricação de licores, temperos, geleias e outros processados *gourmets*. Além disto, mantêm um pequeno mercado consumidor, sobretudo em suas cidades de origem, onde ainda cultivam relações pessoais. Mas discutiremos mais a frente detalhes deste tipo social.

Pequena história de um neorural local

A pequena narrativa a seguir é fictícia, mas baseada nos depoimentos, observações e entrevistas que tenho realizado ao longo dos últimos anos com os produtores locais que tornaram seu manejo orgânico. Trata-se da junção de várias falas e conversas obtidas em entrevistas e conversas informais. O personagem apresentado nos contará um pouco de sua história e de seus conhecidos que assim como ele, assumiram esta nova empreita.

Nasci aqui mesmo na roça, naquele tempo que a gente ia pouco para a cidade, só mesmo para fazer compra no começo do mês. Não tinha nada disto, televisão, celular, computador, essas coisas que hoje nossos filhos têm. Era tudo uma dificuldade, mas era um tempo bom. A gente trabalhava muito, mas também divertia.

Meu avô, meu pai, sempre tocaram a lavoura junto com o gadinho. Bem dizer, naquele tempo eles já eram orgânicos sem saber, porque não

usavam nada de veneno na plantação e nem remédio na criação, só os caseiros mesmo. Naquele tempo plantava milho só na natureza da terra, sem adubo. Queimava a terra, um capão de capim gordura, e saía aquela lavoura bonita depois. Mas hoje a gente sabe que isto é proibido, que não deve ser feito. Inclusive você nem consegue o certificado de orgânico se faz isto.

O pessoal da florestal está bem em cima, não deixa limpar várzea nem cortar árvore sem autorização, mas tem gente que ainda faz isto. Da árvore até que eu concordo, porque às vezes é uma poupança que você faz para um filho que vai casar, que está precisando, e demora tanto para sair a papelada que o pessoal acaba cortando sem eles deixarem mesmo. Faz isto de final de semana, no fim da tarde, para não ter perigo de ninguém dedurar.

Com o tempo, o pessoal da EMATER, EPAMIG, que sempre ajudou bastante e também os agrônomos e veterinários da cooperativa, começaram a recomendar para a gente uns produtos que facilitavam para matar as pragas, para secar a braquiária, e ajudava mesmo. Mas daí, a gente foi percebendo que aquela coisarada tudo fazia mal. Era um que ficava doente aqui, o outro que ficava com câncer ali, e nenhum médico sabia explicar. Já teve vez de eu passar o secante de mato na lavoura de feijão quando estava descalço e meu pé descascar inteiro. Daí a gente começou a ficar com medo. Mas não tinha o que fazer, todo mundo usava aquilo e se a gente não usasse ficava pra trás, produzia menos, tinha prejuízo.

Vendo aquilo tudo, a gente começou a separar as coisas para vender e para a família comer. De jeito nenhum que ía deixar os meus filhos comerem um morango cheio de veneno. Mas mesmo separando, eu voltava pra casa com a roupa encharcada de produto, até que minha filha adoeceu. Eu sabia porque aquilo tinha acontecido e comecei a pensar nas pessoas que comiam aquilo tudo com veneno, que podia ser criança, mulher grávida. Aí me deu uma tristeza enorme, uma dor na consciência danada.

Ainda bem que apareceu esse pessoal que falava de agricultura orgânica, que a gente podia produzir bem, com mais saúde, preservando a natureza e ainda ganhando um pouquinho mais. Já tinha assistido isto na televisão, no Globo Rural, mas era uma coisa ainda distante. Muita gente desconfiou daquela conversa, não acreditavam que ia dar certo. Até hoje tem gente que não acredita. Inclusive, muito vizinho briga querendo que limpe a várzea, fala que a gente é desleixado, que deixa tudo cheio de mato, mas é porque eles não entendem que isto preserva a natureza e no fim, vai fazer bem para ele mesmo, para os filhos. Até parente nosso pega no pé, fala que a gente é louco de fazer isto, que é arriscado, mas com o tempo eles vão vendo o resultado e mudando de ideia, passando a respeitar mais.

Como a certificação individual era muito cara, tivemos que fazer a certificação por grupo, para dividir um pouco para cada um. Por isto, com o tempo a gente foi se organizando, fizemos a associação. Este pessoal de fora ajudou muito na papelada toda para a formação da associação, para a

certificação e também para vender para outras cidades. Porque o pessoal daqui ainda não dá muito valor, acha caro, não compra, por isto tem que vender para fora. A gente mesmo não dá conta de vender para fora, tem que conversar com muita gente, viver pendurado no telefone, no computador, tratar com supermercado grande que cobra um monte de taxa. A gente não tem tempo pra isso, ou produz ou vende, as duas coisas fica difícil.

No começo não foi fácil. A gente não podia mudar de uma vez e fomos tocando as lavouras separadas, a orgânica e a convencional. Mas depois a maioria do pessoal conseguiu converter tudo. Quem já tinha mais reservas, que não vivia só da roça, igual o João que é daqui, mas tem comércio na cidade, passou por esta fase com mais tranquilidade, mas pra gente que só vive da roça foi mais difícil.

Tem muita gente que não tem coragem de virar orgânico por causa disto, porque tem medo de não dar conta. Querendo ou não, é a lavoura convencional que sustenta a família e eles têm receio de produzir menos, dar praga, perder a produção e ficar sem nada. Por isso que eu digo que o governo tinha que ajudar o produtor nesta fase. Vamos supor que ele produz 100 caixas de um produto e na fase de conversão só consegue 40. O governo tinha que se comprometer a pagar as outras 60, garantido, até que ele conseguisse acertar a produção.

Na época que começamos, a certificação era só as empresas especializadas que faziam, vinha um inspetor e olhava tudo. Mas às vezes

dava raiva, porque onde já se viu, uma pessoa que nem te conhece, não sabe da sua história, da sua vida, entrar na propriedade e ir falando e anotando num papel o que tá certo e o que tá errado. E ele nem conversava, não dava conselho. A gente só ia descobrir depois, que saía o relatório com as inconformidades para corrigir se não perdia o certificado. Era um jeito pior, por isto, quando soubemos desta certificação participativa, que a própria comunidade fazia com a ajuda de um técnico, foi bem melhor. Dá muito mais trabalho que a outra, mas pelo menos a gente conversa pra tentar resolver os problemas, ajuda um ao outro. É mais fácil por um lado de conversar e resolver os problemas, ficar mais barato e é mais difícil por outro, já que a gente tem que reunir muitas vezes e até viajar para outra cidade, que é a sede do OPAC. Mas tá melhor assim.

Com o tempo, veio um pessoal propor uns projetos, de estufa, de produção de semente e muda orgânica, e foi muito bom. Passamos a conhecer outras associações da região, trocar experiência. Esse pessoal é muito bom, às vezes tem umas ideias que parecem meio estranhas, como os da biodinâmica, mas funcionam. Mas tem gente que não segue 100%, e nem dá. Ser orgânico já é difícil, ser biodinâmico então é mais ainda, então a gente tem que misturar o que sabe pra sair uma lavoura bonita.

Esses encontros todos faz a gente ter que sair bastante. Tem vez que a gente aluga uma van para viajar para outra cidade, outras vezes, quando tem reunião como essas que estão acontecendo da Central de Associações,

uma ou duas pessoas, que não estão tão ocupadas com a lavoura, pegam carona com o pessoal da EMATER. Às vezes é difícil ter que estar saindo tanto, tem que planejar bastante tempo antes, mas de vez em quando acontece de ser uma época ruim, de colheita, por exemplo, que ninguém não consegue ir. Mas sempre que dá, alguém vai e representa a associação.

Este pessoal de fora que tá comprando terra por esses lados é gente boa. Tem muita gente esforçada, que a gente vê que se esforça, mas às vezes demora pra engrenar em alguma coisa. Porque você sabe, a gente nasceu aqui, só de olhar pro céu já sabe da previsão do tempo, de olhar e pegar a terra sabe de quanto esterco ou calcário ela tá precisando. Às vezes a gente erra também, mas tem mais prática. Esse pessoal costuma investir muito, mas demora pra dar lucro a atividade. Os empregados muitas vezes não param, porque hoje tá difícil de arrumar camarada, e deixa a pessoa na mão, e como ela não tem aquela lida na roça, acaba ficando na mão mesmo.

Tem um pessoal também que é meio metido, que gosta só de fazer propaganda que planta orgânico pras visitas que vêm de fora, mas mesmo assim, isto não deixa de ser bom porque divulga o nosso trabalho aqui.

Tem vezes que um ou outro quer participar das festas no bairro. Mas deixar a Santa na casa, que é a reza de toda a semana, a gente fica com um pouco de receio de fazer. Porque este povo de fora é todo diferente, vai que é de outra religião, que não é católico, e a gente ofende de deixar a santa,

pedir prenda pra festa da padroeira do bairro, essas coisas. Mas a gente é aberto, se a pessoa quiser participar pode.

O bom mesmo é juntar nossa experiência na roça com a experiência desse pessoal na cidade. A gente, só de ficar um pouco na cidade já volta com dor de cabeça forte, de verdade. Imagina ter que vender as coisas todas. É bom quando alguém responsabiliza de vender pra gente. Na produção a gente garante e na venda e organização esse pessoal garante também, aí dá certo.

PARTE I

REFLEXÕES ACERCA DAS NOVAS RURALIDADES E

ECOLOGIA

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES ESTRUTURAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE LOCAIS E FORASTEIROS: A IDENTIDADE DADA PELA ALTERIDADE

Antes de adentrarmos na descrição de como se dão as relações sociais entre locais e forasteiros no âmbito desta pesquisa, faz-se necessária uma breve explanação a respeito desta temática de forma mais ampla.

Há tempos a Antropologia adota em sua agenda, mais especificamente desde seu surgimento, a relação entre pessoas “de dentro” e “de fora”, já que a própria constituição da disciplina se deu em contextos de colonização do Novo Mundo, em que o choque entre culturas diversas explicitava as diferentes formas de pensar e agir entre populações até então consideradas como “selvagens”, por não compartilharem dos mesmos valores das sociedades brancas europeias. Dessa forma, desde a escola evolucionista até a pós-modernista, a partir de diferentes enfoques, a alteridade tem sido o alvo desta disciplina.

Ademais, se para os colonizadores esta dicotomia se fazia presente, para os povos colonizados esta sempre existiu, mesmo antes do contato

intercultural, visto que as diferenças sempre foram elementos constituintes de sua cosmologia.

Em Etnologia Indígena, por exemplo, são comuns os estudos que tratam da alteridade como elemento organizador e essencial para a afirmação identitária de um grupo. Como já postulou Manuela Carneiro da Cunha (1986), são os “sinais diacríticos”, os caracteres que tipificam os índios como “puros” como o uso de adornos e pinturas corporais, acionados por essas populações que garantem sua diferenciação em relação aos brancos e a conseqüente conquista por direitos pela delimitação de uma clara alteridade.

Também os estudos a respeito das regras matrimoniais já apontam, como observa Joanna Overing (2002[1984]), para a domesticação da alteridade nos contextos ameríndios em que o outro, ou o afim, deve ser obrigatoriamente incorporado no âmbito familiar, visto que são as diferenças que originam o universo natural e social. Logo, apesar do potencial destruidor, saber lidar com o “outro” é necessário e até mesmo essencial para a manutenção da própria existência.

Como já afirma Viveiros de Castro (2000):

Esta, portanto, a regra cardinal: não há relação sem diferenciação. O que, em termos sociais, é dizer que os parceiros de qualquer relação estão relacionados na medida em que são diferentes entre si. Eles se relacionam a partir de sua diferença, e se tornam diferentes a partir de sua relação (: 17).

No campo da Sociologia, o clássico “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” de Elias e Scotson (1990) aponta para o que chamam os autores de uma “sociodinâmica da estigmatização”. Partindo do estudo de um pequeno povoado industrial inglês de nome fictício Winston Parva, descreve-se as relações desiguais mantidas entre os “establishment”, ou seja, os membros da “boa sociedade”, habitantes do povoado há algumas gerações e os “outsiders”, pessoas recém-chegadas consideradas pelos primeiros como delinquentes e privados de valores morais.

Mesmo observando que de fato, não existiam diferenciações sociais e econômicas marcantes entre esses dois tipos de atores, os “outsiders” sempre eram vinculados à anomia e a eles eram atribuídas as causas de toda desordem e problemas sociais. Por outro lado, apontam os autores que apesar deste preconceito, existia em Winston Parva contextos em que se fazia necessário deixar de lado essa estigmatização, sobretudo quando se precisava dos “outsiders” por algum motivo. Desta forma,

[...] inversamente, quando os grupos outsiders são necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando têm alguma função para estes, o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente e o faz de maneira crescente quando a desigualdade da dependência, sem desaparecer, diminui — quando o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos outsiders (: 33).

Este é um exemplo bastante esclarecedor e que se adapta ao propósito desta pesquisa no sul de Minas. Extrapolando os estudos de caso e nos concentrando em uma dimensão mais estrutural, percebe-se o quanto esta relação de estigmatização, mas ao mesmo tempo de complementariedade, se faz presente nas relações humanas em todos os tempos. Assim, reconhece-se a diferença, porém, sabe-se que em alguns momentos será necessário ultrapassar as fronteiras entre os “de dentro” e os “de fora” para a sobrevivência social e até mesmo para a econômica de um grupo.

Em trabalho de campo realizado em Catuçaba, município do Alto Paraíba, Brandão (1995) aponta para a divisão feita pelos camponeses moradores do local entre as pessoas de dentro e de fora. Para tanto, o autor elabora alguns quadros que relacionam esta classificação a partir dos seguintes critérios: relação de posse, uso e trabalho; modo de participação no sistema local de produção; e relação de residência (: 100). Assim, as propriedades dividem-se em “terra de trabalho”, “terra de negócio” e “terra de lazer”. “Ser do lugar” refere-se, segundo os próprios termos utilizados pelos camponeses, à condição de *sitiante, lavrador, fazendeiro* ou *criador pecuarista dono de fazenda* (dada no arrendo ou fechada) que tira sua renda da terra com o uso reduzido ou inexistente de mão de obra fixa contratada. Por sua vez, “ser de fora” relaciona-se aos termos *fazendeirão, ao criador pecuarista dono de fazenda (para negócio)* e ao *dono de sítio ou de chácara*. (: 106).

Segundo sua explanação, conclui o autor que:

É evidente que tal como enunciadas aqui, as expressões **terra de trabalho, terra de negócio e terra de lazer** não são usadas pelas pessoas do Alto Paraíba. Mas as suas diferenças são conhecidas de todos, com detalhes. *Terreno* define basicamente a terra de trabalho, do pequeno sítio até a pequena fazenda de criação, considerada ainda como uma propriedade familiar. *Chácara e fazenda*, muito mais do que *sítio*, são nomes indicativos preferenciais da propriedade de “gente de fora”, compradores de negócio ou lazer. Mais do que o trabalho – ainda que o tamanho ajude a definir o destino – o que distingue a qualidade e, portanto, o nome de cada tipo de propriedade é a origem do possuidor e o uso atual dado à posse” (: 106).

De forma semelhante, no caso desta pesquisa, muito mais do que uma separação estanque e com fronteiras rígidas entre “os de dentro” e “os de fora”, podemos demonstrar a partir de um gradiente, como se dá esta classificação:

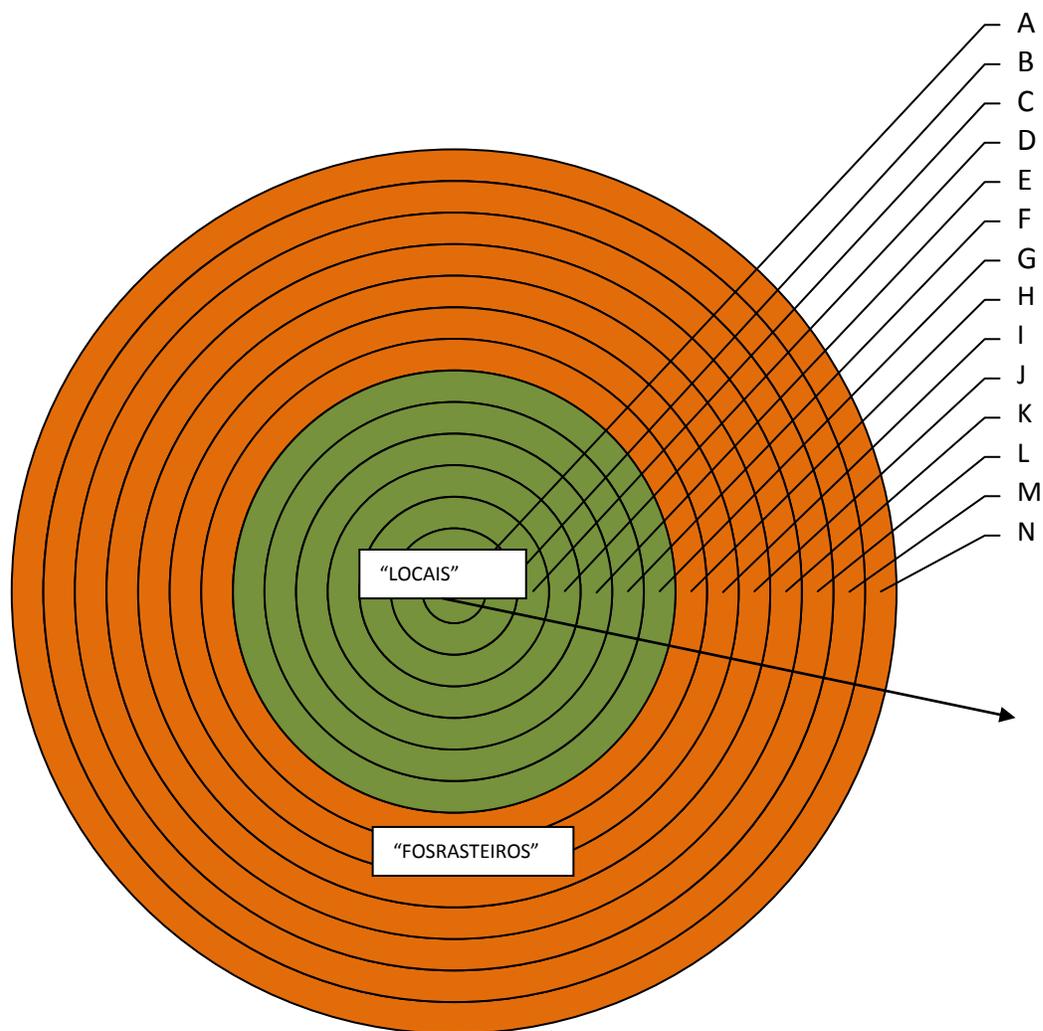


Figura 1: gradiente de pertencimento ao local

Legenda:

A	Nasceu no lugar, mora no mesmo e tira seu sustento apenas das atividades do campo, sem contratação de empregados fixos	Nível 1
B	Nasceu no lugar, mora no mesmo e tira seu sustento apenas das atividades do campo, com contratação de empregados fixos	Nível 2
C	Nasceu no lugar, mora no mesmo e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade, sem contratação de empregados fixos	Nível 3
D	Nasceu no lugar, mora no mesmo e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade, com contratação de empregados fixos	Nível 4
E	Nasceu no lugar, mora na cidade e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade, sem contratação de empregados fixos	Nível 5
F	Nasceu no lugar, mora na cidade e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade, com contratação de empregados fixos	Nível 6
G	Nasceu no lugar, mora na cidade e tira seu sustento somente das atividades da cidade, mantendo uma casa no campo só para o lazer	Nível 7
H	Não é do lugar ¹³ , mora no mesmo e tira seu sustento apenas das atividades do campo sem contratação de empregados	Nível 8
I	Não é do lugar, mora no mesmo e tira seu sustento apenas das atividades do campo com contratação de empregados	Nível 9
J	Não é do lugar, mora no mesmo e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade sem contratação de empregados	Nível 1 ^o
K	Não é do lugar, mora no mesmo e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade com contratação de empregados	Nível 11
L	Não é do lugar, mora na cidade e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade sem contratação de empregados	Nível 12
M	Não é do lugar, mora na cidade e tira seu sustento das atividades do campo e da cidade com contratação de empregados	Nível 13
N	Não é do lugar, mora na cidade e tira seu sustento apenas das atividades da cidade, mantendo uma casa no campo para lazer	Nível 14

¹³ É importante destacar que embora não apareça no gradiente, o fato das pessoas de fora constituírem família, tendo filhos que nascem no local e neste são criados é um fator que os torna mais “locais” e menos “forasteiros”, fato comprovado por experiência própria, quando após seis anos morando na roça, passei a receber a imagem da Virgem Maria em minha residência somente depois que meu filho nasceu.

Como demonstra o gradiente acima, as classificações de pertencimento consideram muito se a pessoa mora na roça, se dela tira seu sustento (exclusivo, parcial ou nenhum) e se faz uso ou não de mão de obra fixa e assalariada. Outros fatores, aqui não mencionados, mas que influem nesta classificação são ainda: religião (praticante ou não do catolicismo, fazendo parte dos ritos coletivos como festas aos padroeiros do bairro, rezas semanais, novenas, etc.); nascimento e criação dos filhos no local; tempo de moradia; atividades rurais desenvolvidas (as muito exóticas são vistas com desconfiança e são mais um marcador de alteridade), dentre outros.

Como se vê, e aqui apenas usamos alguns exemplos, a dicotomia entre “os de fora” e “os de dentro”, “humanos” e “selvagens”, “estabelecidos” e “outsiders” e outros tantos termos nos servem de base para esta pesquisa, em que a relação entre neorurais locais e forasteiros reproduz, de certa forma, tais facetas que vão desde a estigmatização até a complementariedade. Trata-se, mais uma vez, de um entre tantos casos estruturais em que a diferença, se bem manejada, apesar de seu potencial destrutivo tende a ser produtiva.

Vejamos agora, como se dá esta relação no âmbito das associações estudadas.

CAPÍTULO 2

NOVAS RURALIDADES E A QUESTÃO AMBIENTAL

2.1. A emergência de uma “nova ruralidade” relacionada às atuais problemáticas ambientais

Recentemente, em uma época marcada pelos paradoxos da modernidade, temos testemunhado novas formas de viver e atuar no meio rural.

Segundo Giddens (1991), a modernidade trouxe consigo a familiaridade com um desastre ecológico eminente visto os numerosos riscos a que estamos reconhecidamente expostos. Nas próprias palavras do autor:

Danos ambientais irreversíveis de longo prazo podem já ter ocorrido, talvez envolvendo fenômenos dos quais ainda não estamos a par. Do outro lado da modernidade, como virtualmente ninguém na Terra pode continuar sem perceber, pode não haver nada além de uma ‘república de insetos e grama’, ou um punhado de comunidades sociais humanas danificadas e traumatizadas. Nenhuma força providencial vai intervir inevitavelmente para nos salvar, e nenhuma teleologia histórica garante que esta segunda versão de pós-modernidade não vai desalojar a primeira. O apocalipse tornou-se corriqueiro, de tão familiar que é como um contrafactual de vida cotidiana; e, como todos os parâmetros de risco, ele pode tornar-se real (: 172).

Por conta de tais riscos, explícitos em inúmeros eventos ocorridos no mundo, como o desastre de Chernobyl, a bomba de Hiroshima e a constatação, a partir da segunda metade da década de 50, da capacidade de autoextermínio da humanidade através de armas de destruição em massa, a questão da autopreservação envolvendo uma postura mais ecológica passou a ganhar força (VIOLA, 1987). Neste sentido, a partir da década de 70 do século XX, convenções passaram a ser promovidas pelas Nações Unidas e relatórios foram redigidos (Meadows-1972; Tinbergen-1978; Laszlo-1977; Bariloche e outros subsequentes) atentando para a necessidade de um plano de gestão coletivo que levasse em conta um desenvolvimento econômico mais sustentável e a distribuição de recursos de forma mais equitativa e global.

Ainda de acordo com Viola (1987), o fortalecimento do movimento ecológico que data desta mesma época, passou a ganhar força, sobretudo pelo questionamento do marxismo, que na teoria e também na prática demonstrou a desconsideração dos limites dos recursos naturais, uma vez que, como afirma o autor:

[...] a teoria do valor-trabalho supõe a infinitude dos recursos naturais e a natureza como um objeto passivo desprovido de valor (Tamames, 1979). O Marx da maturidade associava a sociedade ideal a um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas materiais, o socialismo continua e aprofunda o capitalismo neste sentido. Os movimentos ecológicos são parcialmente herdeiros da cultura socialista e particularmente da crítica marxista da ética utilitarista (Ramos, 1981). O ecologismo critica o utilitarismo não apenas nas relações no interior da sociedade (como o faz o marxismo), mas também, e fundamentalmente, nas relações sociedade-natureza (: 02).

No âmbito da sociologia, é, sobretudo a partir das análises a respeito da condição da modernidade que se passa a contemplar mais detidamente as questões ambientais, vistas as consequências trazidas pela fé no progresso e na tecnologia que teria como função libertar a humanidade da servidão, o que de fato não se concretizou, trazendo, ao contrário, problemas até então inexistentes, como a escassez dos recursos naturais e, sobretudo, a desigualdade na distribuição dos mesmos.

Assim, a sociologia ambiental surge apoiada no conceito de *risco*, sendo que este:

[...] passou a ocupar um lugar central na teoria social, já que dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck (1992 e 1999) e Anthony Giddens (1991) consideraram os riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves consequências, como chaves para entender as características, os limites e as transformações do projeto histórico da modernidade (GUIVANT, 1998).

Segundo Ferreira (2009), a constatação desses problemas de certa forma impulsionou a sociologia a preencher suas lacunas teóricas que até então eram formuladas baseando-se na dissociação do mundo social em relação aos processos biofísicos, passando a incorporar esta relacionalidade em sua agenda de investigação, o que se evidencia nos diálogos interdisciplinares que se encontram no cerne de suas discussões.

Na tentativa de compreender essas novas realidades marcadas pelo temor em relação à segurança ambiental, para além das análises de risco

(GIDDENS, 1991; BECK, 1998), as discussões teóricas que giram em torno dessa questão apontam, sobretudo no âmbito da Sociologia e Antropologia Rural, para um fenômeno denominado como “novas ruralidades”.

A princípio, tais análises centravam-se em um suposto “fim do campesinato” devido à instauração da Revolução Verde, que promoveu um intenso êxodo rural e a substituição crescente da mão de obra humana por um pacote tecnológico que envolve desde maquinário agrícola até insumos químicos que visam um substantivo aumento de produtividade. Aliado a isto, no contexto brasileiro, a promulgação do Estatuto da Terra de 1964 contribuiu significativamente para a migração do homem do campo para as cidades.¹⁴

De fato, entre os anos 60 e 80, dados estatísticos mostram que este movimento de êxodo rural realmente aconteceu, porém, temos assistido atualmente a um declínio nesta estatística, e novas formas de atuar e permanecer no meio rural.

Ao comentar alguns estudos que procuram compreender os processos sociais que vem acontecendo no campo atualmente, Carneiro (2008) aponta

¹⁴ Com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei Número 4.504, de 30/11/1964), milhões de trabalhadores rurais, que antes sobreviviam sob o regime de colonato, residindo nas casas das propriedades rurais onde ofereciam em troca sua mão de obra nas lavouras, além de dividir parte da produção de suas roças de milho, feijão e outros cultivares com o dono da terra, foram maciçamente expulsos do campo sob a justificativa de que os custos econômicos dos direitos trabalhistas tornar-se-iam muito onerosos para os proprietários, que mantiveram apenas um número reduzido de funcionários devidamente registrados em suas fazendas, contratando sazonalmente mão de obra eventual, os chamados “bóias-frias” (Olinger, 1991).

para um suposto “renascimento do rural” (Kayser, 1990), em que novos atores e relações se estabelecem desmanchando as fronteiras entre campo e cidade.

Ainda segundo Carneiro (2008), dados do PNAD-IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) demonstram que a partir de 1990, a população rural e de pequenas cidades interioranas passou a ter um crescimento de 1,1% ao ano contra 1,3% de crescimento anual da população em todo o país. Em algumas regiões este movimento de retorno ao campo é mais visível, como no estado de São Paulo. Vale lembrar que essa estatística vem acompanhada de outra, que aponta para uma taxa de crescimento anual de 6,1% ao ano de ocupações não agrícolas no campo.

De acordo com Graziano (1996), essas ocupações não agrícolas dizem respeito à transferência de indústrias das zonas urbanas para a zona rural de pequenos municípios. Outro tipo de atividade não-agrícola desenvolvida no campo é a realizada pelos chamados “part-time”, prestadores de serviço autônomos que exercem atividades relacionadas à suposta “urbanização” do meio rural¹⁵ como jardineiros, empregadas domésticas, guias turísticos e trabalhadores de agroindústrias. No entanto, as novas ruralidades discutidas neste trabalho não focalizam este retorno ao campo com um viés estritamente econômico, mas tenta dar conta de explicar as motivações e subjetividades envolvidas nestas escolhas.

¹⁵ Muitas discussões eliminam esta dicotomia entre rural e urbano (Queiroz, 1973;1978; Carneiro, 2008), afirmando que estas são realidades que se interpenetram e complementam, ideia da qual sou partidária.

Em coletânea do NEAD- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (GODOI; MENEZES; MARIN , 2009) organizada em dois volumes e intitulada “Diversidade do campesinato: expressões e categorias”, já se delinea a partir dos artigos expostos as modificações pelas quais vem passando o campesinato brasileiro, que a partir de estratégias de reprodução, se renova e reinventa constantemente, o que afasta a ideia de um rural estático, parado no tempo e residual. Entretanto, embora tais modificações se refiram a um “novo rural”, não se encontra neste compêndio trabalhos a respeito das novas ruralidades que nesta tese se focaliza.

Cabe aqui mencionar, como já aponta Giuliani (1990), que inversamente aos movimentos de retorno ao campo, impulsionados pela necessidade econômica, como os ciclos da borracha, café, algodão e soja, ou os de substituição da mão de obra escrava pela livre, através da imigração de europeus para as lavouras de café, ou ainda, a ocupação incentivada pelo governo das fronteiras do Oeste e da Amazônia, essa reocupação do espaço rural a qual nos referimos, relaciona-se a uma opção particular de reviver os valores do campo. Segundo o autor:

O que faz reviver os valores próprios do mundo rural, transformando-os em força crítica das formas em que a sociedade inteira se desenvolve, é uma livre escolha bem precisa e particular. Isto é, quando as pessoas decidem não mais morar na cidade e não mais trabalharem em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais (: 01).

Sua reflexão acerca deste tema baseia-se em pesquisa de campo desenvolvida na região serrana do estado do Rio de Janeiro, mais precisamente nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, onde ele identificou a reocupação do meio rural por novos produtores que possuíam perfis semelhantes. Todos os atores sociais analisados possuíam formação superior, vinham de uma classe alta e em grande parte, tiraram suas ideias e modelos de produção de viagens ao exterior. Este é o caso dos produtores que iniciaram a criação de escargots, rãs-touro, plantação de ervas finas e criação de peixes em uma reserva ambiental por um deles demarcada. É comum a todos eles a busca por uma literatura especializada, diálogo com técnicos da área e adaptação destas técnicas ao clima e solo brasileiros.

Por encararem seus empreendimentos como um negócio, investem um capital inicial e sabem que precisam de tempo para que estes se estabeleçam e passem a dar um bom retorno econômico. Sempre contam com mão de obra assalariada, entretanto, seus funcionários não costumam compactuar com este ideal de vida e ritmo de trabalho “menos alienante” se comparado ao da cidade. Para definir esta situação, Giuliani (1990) demonstra como esta ocorre no âmbito de suas atividades:

É bem verdade que o titular da empresa também trabalha nela, às vezes ao lado do cônjuge. Ele é o organizador e o depositário do saber técnico, aquele que cuida das operações mais delicadas e que comercializa os produtos, mas nada poderia fazer sem um certo número de assalariados. Sua organização produtiva, longe de ser familiar como a dos franceses, é decididamente capitalista,

porém com certas ambiguidades . Ao falar de suas atividades, os "novos-rurais" expressam uma satisfação com o fato de terem construído as condições de uma vida mais serena, mais harmoniosa, na qual o tempo de trabalho não contrasta com o tempo livre. Tempo de lazer e tempo produtivo se confundem, porque as atividades desempenhadas são fruto de uma escolha. É explícito o prazer de seu exercício, porque obriga a uma contínua superação de dificuldades e barreiras, proporcionando assim uma aprendizagem e um crescimento contínuo. O trabalho não é visto como alienado nem alienante; ele é percebido como personificante, construtivo e enriquecedor. É uma pena que seus trabalhadores não consigam entender isso! Nesse mundo idílico "os empregados" parecem ser o único e verdadeiro problema que os "novos-rurais" enfrentam. Todos eles afirmam que seus trabalhadores resistem em adotar as novas técnicas ou não têm cultura suficiente para assimilá-las. Além disso, os "empregados" nunca demonstram ter a paciência e a determinação indispensáveis para enfrentar as constantes dificuldades, problemas e imprevistos. Eles querem um horário de trabalho "frouxo" e um salário de quem mora na cidade. Aliás, sempre estão sonhando com a cidade e na primeira oportunidade deixam tudo e se transferem para aquele mundo horrível, cheio de poluição e neurose. Eles ainda não entendem as virtudes e os benefícios do campo (:07).

Como demonstra o trecho transcrito, estes neorurais que vêm dos grandes centros urbanos nem sempre buscam no campo uma vida totalmente alternativa. Muitas vezes, o ambiente de trabalho torna-se mais agradável, seu cotidiano passa a se desenvolver em um contato mais próximo com a natureza, mas nem sempre trabalham menos, nem tampouco suas atividades se assentam em outros modos de produção que ao menos fujam minimamente do capitalista. A própria extração de mais-valia de seus empregados continua sendo a mesma que a das empresas situadas nas zonas urbanas, com o diferencial de se sentirem incompreendidos por estes, que não compactuam com suas aspirações de vida.

De toda forma, mesmo não se diferenciando de fato, ao menos no que tange à estrutura capitalista de uma empresa urbana, algumas atividades

econômicas relacionadas à preservação do meio ambiente têm ganhado cada vez mais destaque. Assim, uma nova ruralidade ligada a estas questões converge com a preocupação mundial em equacionar os recursos naturais com o crescimento populacional desenfreado e os males trazidos pelos desequilíbrios ambientais.

Em trabalho que versa sobre o turismo rural como uma nova forma de atuar no campo por meio da pluriatividade, Porto & Souza (2011) apontam que:

A emergência de novas funções para o rural, extrapolando a demanda agrícola tradicional, é uma questão que nos remete a uma nova composição da arquitetura social no campo, com relações entre atores tradicionais e novos grupos que passam também a assumir papéis centrais no processo de definição e de escolhas sobre o que é o rural. Dentre essas novas agendas, (que não surgem espontaneamente, mas são produtos de relações de interesses), podemos ressaltar a emergência das questões ambientais, que colocam ao rural a função de conservação dos recursos naturais e das suas características paisagísticas (:03).

O trabalho de Aun (2011), desenvolvido na cidade de Gonçalves-MG também aponta para o turismo rural como um apelo ambiental e justificativa tanto para neorurais forasteiros instalarem-se no campo quanto para neorurais locais permanecerem nesses locais a partir de novos discursos e práticas, que passam a valorizar os aspectos ambientais e de conservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, terras que outrora eram desvalorizadas, pois não seriam vantajosas para a produção agrícola, como é o caso das

extremamente íngremes e, portanto, não tratoráveis, passam até mesmo a custar muito mais caro e entram para o *hall* da especulação imobiliária, como de fato tem acontecido neste e em outros municípios da região.

Ao estudar as novas ruralidades nos campos franceses, Bernard Kayser (1990) aponta para um novo perfil de moradores e produtores agrícolas. Assim, em um dos capítulos de seu livro “*La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*”, o autor compõe o perfil dos novos camponeses ou “neururais” como majoritariamente oriundos das grandes cidades e em busca de um ideal de vida muitas vezes diferenciado dos que nesses locais viveram durante toda uma vida.

Essas pessoas têm em comum um perfil alternativo. Vem de uma classe média a alta e desempenham atividades mistas, tanto rurais quanto urbanas. São artistas, estudantes, professores, intelectuais e trabalhadores sociais em sua maioria. Sua posição questionadora em relação ao sistema capitalista e no caso francês, sobretudo após o maio de 68, faz com que busquem na zona rural uma espécie de “retorno à terra”.

Nas palavras do autor, suas motivações para este movimento são as seguintes:

Le retour au désert, représenté comme un espace de non-civilisation (...) et le retour à la terre, à l'économie traditionnelle, orienté par la redécouverte des gestes traditionnels et des rythmes saisonniers (: 171).

No entanto, no caso francês a experiência de “viver em comunidade” de forma autossuficiente difundida nos anos 60, com uma produção voltada, sobretudo para a subsistência, foi pouco a pouco se desfazendo em unidades familiares, que passaram a produzir e comercializar, mesmo que em pequena escala e de forma artesanal, queijos, frutas, mel, plantas medicinais, pães e outros.

Normalmente, essas pessoas participam ativamente da vida política local, envolvendo-se nas eleições e associações comunitárias como forma de integrar-se à comunidade. Trata-se de estabelecer um sentimento de pertencimento ao local e de ser reconhecido como parte da estrutura social. Enfim, o que leva essas pessoas a este movimento de retorno à terra é o *stress* com a civilização contemporânea, movido por uma espécie de utopia comunitária.

Kayser (1990) afirma por fim que embora ainda minoritário, os “neururais” são uma parcela populacional que não deve ser desconsiderada, visto o seu potencial transformador do meio rural.

De fato, a análise do perfil dos produtores das associações aqui estudadas encontra eco nas constatações de Kayser (1990). Vindos das grandes cidades, estes neururais forasteiros normalmente tentam conciliar a experiência que adquiriram durante toda uma vida urbana com o ideal de viver próximo à natureza, ideal que a propósito vem de tempos antigos,

desde a crise ocidental em relação aos males trazidos pela Revolução Industrial.

Assim como a metrópole paulistana, de onde vem grande parte dos neorurais forasteiros desta pesquisa, moradores de Londres do século XVIII já se queixavam da poluição do ar causada pelas chaminés das indústrias. Segundo Thomas (1988), esta queda na qualidade de vida promoveu uma intensa valorização do campo, cujos moradores passaram a ser associados a um bom exemplo de saúde e moralidade que já não mais se encontrava nas cidades. Assim, os mais abastados sempre mantiveram uma casa com os devidos requintes urbanos na zona rural, onde passavam finais de semana e férias.

Os neorurais forasteiros desta pesquisa de certa forma compartilham deste sentimento que vem desde outrora. Normalmente, constituem-se de recém-aposentados que já planejavam morar na casa de campo nesta fase da vida, de profissionais com horários mais flexíveis, que podem conciliar seus compromissos de trabalho com a vida na zona rural e em alguns poucos casos, jovens com alto grau de instrução que não se adequam ao modo de vida citadino e buscam um ideal de vida mais justo no campo.

De fato, este aumento de citadinos no meio rural pode inclusive ser constatado nas cidades sul-mineiras, como aponta a pesquisa de doutorado realizada em bairros rurais do município de Ouro Fino por Camargo (2010), ao afirmar que seus moradores atestam um aumento significativo no número

de chácaras e sítios pertencentes a pessoas de grandes cidades paulistas, como São Paulo e Campinas, que majoritariamente fazem uso recreativo dessas propriedades. Tal fato, segundo a autora, acaba por gerar uma disputa e um repensar sobre o que é considerado rural entre esses forasteiros e a população preexistente.

Segundo Wanderley (2000), o confronto de interesses entre diferentes grupos sociais inseridos atualmente no meio rural acaba por promover um repensar sobre este espaço, marcado, sobretudo por três posições: sua destinação produtiva, sua destinação como residência e lazer e sua destinação como patrimônio ambiental “... a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não” (: 100).

O trabalho a ser desenvolvido não foge dessas tensões a partir do intercâmbio cultural que ocorre entre os tidos forasteiros e os agricultores da própria região, ambos constituintes das associações estudadas.

Em pesquisa realizada na área metropolitana de Curitiba-PR, Karam (2002) estudou uma nova ruralidade que se forma em torno da AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná), composta pelo que ela denomina de “agricultores tradicionais”, ou seja, os que sempre viveram do campo, mas que optaram recentemente pelo manejo orgânico de produção, e os “neururais” advindos das grandes cidades que optaram por uma vida rural sem ter tido experiência prévia com este tipo de trabalho. Para a autora, a agricultura orgânica tem representado uma estratégia de permanecer e

dinamizar o modo de vida rural para esses dois tipos de agricultores, que apesar de suas diferenças no que tange ao histórico de vida e motivações de atuar na agricultura, convivem em torno de um mesmo ideal.

Tal trabalho no estado do Paraná em muito se assemelha a alguns aspectos desta pesquisa, como as diferenciadas ideologias que levam tipologias distintas de produtores a optarem pela agricultura orgânica, ideologias estas que encontram convergências e divergências, como veremos mais adiante.

De toda forma, o apelo ambiental não deixa de ser contemplado de diferentes formas e a partir de variadas vivências, na prática e no discurso dos produtores aqui estudados.

Enquanto que para os neorurais forasteiros a reflexão sobre o meio ambiente se inicia desde muito antes de sua decisão de morar e produzir no campo, a partir de uma escolha por uma alimentação mais saudável e a identificação da zona rural como *locus* de recolhimento que proporciona uma vida mais salutar e tranquila em meio à natureza, para os neorurais locais, esta análise e prática diferenciadas passaram a fazer parte de seus cotidianos recentemente, por meio da observação dos desastres naturais que têm ocorrido nos últimos tempos por conta dos desequilíbrios ambientais, por parte da pressão de órgãos que legislam com base nesses preceitos, como a Polícia Florestal e por exigência do próprio mercado, a

partir das regras das certificadoras de orgânicos, às quais submetem a inspeção de suas produções.

Muitos desses produtores locais inclusive passaram a adotar o manejo orgânico como última alternativa de permanecer no campo, após o insucesso e altos gastos com lavouras convencionais. Assim, se no caso dos forasteiros a produção orgânica é um ideal que sempre esteve em seus horizontes, para os locais trata-se, em muitos casos, de uma última tentativa.

2.2. Da Revolução Verde às novas práticas agrícolas conservacionistas: a reconfiguração dos conceitos ligados à produção no campo

Como se sabe, a Revolução Verde caracterizada pela aplicação de produtos tóxicos utilizados na I e, sobretudo na II Guerra Mundial, como defensivos agrícolas contra pragas e doenças da agricultura, mudou os rumos da produção mundial de alimentos.

No Brasil, este processo se intensificou entre as décadas de 60 e 70, em que o governo e órgãos de assistência técnica fizeram um grande investimento na divulgação e facilitação no uso desses produtos através de, por exemplo, empréstimos facilitados ao agricultor¹⁶.

¹⁶ Fonte: Publicação do mandato Coletivo e Participativo Deputado Padre João (2007); STERN; YOUNG; DRUCKMAN (1993); Neto (1999).

A partir de então, os saberes relativos ao controle de pragas por métodos mais naturais, relacionados aos etnoconhecimentos das populações rurais, foi deixado de lado e rapidamente substituído pelo uso de tais produtos, que facilitavam e aumentavam a produção. Atrelado a isto, a disseminação do uso de maquinário fez com que a mão de obra humana fosse paulatinamente descartada, juntamente com os artefatos da produção familiar.

Isso trouxe grandes consequências no sistema de conhecimentos das populações rurais, que passou a desvalorizar os usos e práticas passados de geração em geração, uma vez que tais métodos, se comparados aos níveis de produtividade modernos, se tornaram obsoletos.

Segundo Henri Mendras (1969):

[...] a invasão da técnica, para não dizer da ciência, no trabalho do cultivador conduz a uma mudança radical de suas atitudes diante da natureza. O camponês tradicional utilizava os mecanismos naturais, mas não os dominava, era seu servo. A terra era velha companhia tirânica da qual ele devia suportar os caprichos. O agricultor moderno, ao contrário, domina a natureza e a submete às suas vontades e a manipula a seu modo (: 48).

Assim, vive-se um grande período em que apenas os benefícios destes produtos, e não os riscos que estes oferecem à saúde humana e aos ecossistemas em geral eram conhecidos. Na década de 80, entretanto, iniciou-se de forma mais organizada no Brasil movimentos de contestação a este tipo de agricultura predatória via associações de produtores rurais, organizações sindicais e pastorais religiosas, que buscavam como alternativa

a este padrão, a aplicação de uma agricultura “alternativa” (BRANDENBURG, 2005).

Na década seguinte, a convenção ECO 92 sediada no Rio de Janeiro, fortaleceu ainda mais no país os movimentos de contestação à agricultura convencional, identificados atualmente como de “agricultura ecológica”, abrangendo diversos tipos de produção que seguem esta linha da sustentabilidade dos recursos naturais e humanos (BRANDENBURG, 2005).

Atualmente, a partir da luta dos movimentos ambientalistas, ONGs, grupos ecologistas e percepção da sociedade civil dos riscos alimentares e ambientais trazidos pela modernidade, bem como por meio da observação dos impactos que o uso indiscriminado desses produtos causou à natureza, as populações rurais vêm passando por algumas modificações e até mesmo por um resgate de suas práticas antigas de produção.

A chamada “questão ambiental”, impulsionada por um repensar nos limites do crescimento econômico à custa da espoliação dos recursos naturais, tem sido internalizada cada vez mais pela sociedade, tanto em um nível acadêmico, civil quanto das políticas públicas (FERREIRA, 2009).

A reboque das explicações que relacionam esta crise com o modo de vida promovido pelo capitalismo e seu desenfreado industrialismo (ILICH, 1976; OPHULS, 1977; DUPUY, 1980), que não prevê a distribuição dos recursos de forma equitativa e que como alternativa propõe a organização da sociedade civil para a superação deste processo, algumas análises têm também apontado possibilidades de uma convivência mais harmônica entre

natureza e sociedade, sem que necessariamente seja estabelecida esta oposição. Este é o caso das pesquisas antropológicas que enfatizam as chamadas “populações tradicionais”, como as indígenas e rurais, que em suas ideologias e práticas têm demonstrado um rico sistema classificatório e preservacionista relacionado ao meio ambiente, por meio dos “etnoconhecimentos” ou “saberes tradicionais” (ARRUDA & DIEGUES, 2001). Além disto, o movimento de “retorno à terra” vivenciado pelos neorurais forasteiros tem evidenciado esta ideologia, além das pesquisas empreendidas no âmbito da agricultura orgânica que incentivam o manejo sustentável das propriedades agrícolas.

É a partir dessas discussões, da escassez e espoliação dos recursos naturais, que relatórios são redigidos com o intuito de traçar metas mundiais para um desenvolvimento afinado com os aspectos ecológicos. No Brasil, o maior impacto neste sentido se deu a partir da Convenção Eco-92 no Rio de Janeiro, que lançou mão da Agenda 21 e dos conceitos de “sustentabilidade” e “gestão compartilhada”, que responsabiliza os signatários deste documento a promoverem políticas integradas para o meio ambiente e desenvolvimento (ALMEIDA, 2009). A partir de então, iniciou-se um esforço em trazer tais intenções para a prática cotidiana, quer seja através de ações individuais, quer seja pelo compromisso governamental em legislar baseado nesses preceitos (FERREIRA, 2009; ALMEIDA, 2009).

Nos contextos rurais este debate veio fazer parte do cotidiano das populações, sobretudo, por meio de leis ambientais consideradas mais

rígidas e que dizem respeito, por exemplo, à preservação de nascentes e mananciais; ao estabelecimento de reservas florestais; à aplicação de multas severas e até mesmo prisão no caso de desmatamento não autorizado e caça; ao uso mais comedido e seguro de agrotóxicos, dentre outras iniciativas. Certamente essas são questões que até hoje suscitam polêmica e diferentes condutas, inclusive por parte dos órgãos ambientais que pressionados pelo capital, muitas vezes fazem concessões aos grandes proprietários de terra em detrimento dos pequenos¹⁷.

O aumento de “pessoas de fora” nas áreas rurais que “fogem” das grandes cidades à procura de tranquilidade e de uma vida mais saudável no campo, respirando ar puro e muitas vezes realizando atividades agropecuárias que fazem uso de técnicas ecológicas tem se constituído ainda em outra forma em que as populações rurais locais têm tido contato com este novo paradigma ambiental¹⁸.

Com a formação de associações de produtores orgânicos, os neorurais locais têm entrado cada vez mais em contato com as preocupações que envolvem um manejo que promova o equilíbrio ambiental e o sustento de suas famílias. Neste âmbito, o famoso tripé da agricultura orgânica, qual seja, *“socialmente justo, ecologicamente correto e*

¹⁷ Este, no entanto, é um campo repleto de conflitos, progressos e regressos. O caso do Novo Código Florestal Brasileiro é um exemplo disto ao propor um afrouxamento da legislação ambiental ao invés de promover uma discussão a respeito das situações problemáticas de sua aplicabilidade. A pressão da sociedade civil neste caso tem sido intensa tanto por parte dos ambientalistas quanto da bancada ruralista, que tem patrocinado excursões de produtores rurais do interior do país como massa de manobra para pressionar a aprovação do novo código, fato ocorrido recentemente na cidade de Santa Rita do Sapucaí, MG, incentivados pelo Sindicato Rural.

¹⁸ Para este assunto consultar Brandão (1999) em “O Afeto da Terra”.

economicamente viável” passa a ganhar cada vez mais destaque e mobiliza novos atores sociais na busca deste ideal, que se constrói a partir do constante diálogo com os neorurais forasteiros, que embora com motivações e históricos de vida diferenciados, têm também muito o que aprender com o “povo da roça”, possuidor de um amplo conhecimento sobre o manejo sustentável, apenas deixado de lado por conta das pressões de mercado e mudanças de hábito, mas novamente resgatado nesses novos contextos que se apresentam.

CAPÍTULO 3

DEFINIÇÕES PRELIMINARES SOBRE AGRICULTURA ORGÂNICA E SUAS MÚLTIPLAS VERTENTES

3.1. Alguns tipos de agricultura orgânica

Antes de nos aprofundarmos na discussão desta pesquisa, cabe uma breve apresentação das diferentes vertentes de agricultura ecológica praticadas atualmente, e quais as majoritariamente eleitas pelos agricultores das associações estudadas em sua lida cotidiana. Como veremos com mais detalhes no desenvolvimento desta parte do trabalho, existe uma distinção entre tais práticas que vão de mais objetivas e materialistas a holísticas e espirituais.

A agricultura orgânica por si só, está focada em uma produção que substitui os insumos químicos e tóxicos da agricultura convencional por outros, por assim dizer, mais naturais e não prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana, além de priorizar a incorporação de matéria orgânica nos solos como modo de viabilizar a saúde da terra, das plantas e dos animais.

Segundo Darlot (2004), o movimento que preconizava um estilo de vida mais saudável por meio de uma alimentação natural teve início na

Europa em meados do século XIX, fazendo eco às contestações contra o industrialismo e urbanização desenfreados. Neste contexto, surgiram pesquisas e práticas isoladas que vão contra a visão da época, cada vez mais focada na utilização de insumos químicos na agricultura. Assim, embora este seja um assunto em voga na atualidade, a agricultura orgânica não se trata de algo novo, mas de um processo que vem se desenvolvendo ao longo dos anos de forma mais ou menos marginal, mas que agora, por conta da crise global no que tange aos problemas que envolvem a questão ambiental, vem ganhando visibilidade e adeptos tanto na produção quanto no consumo.

De forma geral, o movimento de agricultura orgânica pode ser agrupado em quatro grandes vertentes, quais sejam: agricultura biodinâmica, biológica, orgânica e natural. Dentre estas, ainda existem outras derivações como a permacultura, agricultura ecológica, agroecológica¹⁹, regenerativa e sustentável, isto só para citar as mais conhecidas. Darlot (2004) resume as convergências entre essas correntes da seguinte forma:

Em síntese, podemos destacar que o ponto comum entre as diferentes correntes que formam a base da agricultura orgânica é a busca de um sistema de produção sustentável no tempo e no espaço, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de produtos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, mantendo o incremento da fertilidade e a vida dos solos, a diversidade biológica e respeitando a integridade cultural dos agricultores. (Darlot, 2004)

¹⁹ De acordo com depoimento do Prof. Dr. Luis Dias da Rocha, engenheiro agrônomo, “a agroecologia tem sido tratada como uma vertente abrangente e inclusive compõe as políticas de governo. Conforme a legislação nacional, temos duas vertentes (agroecologia e agricultura orgânica) e dentro destas estariam as demais, porém, ainda sem nenhuma tese para debate sobre isto” (junho de 2013).

Essas formas de agricultura podem ser sumariamente descritas em suas origens e características da seguinte maneira:

TABELA 1: PRINCÍPIOS BÁSICOS E PARTICULARIDADES DOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS QUE ORIGINARAM OS MÉTODOS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO (Fonte: Darlot, 2004)²⁰

MOVIMENTO OU CORRENTE	PRINCÍPIOS BÁSICOS	PARTICULARIDADES
Agricultura Biodinâmica (ABD)	É definida como uma “ciência espiritual”, ligada à antroposofia, em que a propriedade deve ser entendida como um organismo. Preconizam-se práticas que permitam a interação entre animais e vegetais; respeito ao calendário astrológico biodinâmico; utilização de preparados biodinâmicos, que visam reativar as forças vitais da natureza; além de outras medidas de proteção e conservação do meio ambiente.	Na prática, o que mais diferencia a ABD das outras correntes orgânicas é a utilização de alguns preparados biodinâmicos (compostos líquidos de alta diluição, elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais) aplicados no solo, planta e composto, baseados numa perspectiva energética e em conformidade com a disposição dos astros.
Agricultura Biológica (AB)	Não apresenta vinculação religiosa. No início o modelo era baseado em aspectos socioeconômicos e políticos: autonomia do produtor e comercialização direta. A preocupação é com a proteção ambiental, qualidade biológica do alimento e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Os princípios da AB são baseados na saúde da planta, que está ligada à saúde dos solos. Ou seja, uma planta bem nutrida, além de ficar mais resistente a doenças e pragas, fornece ao homem um alimento de maior valor biológico.	Não considera essencial a associação da agricultura com a pecuária. Recomenda o uso de matéria orgânica, porém essa pode vir de outras fontes externas à propriedade, diferentemente do que preconizam os biodinâmicos. Segundo seus precursores, o mais importante é a integração entre as propriedades e com o conjunto das atividades socioeconômicas regionais. Este termo é mais utilizado em países europeus de origem latina (França, Itália, Portugal e Espanha). Segundo as normas, uma propriedade “biodinâmica” ou “orgânica”, é também considerada como “biológica”.
Agricultura	O modelo apresenta uma vinculação religiosa (Igreja Messiânica). O princípio fundamental é o de que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da	Na prática se utilizam produtos especiais para preparação de compostos orgânicos, chamados de <i>microrganismos eficientes</i> (EM).

²⁰ Esta tabela classifica a agricultura orgânica em grandes grupos, sendo apenas uma tentativa de tornar mais evidentes as semelhanças e diferenças de cada corrente, no entanto, reconhece-se as múltiplas contestações de termos e enfoques teóricos dados a cada uma delas.

Natural (AN)	natureza, reduzindo ao mínimo possível a interferência sobre o ecossistema. Por isso, na prática não é recomendado o revolvimento do solo nem a utilização de composto orgânico com dejetos de animais. Aliás, o uso de esterco animal é rejeitado radicalmente.	Esses produtos são comercializados e possuem fórmula e patente detidas pelo fabricante, embora também possam ser elaborados nas propriedades rurais. Esse modelo está dentro das normas da agricultura orgânica.
Agricultura Orgânica (AO)	Não tem ligação a nenhum movimento religioso. Baseado na melhoria da fertilidade do solo por um processo biológico natural e pelo uso da matéria orgânica, o que é essencial à saúde das plantas. Como as outras correntes, essa proposta é totalmente contrária à utilização de adubos químicos solúveis. Os princípios são, basicamente, os mesmos da agricultura biológica.	Apresenta um conjunto de normas bem definidas para produção e comercialização da produção determinadas e aceitas internacionalmente e nacionalmente. Atualmente, o nome “agricultura orgânica” é utilizado em países de origem anglo-saxã, germânica e latina. Pode ser considerado como sinônimo de agricultura biológica e engloba as práticas agrícolas da agricultura biodinâmica e natural.

Os membros das associações estudadas, sobretudo os neorurais forasteiros, muitas vezes têm conhecimento prévio, mesmo que incipiente, de uma ou mais correntes de agricultura orgânica e suas práticas em geral são uma mescla de cada uma delas.

De uma forma mais ampla, essas associações têm optado pela prática das agriculturas orgânica e biodinâmica, uma vez que todas foram em algum momento ou são certificadas pelo IBD (Instituto Biodinâmico) e duas delas participam de projetos da ABD (Associação Biodinâmica), como o ligado à recuperação e produção de sementes nativas e orgânicas. No entanto, os compostos da Agricultura Biológica (*EM-Efficients Microorganisms*) se fazem presentes em todas elas.

No seio das próprias associações estudadas, tais práticas coexistem entre os produtores rurais e são devidamente classificadas pelos mesmos. Exemplo disto ocorre na APANFÉ, onde dizem existir produtores orgânicos e biodinâmicos, sendo esta última categoria considerada por alguns como mais completa do que a primeira. Ao mencionar as características dessas duas formas de produção, Silvana, responsável pela comercialização e escoamento dos produtos da associação, aponta para as diferenças qualitativas entre frutas, verduras e legumes produzidos a partir de uma ou outra técnica, sendo que os resultantes da biodinâmica são sempre esteticamente mais apresentáveis que os orgânicos.

No entanto, se para alguns a agricultura biodinâmica é um degrau a ser alcançado, outros informantes locais disseram-me que, apesar de respeitarem e reconhecerem a eficácia deste tipo de prática, esta jamais seria adotada em suas propriedades totalmente por sua vinculação religiosa. Embora a antroposofia, filosofia que originou este tipo de prática agrícola, não se trate de uma religião, seu viés holístico e até mesmo místico é visto com desconfiança por aqueles que têm arraigadas, na fé católica, suas origens e cosmovisão.

Alguns preparados biodinâmicos, por exemplo, como o chamado *flaten*, em que um composto de matéria orgânica, incluindo estrume de vaca, é inserido em um chifre de boi que é enterrado e após alguns meses é desenterrado para ter seu material distribuído em uma grande composteira

em determinada lua e condição astrológica, causam perplexidade entre os neorurais locais, que embora também cultivem tradições “dos antigos” não chegariam a praticar algo aparentemente tão herege e ligado a uma simbologia pagã. Sendo assim, preferem ser praticantes de uma agricultura orgânica mais simples e ligada a causas e consequências materialmente explicáveis.

Silvana também comenta que o próprio “equilíbrio interior” de cada agricultor interfere na sua produção. Ao relatar um caso de um agricultor que sempre produzia lichias grandes e saborosas, apontou para seu insucesso durante um ano que passava por dificuldades financeiras e toda sua intenção com aquela safra era comercial. Segundo seu depoimento, nesse ano as frutas estavam mirradas e venderam muito pouco, o que se explicaria pelo desequilíbrio daquela pessoa, cujo foco estava voltado exclusivamente para a compensação monetária e não para a saúde da planta, da terra e de sua propriedade como um todo.

Essa explicação explicita uma maneira mais holística de lidar com a agricultura, mesmo que esta postura não seja unânime entre produtores de uma mesma associação.

Esta vinculação de uma prática agrícola mais natural com elementos místicos e religiosos é comum na filosofia de algumas religiões, cujas comunidades se espalham pelo mundo e pelo Brasil há muitos anos.

As comunidades hare-krishna, budistas, messiânicas e adventistas, são exemplo disto. Considerando a natureza como um *locus* privilegiado para a conexão divina, seja esta expressa por diferenciadas manifestações e divindades, dependendo de cada crença, muitos grupos têm se formado com o intuito de viver de forma mais sustentável e equilibrada em propriedades rurais, ora com um ideal exclusivo de auto sustentabilidade, ora com a intenção de comercializar seus excedentes ou até mesmo de se especializar na produção e comercialização de determinados produtos.

Este é o exemplo da Igreja Adventista do Sétimo Dia, famosa por sua marca de produtos naturais “Super Bom”, que procura substituir a carne e outros alimentos por outros integrais. No entanto, sua ênfase não está na agricultura orgânica.

A Korin Agricultura Natural, por sua vez, é uma empresa brasileira, com vocação religiosa messiânica, criada dentro de uma filosofia baseada na Agricultura Natural preconizada por Mokiti Okada (Japão 1882-1955), com valores de respeito à natureza, ao produtor e ao consumidor. Esta realiza parcerias com produtores, como ocorreu em Maria da Fé, um dos campos desta pesquisa, antes da existência da APANFÉ.

O movimento Hare Krishna também desenvolve atividades agrícolas de acordo com os preceitos desta religião. Este é o exemplo de uma das mais importantes comunidades rurais do movimento, chamada Nova Gokula, localizada a 20 km da cidade de Pindamonhangaba (SP). A meta em Nova

Gokula é a autossuficiência. Emprega-se a agricultura ecológica sem uso de adubação química e agrotóxicos. Faz-se também um programa de reflorestamento. Outra característica de Nova Gokula é a proteção às vacas. Lá se cria o gado leiteiro e usa-se tração animal para o cultivo da terra e aplicam-se tecnologias alternativas, como o biodigestor.

Estes são alguns exemplos que demonstram inúmeras iniciativas no Brasil relacionadas à opção por uma agricultura alternativa²¹, que vem ocorrendo há alguns anos e que hoje, para além de uma vocação religiosa, culminam em grupos e associações de produtores ecológicos, como ocorre com os atores sociais inseridos nesta pesquisa.

3.2. A certificação como estratégia de credibilidade

Uma vez que a prática da agricultura orgânica ocorra não apenas com a intenção da subsistência ou como dizem os sul mineiros, “só para a despesa da família”, a comercialização desses produtos exigem estratégias de credibilidade, afinal, em um mercado tão amplo composto majoritariamente por produtos oriundos da agricultura convencional, algumas

²¹ Cabe aqui lembrar que o termo “agricultura alternativa” ligado à prática de um manejo agrícola mais ecológico tem sido questionado, afinal, a mesma existe há muito mais tempo que o manejo convencional. Este sim, segundo algumas opiniões, deveria ser considerado alternativo, por ser mais recente e apresentar outras alternativas de produção até então desconhecidas pela humanidade, como o uso de um pacote tecnológico que vai desde agrotóxicos até uso excessivo de maquinário. Neste caso, os termos se inverteriam, o alternativo passaria a ser “tradicional” e o convencional seria “alternativo”.

formas de diferenciação necessitam ser estabelecidas para justificar a origem, qualidade e o preço diferenciado desses produtos.

Segundo Bulhões (2001), a certificação de produtos orgânicos e ecológicos podem ter duas finalidades: a primeira diz respeito ao “critério competitivo”, ou seja, a diferenciação do produto pode gerar mais pedidos e vendas em relação aos convencionais, e a segunda relaciona-se ao “critério qualificador”, que garante acesso a mercados (como redes de supermercado e exportações), mas não garante um diferencial competitivo significativo (: 48).

No Brasil, a certificação de produtos orgânicos iniciou-se na primeira metade da década de 80, por meio, sobretudo, do IBD (Instituto Biodinâmico), por sua vez credenciado a certificadoras internacionais, como a francesa IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movement) e a alemã DAR (*Deutsche Akreditation Rat*). Este sistema, conhecido como certificação por auditoria, adota procedimentos burocráticos e supostamente isentos, como a avaliação de um inspetor sem relação alguma com o produtor e com a assistência técnica do mesmo, e que autoriza ou não o uso do selo que garante a procedência orgânica de tal produto de acordo com as técnicas de produção empregadas.

Tal método de certificação seria justificado pela atual vigência de um mercado cada vez mais globalizado, em que as relações interpessoais inexistem, daí a necessidade de garantia dos consumidores em relação ao

que estão comprando através do intermédio de certificadoras com credibilidade internacional. No entanto, no contexto brasileiro, este selo verde serviria muito mais para os casos de comercialização em que o intermediador de vendas, como as grandes redes de supermercados ou exportadoras precisam se isentar das responsabilidades de possíveis irregularidades do que das exigências dos próprios consumidores finais. Estes, de acordo com o que têm constatado as pesquisas atuais (Bulhões, 2001; Guivant, 2003; Silveira, 2010), quando buscam por produtos orgânicos normalmente o fazem ora a partir de uma postura de confiança e apoio a uma agricultura alternativa, frequentando as feiras onde compram direto dos produtores, sem a necessidade de um selo, ou o fazem por questões de saúde, o que também incluiria produtos não orgânicos, mas considerados naturais e/ou funcionais, situação em que o selo não influi expressivamente na opção de compra²².

Assim, este sistema de certificação por auditoria, quantitativamente mais caro para o produtor, pois envolve taxas de matrícula, certificação anual, diárias dos inspetores, análises laboratoriais e porcentagem em cima das notas fiscais de venda, só se justificaria no caso em que as exigências para acesso de mercado fossem imprescindíveis. Segundo o depoimento de produtores, assessores de ONGs e empresas de extensão rural, tal

²² O grupo Pão de Açúcar, inclusive, tem apresentado em suas gôndolas de produtos orgânicos, bandejas de isopor com frutas, legumes e folhas sem o devido selo de certificação, apenas informando que são oriundos de “fazendas brasileiras sustentáveis”, o que para muitos consumidores já é o bastante.

metodologia além de ser mais onerosa, qualitativamente deixa muito a desejar, pois pauta-se no arbítrio de um auditor externo e alheio a todo o processo de produção. Trata-se muito mais de uma relação de confiança em que o produtor deve pagar pela aprovação de um órgão do que um acompanhamento sistemático do processo produtivo.

Como alternativa a este tipo de certificação, propôs-se no Brasil, a partir da instrução normativa número 7 de 1999 e lei 10.831/2003, que prevê as normas para a produção, processamento, transporte e comercialização de produtos orgânicos, o processo participativo de certificação, iniciado na rede ECOVIDA em Santa Catarina em 1998, hoje abrangendo os outros dois estados da região sul do país. Tal modelo, pautado não apenas na participação de produtores, mas também de ONGs, instituições governamentais, consumidores e sociedade civil como um todo, prevê que o controle dos métodos orgânicos de produção possa ocorrer de forma democrática, sem o envolvimento de uma empresa que lucre com isto e que na realidade, está alheia às dificuldades e a realidade do processo produtivo. Desta forma, a garantia da qualidade orgânica seria dada pelos envolvidos no processo, que se responsabilizariam inclusive judicialmente sobre possíveis irregularidades²³.

Extrapolando esta polarização no que tange à defesa de um ou de outro tipo de certificação, algumas entidades que lidam com a questão da

²³ A descrição mais sistemática destes SPG (Sistemas Participativos de Garantia) encontra-se minuciosamente descrita no Capítulo 6.

certificação de produtos orgânicos, como empresas, ONGs, associações de produtores e outros, têm defendido a ideia de um “meio termo”, argumentando que a certificação por auditoria pode ser necessária em determinadas situações, como por exemplo, a exportação de produtos, enquanto a certificação participativa já seria suficiente para os mercados local e nacional, onde a exigência de reconhecimento de órgãos internacionais não se impõe.

Por outro lado, as vertentes mais radicais a favor dos Sistemas Participativos de Garantia, argumentam que a lógica de mercado prevaleceu na certificação orgânica e acabou por subverter a ordem das coisas afinal, em um mercado impessoal como o globalizado, o consumidor deveria ter a garantia de qualidade dos produtos produzidos também pelos métodos convencionais.

Assim, de acordo com Bulhões (2001: 54):

[...] a certificação ambiental pode ser vista como um direito do consumidor de saber a qualidade dos produtos que consome. Neste caso, quanto mais afastado dos métodos naturais de produção, e quanto maiores as possibilidades de os alimentos conterem elementos artificiais (resíduos de agrotóxicos, hormônios, antibióticos, etc.), mais importante seria a certificação para informar sobre a presença destes elementos. **Essa segunda visão levaria a que a agricultura convencional também deveria ser auditada e certificada**²⁴ (:54).

²⁴ Grifo meu.

Segundo depoimento de um produtor da ECOMINAS, neorural forasteiro e também engenheiro agrônomo, que não é favorável a nenhum tipo de certificação:

“A certificação não prova nada. Não se deve pagar para seu produto ser certificado, isto é máfia. Os produtores também não devem ter este trabalhão para fazer a certificação participativa porque a não ser pela troca de informações, que é boa, nem a participativa deveria certificar. Apesar de muitas leis, muitas coisas no mundo ainda funcionam na base da confiança. Por que a Coca-Cola, que tem grandes controvérsias na sua formulação, não é certificada por ninguém? Por que volta e meia aparece laticínio que usa água oxigenada para aumentar o volume do leite e ninguém certifica? O que acontece é que a gente confia nos órgãos de vigilância sanitária, e quando por acaso tem alguma denúncia ou calha de em alguma visita eles pegarem alguma irregularidade, daí as devidas atitudes são tomadas.

A certificação do produto orgânico, e do convencional também, deveria funcionar assim: o órgão responsável, no caso o MAPA ou a vigilância sanitária, deveria fazer uma análise laboratorial por amostragem, para detectar se está dentro das normas e ninguém deve pagar por isto, pois é função do governo esta fiscalização. Mesmo neste caso, você pode fazer tudo certinho e seu solo ser contaminado por um vizinho que usa veneno que é carregado para sua propriedade pelas formigas ou água da chuva. Neste caso, tem que investigar mais ainda para saber quem está com a razão.

O produtor orgânico já está se propondo a produzir de forma diferente, de um jeito mais saudável, por que ele ainda deveria pagar para atestarem que ele está sendo ecologicamente correto? É como se você tivesse que pagar todos os anos, sem nem ao menos ser acusado, para provar que é inocente, que não cometeu nenhum crime previsto no código penal como matar, roubar, etc. Só que quem é mais propenso a cometer irregularidades, que são os produtores convencionais, que fazem uso de agrotóxicos, não têm que pagar nada para serem fiscalizados. Eles não usam nenhum selo do tipo: “produto convencional produzido dentro dos limites aceitáveis de uso de agroquímicos”.

Mas é isto, acho que a princípio todo mundo é inocente, e ninguém precisa pagar para atestar isto a menos que se seja acusado. Esta exigência de certificação orgânica é contraditória por si só e não tem nada a ver com as próprias exigências ecológicas de gasto de energia. Você gastar tempo, combustível para deslocamento, papelada com a burocracia, isto por si só já é uma contradição ecológica”.

Como se vê, os processos de certificação são variados e trazem consigo críticas, divergências e pontos de convergência, motivados pelo contexto e tipos de envolvimento dos agentes com a causa. De toda forma, estes métodos têm sido adotados na atualidade como estratégias de diferenciação e de *marketing*, ocupando novos espaços a cada dia no cenário mundial.

**PARTE II: AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES
ORGÂNICOS**

CAPÍTULO 4

HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS

4.1. O início: a importante atuação da ONG Sapucaí

A agricultura orgânica no estado de Minas Gerais não se trata de uma prática inédita, informação confirmada pelo censo agropecuário realizado no ano de 2006, que afirma que este é o segundo estado brasileiro que apresenta o maior número de propriedades rurais que fazem uso de práticas orgânicas de produção²⁵. Assim, de acordo com o referido estudo, em um total de 551.617 estabelecimentos pesquisados, 12.910 fazem uso da agricultura e agropecuária orgânica, embora apenas 641 sejam certificados por entidades credenciadas contra 12.269 que adotam tal prática sem certificação²⁶.

Estabelecimentos orgânicos certificados em MG	Estabelecimentos orgânicos não certificados em MG
641	12.269

Tabela 2: estabelecimentos orgânicos em Minas Gerais

²⁵ Perdendo apenas para a Bahia, com 15.194 propriedades que adotam sistemas orgânicos de produção, sendo 453 certificadas e 14.741 não certificadas.

²⁶ O total das propriedades no estado é de 551.617 e 538.707 não adotam práticas orgânicas de produção.

O número reduzido de propriedades devidamente certificadas sugere que o conhecimento e aplicação de tais práticas agrícolas, mesmo sem um conhecimento mais institucionalizado sobre as mesmas, têm sido amplamente utilizadas, uma vez que estas fazem parte de todo um arsenal simbólico e prático de saberes tradicionais ligados à lida no campo durante gerações.

Entretanto, em muitos casos, de acordo com o vem sendo observado no sul de Minas, este tipo de agricultura mescla-se com a adoção de técnicas agrícolas convencionais, estabelecendo-se uma ponte entre os conhecimentos “dos antigos” ou etnoconhecimentos, com as práticas difundidas pela Revolução Verde, pela utilização de insumos químicos e pesticidas na agricultura. É o que Bulhões (2001: 61) classifica como um tipo de transição da agricultura convencional para a orgânica representada pelo “camponês tradicional”, que utiliza poucos insumos externos, muito mais por ser alijado do processo de modernização da agricultura, ora por sua formação cultural ora pela falta de acesso a linhas de crédito e insuficiência de recursos, do que propriamente por uma consciência ecológica.

É em meio a este panorama que na metade da década de 90 surge na cidade de Pouso Alegre a ONG Sapucaí, que impulsionou o associativismo e a adoção da agricultura orgânica nas áreas rurais de diversas cidades da região.

Segundo o depoimento de Helinton²⁷, um informante que participou de todo o processo de formação e dissolução desta ONG, esta iniciou suas atividades em meados de 1995 através da iniciativa de políticos de esquerda (PT, PV)²⁸, profissionais liberais, professores, advogados, médicos, donas de casa, produtores rurais, enfim, pessoas com um perfil bastante variado, mas que tinham em comum o fato de serem ativas politicamente.

Os eixos centrais da ONG eram trabalhar com a conscientização política dos cidadãos e para isto, promoveu na zona urbana o movimento “Voto Consciente”, atuante até hoje, e a exibição de filmes em datashow em locais públicos com um perfil mais crítico, como “Diários de Motocicleta”, sobre a vida de Che Guevara, dentre outras iniciativas. Na zona rural, por meio da organização dos agricultores em torno do associativismo, estudo de mercado e da agricultura orgânica, colaborou com a formação de diversas associações de produtores, oferecendo capacitação e instruções sobre o manejo orgânico além da certificação dos produtos. Viabilizou ainda, na fase inicial dessas associações, a venda através de contatos e organização de uma feira livre que ocorre na cidade de Pouso Alegre aos sábados de manhã até os dias de hoje.

A ONG Sapucaí contava com financiamento tanto do governo brasileiro quanto de órgãos e ONGs internacionais. Com esta verba,

²⁷ Este informante possuía até recentemente, junto com um sócio engenheiro agrônomo, uma loja de insumos agrícolas ecológicos que fornecia produtos e assistência técnica para os agricultores orgânicos da região.

²⁸ Dentre um dos maiores entusiastas e fundadores da ONG está Agnaldo Perugini, atual prefeito de Pouso Alegre (mandato 2009-2012 e 2013- 2016) do PT.

mantinha um corpo de quatro engenheiros agrônomos contratados, além de pessoal de expediente. Esses agrônomos trabalhavam nas cidades da região do sul de Minas, prestando consultorias e também atuando como auditores, já que a ONG também certificava a produção orgânica pelo sistema participativo. As associações beneficiadas pela atuação engajada da ONG Sapucaí, que segundo Helinton, “fazia o papel do Estado”, foram as seguintes:

- Associação de Produtores de Pouso Alegre, atual ECOMINAS;
- COOPFAM- Poço Fundo;
- Orgânicos da Mantiqueira – Gonçalves;
- APANFÉ - Maria da Fé;
- COOPERVITAE - Nova Rezende;
- COOPERJACU – Jacuí;
- UNIPASV - Santana da Vargem;
- Associação de Produtores de Campestre;
- Associação de Produtores de Divinolândia, dentre outras.

Em 2004, por corte no orçamento, a ONG cessou suas atividades. No entanto, hoje ela conta ainda com uma sede própria em Pouso Alegre e dois veículos, além de equipamentos.

Helinton descreve o perfil dos produtores rurais (originários do sul de Minas) vinculados a essas associações de orgânicos como pessoas que se converteram do manejo convencional para o orgânico como uma alternativa aos altos preços de insumos e quase abandono de suas atividades. Nesse contexto, destacam-se como lideranças as pessoas com maior nível de escolaridade e capacidade de articulação, como é o caso de Luis Aduino da COOPFAM, ex-presidente desta cooperativa e técnico agrícola²⁹.

De acordo com o que vem acompanhando ao longo desses anos, Helinton faz a seguinte análise dessas associações no que tange aos seus respectivos início e desenvolvimento:

Elas se iniciam com um grande número de associados, depois de um tempo, por dificuldades técnicas, a maioria volta ao manejo convencional e uma minoria dá continuidade ao trabalho, até surgirem pessoas de fora (neorurais forasteiros), que abraçam a causa, apresentam novas possibilidades de mercado e acabam por aglomerar novamente mais produtores em torno da associação. Para ele, essas pessoas têm mais tempo e possibilidade de se dedicar à associação, pois normalmente são aposentados ou possuem outra fonte de renda, sendo a agricultura orgânica

²⁹ Recentemente, por conta de desentendimentos internos, Aduino saiu da COOPFAM e fundou uma nova associação de Cafés Finos, com sede também na cidade de Poço Fundo.

uma opção de vida, ideológica, que visa muito mais a qualidade de vida do que um retorno financeiro imediato. Ele considera esses neorurais forasteiros como essenciais para a sobrevivência dessas associações de orgânicos no sul de Minas.

Os produtores sul mineiros, ou seja, que são originários da própria região, por sua vez, sofrem uma forte barreira cultural em relação aos seus vizinhos e familiares, já que existe muito preconceito em relação ao manejo orgânico. Por isto, o perfil de quem persiste com este tipo de produção é diferenciado, já que além de enfrentar as dificuldades técnicas da produção orgânica, que nos primeiros anos é difícil, sofrem com o desdém e a desconfiança das pessoas com quem sempre conviveram. O perfil desses produtores é majoritariamente inserido na agricultura familiar desenvolvida em pequenas propriedades.

Como trabalha com a venda de insumos agrícolas e presta consultoria a esses agricultores, Helinton comentou que por mais de uma vez grandes empresas multinacionais já tentaram se instalar no sul de Minas com café orgânico, mas desistiram pelas dificuldades técnicas e de mão de obra da região, que não oferece a possibilidade de ser facilmente mecanizável. Por conta disto, tais empresas têm optado pela produção de café irrigado e mecanizado no nordeste brasileiro.

Desta forma, a agricultura familiar de caráter orgânico têm se apoiado cada vez mais nessas associações, que passam por constantes processos

de transformação no intuito de viabilizar a produção e a venda dos produtos desses agricultores. Neste contexto, o encontro entre “pessoas de fora” e “gente da roça” se dá oferecendo um rico diálogo, que inclusive se constrói a partir dos conflitos, em torno de um mesmo objetivo, como veremos mais adiante.

4.2. Perfil das associações estudadas

Como já mencionado anteriormente, foram quatro as associações escolhidas para a realização desta pesquisa, quais sejam: ECOMINAS, Serras Verdes, APANFÉ e Orgânicos da Mantiqueira. Todas elas aglomeram propriedades rurais situadas na Serra da Mantiqueira, uma das principais cadeias montanhosas do país que se situa em uma zona de transição entre os biomas mata atlântica, campos de altitude e em algumas áreas, cerrado, sendo cada um deles mais predominante de acordo com a altitude, que varia de 850 a 2800 metros aproximadamente.

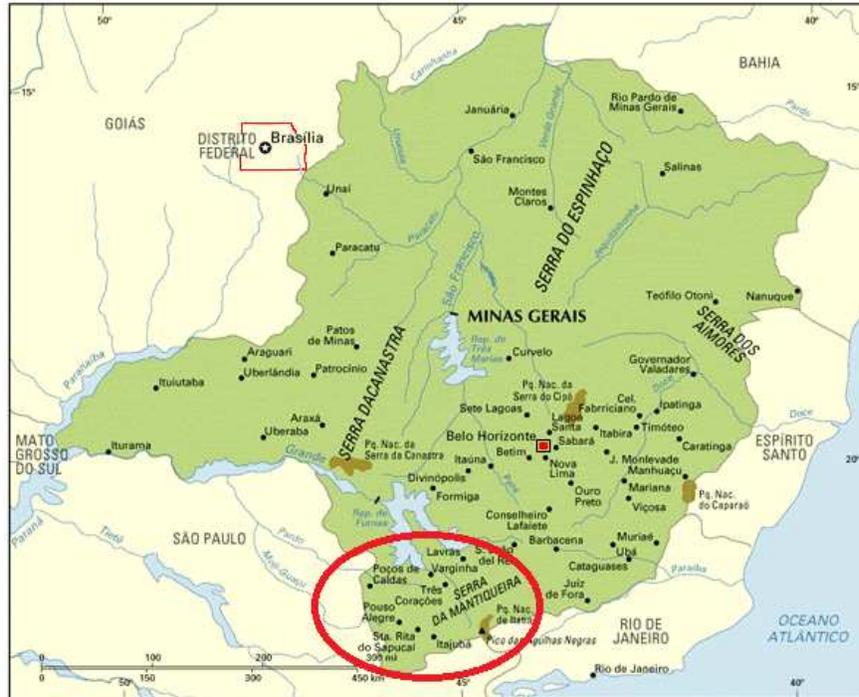


Figura 2: mapa com a localização da Serra Mantiqueira, no sul do estado de Minas Gerais

A temperatura média anual gira em torno de 20º C, apresentando invernos secos e verões chuvosos, sendo o nível pluviométrico anual de aproximadamente 1750 mm. No inverno, a média das temperaturas mínimas varia de 6º C a 20º C, com mínimas absolutas de - 4º C a 8º C (Machado, 2010).

As principais atividades que serão destacadas e observadas neste estudo variam em cada associação e região, quais sejam:

- *Orgânicos da Mantiqueira (sede: Gonçalves-MG):* desenvolvimento de um turismo ecológico e produção e comercialização de hortaliças orgânicas visando a cidade de São Paulo, Vale do Paraíba e os turistas. Na capital paulista prioriza a distribuição de cestas e no município, a realização

de uma feira semanal e de um festival ocorrido durante todo o mês de julho denominado “Inverno Orgânico”.

- *ECOMINAS (sede: Pouso Alegre-MG)*: produção de café, leite, lavouras anuais, horticultura, fruticultura. Grande parte dos produtores locais cultiva morango, cultura que passou a adotar o controle biológico de pragas e doenças, mesmo por parte dos agricultores convencionais por conta da eficácia e diminuição nos custos. O escoamento dos produtos é realizado individualmente no atacado ou em uma feira de orgânicos ocorrida aos sábados em Pouso Alegre.

- *Associação Serras Verdes (sede: Córrego do Bom Jesus-MG)*: produção de hortaliças, como tomate e ervilha, culturas anuais e morango. Possui uma pessoa responsável (não produtora) pelo escoamento dos produtos, que é vendido para o atacado e em feiras em São Paulo, como a realizada no bairro de Santo Amaro semanalmente.

- *APANFÉ (sede: Maria da Fé-MG)*: produção de frutas, hortaliças e processados artesanais, como geleias, polpas de fruta, pães e temperos secos. A venda é realizada no atacado e para atravessadores da região, que promovem cestas de produtos e feiras nas cidades de São Lourenço e Itajubá. Além disso, realiza uma feira no município e outra semanal em São Paulo. Atualmente tem também protagonizado na região um projeto de economia solidária, denominado em outras partes do mundo como CSA (*Community Supported Agriculture*) por meio do qual os produtores se

comprometem a entregar semanalmente para um grupo de consumidores já estabelecidos, uma espécie de cesta composta por tubérculos, grãos, folhosas e laticínios. Como veremos mais adiante, trata-se de uma troca justa em que consumidores (que pagam adiantado mensalmente uma determinada quantia) e produtores se engajam com o intuito de promover uma vida salutar para ambos.

Vejamos agora, com mais detalhes, o histórico e as especificidades de cada uma dessas associações.

Orgânicos da Mantiqueira

Fundada em 1999, surgiu a partir da iniciativa do Sítio Boa Terra, situado na cidade de Itobi - SP, que buscava a parceria com agricultores orgânicos para comprar e comercializar os produtos que faltavam em sua produção, sobretudo os de clima mais temperado. Para este fim, uma das fundadoras que já trabalhava com a distribuição de cestas de orgânicos em São Paulo foi convidada para realizar esta função em Gonçalves.

Desde o início foi inspecionada e certificada pelo IBD³⁰ coletivamente, o que possibilitou a redução de custos através da divisão de despesas entre os agricultores. Esta certificação inclui a produção, o processamento das

³⁰ Há pouco tempo, no entanto, a empresa saiu do IBD e passou a ser certificada pela ECOCERT.

frutas e verduras (como higienização e empacotamento em alguns casos) e comercialização.

Não demorou muito tempo, no entanto, para que a associação sentisse a necessidade de abrir novos mercados além da parceria inicial, passando a realizar a distribuição de cestas em São Paulo, comercializar em uma feira na própria cidade e vender o restante da produção em maiores quantidades para atacadistas.

Desta forma, expandindo as vendas, surgiu a necessidade de emitir notas fiscais não mais individualmente, mas em nome do grupo, sobretudo no caso de cestas que agregavam produtos de diferentes agricultores. Isto fez com que em 2002 seus integrantes passassem a optar pela conversão da associação em empresa. Neste ínterim, muitos não concordaram com o novo perfil da “Orgânicos da Mantiqueira”, o que gerou uma divisão no grupo³¹.

Atualmente, a empresa “Orgânicos da Mantiqueira” denominada pelos responsáveis como uma “empresa de produtores com gestão cooperativa”, conta com 11 sócios formais, mas congrega 28 agricultores. Os que não entraram como sócios, vendem toda sua produção para a mesma e assim como os sócios, têm descontado 30% de seu lucro para a gestão dos negócios como manutenção e melhorias do barracão de distribuição, compra de caixas para as cestas, aquisição de veículos para distribuição, pagamentos de água, luz, telefone, funcionários, etc.

³¹ O que culminou na criação das atuais associações Serras Verdes e Serras de Santana. Ver mais adiante histórico da primeira associação.

Maristela, responsável pela comercialização dos produtos e sócia fundadora da empresa relatou que por algumas vezes (sendo a última no ano de 2010), a Orgânicos da Mantiqueira quis voltar a ser uma associação ou cooperativa. Assim, propuseram de doar todos os bens adquiridos para a associação, no entanto, ninguém quis assumir a presidência e tomar frente na organização da mesma, o que desestimulou esta intenção.

Segundo seu depoimento, a falta de iniciativa e receio dos integrantes em assumir responsabilidades frente ao grupo é um dos grandes entraves para que a empresa não se converta novamente em associação, o que seria vantajoso para todos, uma vez que atualmente, por mais que formalmente seja uma instituição privada, a Orgânicos da Mantiqueira sempre funcionou em um sistema de gestão coletivo. Além disto, a reconversão da empresa à associação permitiria mais acesso a linhas de crédito e às políticas públicas voltadas para a agricultura orgânica.

A Orgânicos da Mantiqueira tem promovido a divulgação da cidade de Gonçalves, hoje conhecida como a “pérola da Mantiqueira”, atrelando a imagem do município montanhoso, repleto de cachoeiras, a um turismo ecológico e pautado em uma produção agrícola sustentável. Além das cestas entregues em São Paulo, o evento “Inverno Orgânico” que promove além da venda dos produtos, oficinas de artesanato, meio ambiente e visitas a

propriedades orgânicas, atinge um público cada vez mais crescente em busca de um ideal de vida mais saudável e em contato com a natureza³².

A feira realizada aos sábados, além de comercializar os produtos da empresa, abre espaço para barracas com produção regional, como as de artesanato, patês, geleias, mel, pães e toda sorte de produtos artesanais. A intenção, inclusive, é passar a incluir alguns desses produtos, devidamente especificados como não orgânicos, nas cestas distribuídas em São Paulo.



Foto1: placa de identificação de origem dos produtos da feira (Gonçalves-MG, abril de 2011).

³² A respeito desta idealização da natureza por parte do homem moderno, ver Thomas, K. (1988).



Foto 2: feira de produtos orgânicos e regionais que ocorre aos sábados em Gonçalves – MG (Abril de 2011).



Foto 3: “Galinheiro tailandês móvel”, método em que as galinhas pastam, revolvem e adubam a terra, preparando-a para o plantio (Propriedade: Tiana. Gonçalves-MG, fevereiro de 2012).



Foto 4: o produtor Tiana em sua estufa de tomates orgânicos (Gonçalves-MG, fevereiro de 2012).

Associação Serras Verdes

Fundada em 2005 na cidade de Córrego do Bom Jesus, passou a existir de forma independente a partir da separação da Orgânicos da Mantiqueira.

Possui atualmente doze associados, a maioria com suas propriedades nas imediações do bairro rural Campos do Raposo, sendo todos neorurais locais. O forte de sua produção é a de morango, tomate e hortaliças.

A produção é vendida por uma pessoa responsável³³ para a feira do bairro de Santo Amaro em São Paulo e para processadores, que após higienizarem os produtos, os apresentam nas gôndolas dos supermercados com sua própria marca.

As razões alegadas pelos produtores rurais desta associação para a saída da Orgânicos da Mantiqueira foram a distância dos municípios de Gonçalves e Córrego do Bom Jesus, o que encarecia o transporte e causava muito descarte dos produtos; as altas taxas cobradas para a comercialização e o caráter empresarial, segundo os informantes, não condizentes com a realidade do agricultor familiar³⁴.

Segundo depoimento de um dos agricultores da associação: *“hoje, mesmo que tenha descarte, sabemos para onde está indo. Em Gonçalves, o pessoal descartava e o produto não voltava para a gente”*.

Outra crítica voltada à Orgânicos da Mantiqueira é o fato desta ser formada não apenas por produtores, mas também por empresários em geral, como donos de pousada que nem sequer moram no município e entraram como sócios na empresa.

“Nosso primeiro critério quando formamos nossa associação foi o de ‘não aceitar o turista que não produz’”, relatou um dos membros dessa associação.

³³ Vilma, a responsável pela comercialização, é uma das sociofundadoras da Orgânicos da Mantiqueira. Apesar de trabalhar com os agricultores de Córrego do Bom Jesus, mora em Gonçalves e não é produtora rural, sendo natural de Pouso Alegre.

³⁴ Essas alegações, por sua vez, são rebatidas pela Orgânicos da Mantiqueira, pois o descarte é normal quando muitas pessoas manuseiam os produtos e estes demoram a chegar, e as taxas são pagas por todos e têm o objetivo de gerir a empresa, como já mencionado anteriormente.

Até bem pouco tempo atrás eram certificados pelo IBD, no entanto, por meio do apoio e acompanhamento da ABD (Associação Biodinâmica), que dentre outras iniciativas desenvolve junto ao grupo o projeto de resgate das sementes nativas, migraram do Sistema de Certificação por Auditoria para o Sistema Participativo de Certificação, sendo membros de uma OPAC (Organismo Participativo de Certificação) formada pela ABD em Botucatu, embora também estejam participando do processo da formação de uma OPAC no sul de Minas, o que em termos de custo será mais vantajoso.



Foto 5: Zé Maria (esq.) e Sidnei (dir.) mostrando a compostagem. Ao fundo, lavoura de inhame e milho (Córrego do Bom Jesus-MG, fevereiro de 2012).



Foto 6: Zé Maria, Sidnei e João Sorriso exibindo os morangos orgânicos já embalados por eles produzidos (Córrego do Bom Jesus-MG, fevereiro de 2012).



Foto 7: Sidnei e Joaquim em lavoura de batata orgânica. Ao fundo, araucárias típicas da região (Córrego do Bom Jesus-MG, fevereiro de 2012).

APANFÉ- Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé

A mobilização em torno de uma agricultura alternativa à convencional surgiu na pequena cidade de Maria da Fé no ano de 1998, quando um grupo de agricultores se aproximou da Fundação Mokiti Okada de Agricultura Natural, e estabeleceu algumas parcerias de agricultores locais com a empresa Korin.

No ano de 2003, a partir de um encontro promovido pela EPAMIG em parceria com o IBD, passaram a se mobilizar no intuito de formar um grupo organizado e devidamente certificado. Neste ínterim, recebeu o apoio da ONG Sapucaí com os cursos de Administração Rural e Produção e Custos e do próprio IBD.

Vale lembrar que a formação do grupo está bastante ligada à EUBIOSE, uma escola iniciática de ensinamentos esotéricos, embora os neorurais locais praticantes do catolicismo prefiram não vincular sua produção agrícola a esta ideologia nem à da Antroposofia, praticada pelo IBD.

A comercialização dos produtos, assim como nas duas associações citadas acima, é realizada coletivamente por uma pessoa responsável, no grande e pequeno atacado e em feiras na própria cidade, no município vizinho de Itajubá e na feira biodinâmica de São Paulo. Além disso, fornecem

alguns produtos para a merenda escolar. Vale lembrar que esta associação foi a turma piloto no estado de Minas Gerais a ser atendida pelo SEBRAE no programa de capacitação gerencial em Agricultura Orgânica, o que muito contribuiu para a organização do grupo em torno do gerenciamento da produção, da venda e da distribuição.

A APANFÉ é composta atualmente por 22 produtores distribuídos nas cidades de Maria da Fé, Pedralva, Cristina e Carmo de Minas. Assim como a Associação Serras Verdes, recebe o apoio e participa de projetos da ABD, e recentemente passou a certificar-se pelo Sistema Participativo.



Foto 8: Produtor Amarildo em sua lavoura de abóbora. Ao fundo, a mata ciliar preservada e mais acima, outras lavouras (Maria da Fé-MG, março de 2012).



Foto 9: Área separada de pousio na lavoura do Sr. Zé Ivo. Ao lado, a estufa onde são produzidas as mudas de cultivares orgânicos (Maria da Fé-MG, março de 2012).



Foto 10: Sr. Zé Ivo em sua lavoura no alto das montanhas de Maria da Fé (Maria da Fé-MG, março de 2012).

ECOMINAS - Associação dos Produtores Ecológicos do Sul de Minas

Fundada oficialmente em 2002, a ECOMINAS é um dos frutos mais diretos da atuação da ONG Sapucaí, tendo utilizado até recentemente sua sede para a realização das reuniões e mantendo a feira semanal, que também congrega produtores artesanais não orgânicos da região. Com o fim da ONG Sapucaí, os produtores outrora por ela certificados passaram a ter que buscar outras alternativas de organização, o que impulsionou o surgimento desta associação. No entanto, a certificação coletiva pelo IBD só passou a ocorrer em 2009.

Até o início de 2013 possuía cerca de 28 produtores associados com suas propriedades localizadas em diversas cidades da região, como Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, Camanducaia, Cambuí, Machado, São Sebastião da Bela Vista, Conceição dos Ouros e outras.

Produz hortaliças, café, tubérculos, frutas, leite e alguns processados, como barra de cereais, geleias, doce de leite, iogurte e café, no entanto, embora possua um significativo volume de produção, ainda não existe nenhum tipo de iniciativa que promova a comercialização conjunta desses produtos, o que tem sido motivo de desestímulo por parte de muitos produtores. Porém, existem atualmente iniciativas seminais no sentido de promover esta comercialização, como a procura pelo auxílio do SEBRAE, que em breve deverá estar atuando junto à associação.

Ainda em estágio inicial no que tange à certificação, a associação atualmente encabeçou a demanda por um Sistema de Certificação Participativo, fazendo os primeiros contatos com o Ministério da Agricultura e EMATER, promovendo reuniões sobre o assunto e até mesmo mandando uma remessa de documentos para a implantação de uma OPAC, documentação esta que mesmo estando inadequada, serviu como base para um pontapé inicial no envolvimento dos órgãos públicos com a causa no sul de Minas.

Atualmente, a ECOMINAS tem passado por um período de grandes reformulações. Por conta de problemas com a certificação coletiva, que devido às inconformidades de alguns prejudica o restante dos produtores; o excesso de burocratização; as altas taxas cobradas; a falta de coesão do grupo pelo fato das propriedades encontrarem-se em cidades muitas vezes distantes umas das outras, além de outros motivos, um grande número de associados está se desligando da associação. Desta forma, algumas pessoas têm se mobilizado no intuito de não deixar que esta se acabe, mesmo que conte com a participação de poucos membros, mas comprometidos com a causa da produção orgânica. De acordo com o estatuto da ECOMINAS, o número mínimo de associados é de dez pessoas e atualmente, busca-se atingir esta quantia para que esta continue ativa.

Segundo o depoimento de Peter, produtor de fisalis (*Physalis*) em Camanducaia e ex-associado da ECOMINAS:

“Quanto ao desligamento, no meu caso especificamente constatei que não houve compromisso por grande parte dos associados principalmente no engajamento e fomento quanto da parte financeira. Percebi na minha ótica que o que interessava mesmo a maioria era obter a certificação pura e simplesmente, ou seja, de carona, e nada dando em contrapartida. Podíamos ver isto claramente nas nossas reuniões e a pior foi quando convocamos a todos para a assembleia geral eletiva para o novo biênio da diretoria, a resposta foi "0" (zero). E a partir daí eu me desiludi e resolvi seguir o meu próprio caminho e quem sabe formar um novo núcleo aqui em Camanducaia e municípios adjacentes. Acredito que o meu perfil seria mesmo o de uma Cooperativa. Em todo caso, estou aprendendo e aprendendo cada dia mais e mais principalmente na agricultura agroecológica, e preciso equilibrar as contas se não o destino será o retorno (indesejável) a megalópole SP” (Depoimento concedido por e-mail em 06/03/2013).

Fotos da inspeção realizada pelo IBD com produtores da ECOMINAS em junho de 2010
- Fonte: CARVALHO, Rosângela, 2010.



Foto 11: mural com algumas propriedades e produtores da ECOMINAS visitados pelo IBD em junho de 2010.

Todas essas associações possuem um perfil misto, congregando neorurais locais e forasteiros, que juntos, a partir do diálogo, conflitos e

resolução dos mesmos têm buscado coletivamente alternativas para viabilizar seus projetos de vida relacionados à produção orgânica no campo.

O maior volume de produção vem das propriedades dos locais, experientes na lida com a terra, embora aprendizes, ou melhor, “reaprendizes” da agricultura orgânica, já que muitas das técnicas utilizadas vem dos “tempos dos antigos”, tradição que tende a ser aos poucos resgatada e valorizada por parte desses agricultores.

A iniciativa de uma certificação conjunta, que tem que lidar com uma infinidade de papéis, tabelas e exigências, bem como a viabilização da comercialização coletiva tem partido da ação dos forasteiros, não tão experientes e produtivos na agricultura, mas vividos na burocracia da cidade.

E é justamente nesta complementaridade que residem as bases deste compartilhar de experiências, motivações, dúvidas e discordâncias entre pessoas de origens tão diversas, mas que se encontram reunidas em torno de objetivos comuns, construindo afinidades e aprendendo umas com as outras no dia a dia desta árdua mas compensadora tarefa de produzir no campo.

4.3. Motivações, conflitos e múltiplas inteligibilidades: a visão de sul mineiros e forasteiros sobre a produção sustentável no campo

Como já apontado anteriormente, diferentes motivações levam pessoas de origens e históricos de vida igualmente diversos a se agregarem em associações de produtores orgânicos e/ou ecológicos. Pelo que foi observado até então, pode-se traçar um panorama geral desses “porquês” em optar por tal forma de produção.

Para os sul mineiros envolvidos neste processo, tal iniciativa foi tomada a partir de fatores como a observação dos males trazidos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, acompanhamento de programas de TV que abordam o assunto (como Globo Rural e outros), aplicação de uma legislação ambiental mais rígida, limitação no tamanho de suas propriedades, alternativa aos altos custos dos insumos agrícolas, além dos prejuízos e endividamentos contraídos para a compra de agrotóxicos e insumos agrícolas em geral.

Segundo depoimento de Luis Aduato, ex-presidente da COOPFAM (Poço Fundo), a partir da adoção dos agroquímicos nas lavouras, muitos trabalhadores que lidavam com café passaram a apresentar quadros clínicos que variavam desde problemas de pele e respiratórios até câncer. Segundo ele, não demorou muito tempo para que passassem a relacionar esses sintomas, “*que nenhum médico sabia dizer por que apareciam*” à utilização dos agrotóxicos.

Ao relatar sobre os motivos que o convenceram a plantar morango orgânico, João Sorriso, ex-presidente da Associação Serras Verdes, emociona-se ao lembrar que mesmo separando um canteiro de morango “sem veneno” para o consumo de sua família, ele voltava para casa com a roupa encharcada de agrotóxico e por conta disto, sua filha adoeceu. Quando isto aconteceu, ele passou a se preocupar com as pessoas que consumiriam aquele produto tão prejudicial à saúde, como gestantes e crianças. Foi a partir daí que passou a adotar o manejo orgânico em sua produção.

O uso de secante de mato, conhecido como glifosato, mesmo entre agricultores familiares convencionais é evitado, devido aos seus efeitos nocivos à saúde, como falta de ar, descascamento de pele, dentre outros sintomas maléficos.

Todos estes produtores locais têm em comum, aliado à prática anterior da agricultura convencional, o cultivo de conhecimentos referentes ao meio ambiente que são transmitidos de geração em geração, conhecimentos estes que se articulam em um rico sistema classificatório que envolve a cosmologia, contida em uma espécie de catolicismo popular (Brandão, 1981), como o trato cultural das lavouras em determinadas épocas do ano, coincidentes com festas de santos, e técnicas de manejo de recursos naturais.

Atualmente, estas formas de pensar e agir a respeito do meio ambiente têm sido reatualizadas dentro de seus próprios esquemas de interação, que abrangem um “abrir-se para o outro, ou o ‘de fora’”, aqui representado tanto pelos forasteiros que têm impulsionado a discussão e adoção de práticas orgânicas de produção e comercialização, quanto pela aplicação de leis ambientais tidas como “mais rígidas”, e que geram um misto de aprovação e repúdio.

Aliás, relacionar-se com forasteiros é algo que faz parte da própria história das localidades estudadas. A Serra da Mantiqueira e seus arredores estabeleceu-se desde os tempos das expedições bandeirantes do século XVII como um caminho que ligava o interior do estado, onde se encontravam as minas de ouro e pedras preciosas, ao litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, onde tais riquezas eram despachadas pelo mar para a Europa. Neste trajeto foram se estabelecendo pequenos arraiais, cuja população local dedicava-se a suprir os viajantes com produtos agropecuários e serviços, além de prover sua própria subsistência. Mais tarde (início do século XX), um maior número de imigrantes europeus que vieram trabalhar nas lavouras de café do sul de Minas (MARTINS, 1979) juntou-se a esta população já miscigenada por negros, índios e estrangeiros, o que originou os chamados “caipiras” (CÂNDIDO, 1975).

Mais especificamente sobre a região estudada e o surgimento da cidade de Pouso Alegre, sede da ECOMINAS e da recém-formada Central

de Associações Orgânicos³⁵ Sul de Minas, afirma Faria (2009) em sua dissertação de mestrado que o sul de Minas Gerais foi palco das investidas dos colonizadores paulistas que se seguiram às explorações bandeirantes quando atravessavam a Mantiqueira com o intuito de buscar ouro no vale do rio Sapucaí.

Foi nesse contexto que um pequeno povoado surgiu às margens do Rio Mandu e servia como ponto de parada para os colonizadores que exploravam ouro em Santana (atual Silvianópolis-MG) e em Ouro Fino-MG. No período das cheias, quando as águas do Rio Mandu transbordavam, os viajantes ficavam presos por semanas no Arraial do Mandú, também conhecido como Pouso do Mandu, posteriormente denominado Pouso Alegre”.

Por se tratar de uma área que divisa com os dois estados acima citados, as cidades aqui estudadas sempre foram palco de trocas interculturais que sofreram a influência deste caminho, que em alguns trechos é conhecido como “Estrada Real”.

Desta forma, apesar de suas especificidades, lidar com diferentes mentalidades não é algo novo para essas populações e as diferentes ideologias no que tange à relação entre homem e natureza é uma das possibilidades de se compreender esta interação entre populações diversas. Exemplo deste diálogo pode ser expresso na realização de um encontro

³⁵ Embora as reuniões e eventos se centralizem em Pouso Alegre, oficialmente a sede da Central de Associações é em Inconfidentes-MG devido a agilidade em seu registro realizado pelo cartório deste município.

sobre o uso da astronomia nas atividades agropecuárias ministrado por um engenheiro agrônomo da ABD, sediado no salão paroquial do município de São Sebastião da Bela Vista e promovido pela ECOMINAS. Nesta ocasião, foi interessante observar o quanto os agricultores nascidos na região já possuíam conhecimentos astronômicos que se aplicavam às suas lavouras e tratos com animais desde que nasceram, pois tais saberes foram adquiridos e repassados através de gerações, embora muito deste conhecimento estivesse “adormecido” por conta dos milagres prometidos pela agricultura moderna. Assim, esses agricultores mostraram-se satisfeitos ao perceber que suas vivências eram valorizadas em um âmbito mais formalizado, afinal, hoje em dia “pessoas estudadas”, como o engenheiro agrônomo que ministrava o curso, falavam de coisas que seus pais e avôs já sabiam e praticavam na lida da roça.

Munidos de vivências ambientais que se fazem presentes há gerações mescladas com práticas convencionais de produção, como a utilização de insumos e agroquímicos, podemos afirmar que pequenos produtores sul mineiros que optaram por uma vertente mais ecológica o fizeram, sobretudo pelos seguintes motivos:

- 1) Pela limitação de tamanho de suas propriedades e condições topográficas incompatíveis com a mecanização;
- 2) Pela observação dos males que a aplicação de agroquímicos traz à saúde;

- 3) Pela observação dos preços compensatórios da produção orgânica, cujo manejo é compatível com a mão de obra familiar, em pequena escala;
- 4) Em alguns casos, como na cultura do morango na região de Pouso Alegre, pela eficácia de técnicas de controle biológico no combate às pragas e doenças (Mendonça, 2010);
- 5) Como última alternativa para permanecer no campo com atividades agrícolas, já que o alto custo dos agroquímicos já não mais permitia ganhos significativos.

Vale lembrar, entretanto, que a penúltima inspeção do IBD aos agricultores da ECOMINAS revela a não adequação de muitos produtores ao manejo orgânico³⁶, visto que talvez por falta de orientação, estes têm simplesmente trocado insumos convencionais por orgânicos sem modificar o manejo como um todo, expondo em demasia o solo pelas arações ao invés de poupá-lo, utilizando substratos inadequados, dentre outras práticas que não apresentam conformidade com as regras da certificadora.

A maioria dos casos relatados ocorreu entre pessoas originárias da região, muito mais experientes nas atividades agrícolas que os forasteiros. São esses ainda que apresentam uma produtividade em escala comercial bem sucedida se comparada aos segundos. Porém, uma visão “holística” da natureza como preconiza estas formas alternativas de agricultura é algo

³⁶ Dados extraídos do relatório do IBD, agosto de 2010, projeto MG 177.

ainda bastante novo entre esses agricultores e um desafio a ser superado após anos de uso do pacote tecnológico da Revolução Verde.

A legislação ambiental também cumpre um importante papel nesta espécie de conversão a uma agricultura mais sustentável. São muitos os relatos de agricultores que comentam a volta de alguns pássaros quase extintos, como o canarinho e o tucano, devido à erradicação da cultura do arroz nas várzeas da região que utilizavam muito veneno. Segundo o depoimento de Sr. Antônio, agricultor familiar de Santa Rita do Sapucaí do bairro Albertão, a lei fez ele se conscientizar da importância da preservação ambiental. Em suas palavras: *“antigamente eu matava bicho para comer, esgotava a várzea, hoje eu sei que isto não pode”*. Mesmo não sendo adepto de uma agricultura orgânica, Sr. Antônio não utiliza secante de mato (cujo nome comercial é Randap) em suas plantações, pois alega que uma vez, ao realizar uma capina descalço em uma lavoura de feijão que recém havia recebido tratamento com este agrotóxico, seus pés descascaram inteiros. Atualmente ele apenas utiliza adubos químicos, na realidade, uma das poucas práticas que o torna convencional, como grande parte dos agricultores familiares da região.

Assim, munidos de saberes diversos sobre o meio em que atuam, aliar os “conhecimentos dos antigos” com a tendência global de propor teorias e práticas impulsionadas por um repensar a natureza a partir da crise ambiental torna-se fundamental para a permanência dessas populações no

campo, afinal, essas são temáticas que as convidam para a cooperação na busca de alternativas para a sobrevivência da humanidade e de outras espécies animais e vegetais.

Já os “forasteiros”, embora sejam mais bem informados sobre as regras da produção orgânica e estejam mais adequados a este tipo de manejo, são os que apresentam menor produtividade. A maioria está iniciando seus negócios e ainda não tira do campo sua principal fonte de renda.

Essas “pessoas de fora” por sua vez, trazem consigo em suas novas experiências no campo todo um arsenal simbólico que vai desde a simples contemplação da natureza até convicções religiosas, participação em movimentos ambientalistas, formação acadêmica, teorias alternativas de agricultura e consumo de alimentos saudáveis até o ensejo de obter uma melhor remuneração em relação à agricultura convencional.

Todos esses elementos muitas vezes ocorrem concomitantemente, podendo uma pessoa ter optado por um manejo ecológico de sua propriedade tanto por motivos ideológicos quanto religiosos e financeiros. Normalmente, essas pessoas possuem empregados e uma visão mais empresarial em relação às suas atividades, fruto de experiências vivenciadas anteriormente na cidade.

De uma forma geral, são estes que têm estimulado a fundação de cooperativas e associações certificadas que organizam a produção e a

venda de produtos orgânicos. As reuniões dessas organizações têm se mostrado extremamente frutíferas, pois representam um *locus* onde a convergência e divergência de ideologias ganha espaço. No entanto, a participação desses forasteiros no espaço rural sul mineiro nem sempre é vista com bons olhos. Tenho conhecimento, por exemplo, de produtores que optaram em sair da ECOMINAS por julgarem inadequada a participação de pessoas que não praticavam a agricultura familiar, fazendo uso de mão de obra assalariada, tendo muito mais um perfil de empresário do que de produtor rural. O mesmo ocorreu com a Serras Verdes, que se separou da Orgânicos da Mantiqueira por julgar inadequada a participação de não produtores na associação. Segundo a declaração de um dos membros: *“nosso critério quando criamos a associação foi o de não aceitar o turista que não produz”*, posição que evidencia as dificuldades de interação que ocorrem em alguns casos entre “os de dentro” e “os de fora”.

A explicação de alguns membros sobre o assunto, sobretudo a dada por neorurais forasteiros, é a de que esses pequenos agricultores têm receio de não mais receberem benefícios do governo como bolsa família, bolsa escola e acesso ao PRONAF, por exemplo, por serem identificados como pequenos empresários. Em uma das últimas reuniões ocorridas na ECOMINAS, em abril de 2013, ocasião em que se buscou a não extinção da associação através da confirmação da participação efetiva de pelo menos 10 membros, condição básica para o funcionamento da mesma segundo seu estatuto, levantou-se este assunto.

Segundo Ana Rita, a atual presidente da ECOMINAS:

“Para a associação dar certo todo mundo tem que se comprometer, e não pode mais ficar com essa divisão de que tem rico e tem pobre, porque no fim todo mundo é produtor e temos que nos unir pelo que temos em comum e deixar as diferenças de lado”.

Como se vê, esses são conflitos latentes que ultrapassam a mera concepção e prática do que é produzir ecologicamente. Entretanto, não podemos negligenciar o papel desses novos camponeses, que têm modificado a organização da produção no campo. Como já afirma Maria José Carneiro (2008),

[...] cabe direcionar o foco de análise também para o papel dos neo-rurais no estímulo à sociabilidade e à criação de laços de solidariedade, através da implementação de projetos coletivos, criação de associações e grupos diversos. Como sugere Kayser, trata-se de saber até que ponto são eles ‘portadores de um projeto para a ruralidade que poderia, pela primeira vez, fazer desse novo mundo rural um lugar de inovação social’ (2000) (: 33).

De maneira geral, as motivações que levam esses neorurais forasteiros a optarem por uma agricultura ecológica na região podem ser resumidas da seguinte forma:

- 1) Idealização de um contato mais íntimo e harmonioso com a natureza;

- 2) Participação prévia em movimentos ambientalistas;
- 3) Convicções religiosas que preconizam a importância de uma vida em harmonia com a natureza;
- 4) Identificação com técnicas alternativas de produção agrícola como agricultura biodinâmica, civilização yoko, agricultura natural, permacultura, etc;
- 5) Identificação dos riscos alimentares encontrados em produtos não advindos da agricultura orgânica;
- 6) Reconhecimento do retorno financeiro viável promovido por este tipo de manejo agrícola;
- 7) Impossibilidade de implantar a mecanização em suas propriedades.

Como já mencionado anteriormente, as pessoas de fora que se aventuram em uma vida de produção no campo trazem consigo experiências anteriores que norteiam suas ações e permitem que ofereçam novos elementos e alternativas a uma produção agropecuária mais sustentável, viabilizando a formalização dessas iniciativas e a comercialização desses produtos nos grandes centros urbanos, de onde vieram e onde ainda mantém relações sociais.

Assim, as associações das quais participam não demoram muito a tomar um perfil mais organizado, com base nos princípios da administração voltada para a produção e para o comércio. Quando este projeto se viabiliza,

através da venda conjunta dos produtos das associações, estes neorurais se estimulam e permanecem nas atividades agrícolas com afinco, apesar das dificuldades técnicas encontradas.

Nos casos onde isto ainda não ocorre, como na ECOMINAS em que um comércio conjunto ainda não foi viabilizado, é crescente o número de neorurais forasteiros e até mesmo locais que têm desistido, ao menos temporariamente, das atividades agrícolas. A alegação para esta pausa tem sido a de que os gastos com a atividade têm sido maiores que os ganhos e que precisam de tempo para se capitalizar. Assim, muitos saem da certificação, mas dizem continuar com a mesma vontade de prosseguir com a agricultura orgânica e prometem voltar assim que conseguirem uma produção mais consistente com vendas garantidas.

4.4 A região do sul de Minas: características agrícolas e conflitos ideológicos entre neorurais locais e forasteiros no âmbito das associações e fora delas

O sul de Minas caracteriza-se, em termos agrícolas, por bolsões de agricultura convencional e intensiva, praticada tanto por grandes fazendas com estrutura empresarial quanto por pequenas propriedades familiares, que em grande parte dos casos se valem da pluriatividade para se manterem no

campo.³⁷ Assim sendo, em grande ou pequena escala, a lógica predominante é a da Revolução Verde, por meio da utilização de insumos químicos e maquinário no âmbito do ideário da reprodução capitalista, de produzir mais e com menos custo.

A chamada “segunda revolução verde” (NETO, 1999) marcada pela utilização da biotecnologia como as sementes transgênicas nas plantações, também tem sido bastante empregada nas lavouras da região, sobretudo nas de milho, cujas sementes nativas tem sido cada vez menos preservadas e armazenadas para as safras futuras, prática comum entre os agricultores familiares até bem pouco tempo atrás³⁸.

Nesse contexto, alguns pequenos núcleos de agricultura orgânica surgem como um elemento exógeno à lógica do local, sobretudo quando a iniciativa de produzir desta forma parte, além dos “de fora”, de quem se espera iniciativas que não se enquadram ao que é considerado como mais correto, dos próprios sul mineiros, nascidos e criados “na roça”, como dizem na região.

Segundo o depoimento de Sr. Antônio, produtor natural de São Sebastião da Bela Vista, seu vizinho até hoje não acredita que ele produz batata orgânica e enxerga suas práticas agrícolas com bastante

³⁷ Segundo Carneiro (1999), a pluriatividade, em termos gerais, trata-se da composição da renda do agricultor e membros de sua família através de diferenciadas atividades, dentro e fora da zona rural, sem que com isto se perca o status de agricultor familiar.

³⁸ Existe entre algumas das associações estudadas bancos de sementes nativas e crioulas, projeto que vem sendo desenvolvido junto à ABD. Também um projeto enviado pelo IFSUL para o MAPA prevê a catalogação de sementes nativas e troca das mesmas no âmbito dos encontros promovidos pela Central de Associações Orgânicos Sul de Minas.

desconfiança. Em suas próprias palavras: *“ele acha que estou mentindo quando falo que não passo veneno, não acredita mesmo, mas eu digo que ele pode ir lá ver e se não quiser acreditar, não acredita”*.

Os comentários mais comuns endereçados aos produtores orgânicos são de que estes são desleixados, que deixam o “terreno sujo”, cheio de mato. Existem até casos de incêndio proposital impulsionado por essa discordância. Este é o caso de Ana Rita, produtora de café orgânico em Santa Rita do Sapucaí. Originária de Ouro Fino, Ana morou durante muitos anos em São Paulo, mas há mais de vinte anos resolveu voltar para Minas, trocando seu estável emprego em um banco para se aventurar no mundo rural.

Para o intento, comprou uma propriedade já formada com café convencional, que aos poucos converteu para o manejo orgânico, e vacas leiteiras, atividade que abandonou há muitos anos. Nos últimos tempos, reservou uma área para reflorestamento através de um contrato com a SOS Mata Atlântica, que doou as mudas de árvores nativas para serem plantadas. No entanto, nos últimos quatro anos, dois incêndios já ocorreram na área, sendo o último ocasionado por uma vizinha que confessou estar queimando “uns ciscos de mato” no seu terreno, quando perdeu o controle do fogo. Segundo seu depoimento para os bombeiros, aquilo tinha sido sem querer, *“mas também, a Ana Rita não devia deixar o terreno dela daquele jeito, todo sujo e cheio de mato”*, opinião repetida por seu neto que estava na cena. Ana

Rita relatou que mesmo os bombeiros fizeram o Boletim de Ocorrência errado, não apontando adequadamente as causas, querendo poupar a responsável pelo crime ambiental.

Os casos das várzeas, que são pela lei consideradas como APP (Área de Preservação Permanente) são ainda uma das principais causas de disputas entre vizinhos orgânicos e convencionais.

Os que optam por respeitar a lei, não limpam as várzeas, deixando a vegetação nativa crescer livremente oferecendo um rico *habitat* de reprodução da fauna e preservando as nascentes e cursos d'água. No entanto, as pessoas que optam por cultivar as várzeas têm sérios prejuízos econômicos com seus “vizinhos ecológicos”, já que o acúmulo de água inunda suas lavouras de aveia e milho e entope seus drenos. Assim, ameaças são constantemente endereçadas a esses vizinhos, que sempre correm o risco de terem suas várzeas queimadas na época da seca, como já aconteceu com alguns produtores do universo desta pesquisa, além de serem considerados desleixados, assim como no caso de Ana Rita.

Recentemente, uma produtora rural está até mesmo respondendo por um processo judicial, movido por um vizinho convencional, por não limpar sua várzea, entretanto, como não existe fundamentação legal para que ela seja obrigada a descumprir a legislação ambiental, que não permite este tipo de intervenção, os envolvidos no caso acham que ela ganhará a causa.

Isto posto, tais iniciativas ligadas à agricultura orgânica têm sido de forma geral fonte de desconfiança, preconceito e até mesmo sabotagem por parte dos locais praticantes da agricultura convencional, que se encontram em maior número na região.

Esta ideologia de uma agricultura convencional, “limpa e estéril”, encontra-se bastante viva inclusive entre os sul mineiros que, recentemente optaram pelo manejo orgânico de produção. Diferentemente do que pregam as teorias de permacultura e agricultura orgânica, onde as ervas daninhas são chamadas de “ervas espontâneas” e a estética desejada é a da diversidade, têm se constatado, inclusive por meio das inspeções realizadas pela certificadora até pouco tempo comum às quatro associações aqui estudadas, o IBD (Instituto Biodinâmico), que estes estão muito mais substituindo insumos convencionais pelos orgânicos do que incorporando o manejo orgânico em sua totalidade e ideologia³⁹. Como comentou Tiana, produtor de Gonçalves, *“a agricultura orgânica é só uma agricultura convencional melhorada”*, já que este considera a permacultura⁴⁰ muito mais ecológica por deixar que a diversidade permaneça em meio à produção comercial. Assim, a estética e modo de produção da permacultura em muito se diferencia da agricultura orgânica, que apenas adota insumos ecológicos,

³⁹ Tais advertências e informações foram obtidas através de conversas com inspetores e pauta na reunião dessas associações, e nos relatórios de inspeção do IBD.

⁴⁰ A respeito das diferenças entre as correntes da agricultura ecológica, consultar quadro da página 119.

mas possui a mesma lógica da convencional, por buscar a otimização da produção por meio da separação das culturas de forma artificial.

É interessante notar, como aponta o historiador Keith Thomas (1988), o quanto, para os produtores rurais dependentes da lavoura para sua sobrevivência, o ideal de uma natureza domesticada, produtiva e simétrica, livre de animais e de ervas daninhas se opõe à valorização de uma estética assimétrica, espontânea e protetora de animais e espécimes de plantas belas e úteis para a biodiversidade. Em seus estudos que se centram na Inglaterra dos séculos XVII, XVIII e XIX, o autor aponta que:

A prática de plantar cereais ou vegetais em linhas retas não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços escassos; também representava um meio agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado (: 304).

E ainda:

Na própria Inglaterra, o gosto pelo agreste e pelo irregular seduzia mais os abastados que os pobres, que lutavam pela subsistência, ou os agricultores, que ainda batalhavam com a terra (: 313).

No caso deste campo de pesquisa, nota-se que de fato, as lavouras e hortas dos neorurais locais, que sempre dependeram e até hoje dependem exclusivamente da renda do campo, são sempre bastante simétricas e livres

de ervas daninhas se comparadas às lavouras dos neorurais forasteiros, elogiadas pela certificadora, mas não tão produtivas quanto às dos primeiros. Um produtor da ECOMINAS em Pouso Alegre chega a fazer uso inclusive de nível de construção para compor seus canteiros da horta, bastante simétricos e alinhados.

Certa vez, cheguei a ouvir o comentário de um local de que as pessoas achavam que café orgânico tinha que ser *“largado, no meio do mato”*, mas que ele não concordava com isto, que tinha que deixar as linhas *“bem limpinhas, tudo bem bonito”*.

A respeito dessa diferenciação ideológica no que tange à preservação ambiental vivenciada por neorurais locais e forasteiros, foi mencionado por um agricultor local da Orgânicos da Mantiqueira, em Gonçalves, que uma das coisas que o deixa muito bravo é este *“povo de fora”* que critica o *“povo da roça”* de destruir a natureza. Ao relatar um caso de uma conversa com um neorural forasteiro que comentava indignado sobre o corte realizado por seu vizinho de muitos pinheiros para a venda, ele disse ter tido uma séria conversa nesses termos:

“Quando ele me falou isso, eu estava cozinhando um franguinho caipira na casa dele. Daí eu fechei a panela, pedi para a sua esposa trazer uma pinguinha e disse que a gente ia conversar sério. Falei para ele que quando um filho ficava doente ou acontecia alguma coisa ele ia no banco e tirava o dinheiro. Quando precisava de um pouco mais, vendia uma quitinete que comprou como investimento, mas o homem da roça não. A poupança do caboclo é em árvore, em gado, é um jeito de ter o dinheiro quando

precisa. Disse que o proprietário, mesmo sendo convencional, não tem interesse em destruir a propriedade, mas que às vezes precisa vender umas árvores para sobreviver” (Depoimento de Tiana, fevereiro de 2012).

De fato, este tipo de relação do agricultor tradicional com as árvores como meio de poupança para os filhos, pode ser relatado em outros trabalhos, como o empreendido por Woortman (2009) entre colonos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, que realizam uma espécie de “reflorestamento ritual” por ocasião do nascimento de uma criança, que poderá contar com aquelas árvores plantadas quando precisar se casar, estudar, construir sua casa, enfim, quando necessitar dispor de uma reserva em dinheiro. Assim como afirma nosso produtor de Gonçalves, não se trata de “destruir a natureza”, mas de dispor dela quando necessário, fato muitas vezes não compreendido por pessoas que cresceram fora desta lógica camponesa.

Esta fala evidencia o quanto as relações de neorurais locais e forasteiros diferem quanto à percepção e lida com a natureza. No primeiro caso, considera-se a mesma como algo a ser domesticado pelo homem para sua utilidade e produz-se satisfatoriamente dentro desta lógica. No segundo, a natureza ao invés de ser serva passa a ser admirada por seu aspecto selvagem, mesmo que não possa ser domada para fins econômicos.

Diferenças simbólicas, pautadas na dependência econômica exclusiva da domesticação da natureza no caso de neorurais locais ou complementar,

no caso dos neorurais forasteiros, são motivos que guiam concepções e práticas diversas no universo desta pesquisa.

De acordo com Aun (2011), que desenvolveu pesquisa com o grupo de agricultores da Orgânicos da Mantiqueira na cidade de Gonçalves-MG,

A heterogeneidade do grupo fica clara na forma como são entregues os produtos para comercialização e como as áreas são gerenciadas, bem como nas técnicas utilizadas e na quantidade de produção perdida devido a problemas no plantio e no manejo. Muitas vezes os produtores que são da região tendem a ser referência no manejo de suas áreas, no trato com o solo e no conhecimento do clima da região. Da mesma forma, os agricultores vindos das capitais ou mesmo de cidades mais urbanizadas são referência no gerenciamento da empresa e na formatação de projetos, bem como no contato com organizações e grupos de outras regiões e no relacionamento com os turistas (Aun, 2011:05).

E ainda:

Estes novos atores de origem urbana passam a compor o imaginário social da população local, que em geral cria uma fronteira bastante nítida em relação aos “turistas”, que muitas vezes representam uma ameaça e um questionamento de valores, práticas e formas de organização social. Portanto, se por um lado os neo-rurais geram um impacto econômico positivo, sobretudo pelas oportunidades abertas pelo turismo e pela agricultura orgânica, com um claro aumento na geração de renda e no aquecimento econômico do município como um todo, há por outro lado também a geração de uma divisão entre aqueles que são “da terra” e os que “de fora” Esta segmentação não se limita apenas ao convívio social, mas também às práticas econômicas (Aun, 2011:11).

A partir desses exemplos, tornam-se claras as diferenças entre “gente local” e “gente de fora”, que diferem não apenas em seus costumes, mas também nos graus de dependência econômica em relação à produção rural, o que influi significativamente na lida com a natureza. Apesar disto, os

tempos atuais têm proporcionado novas possibilidades de convivência em torno da questão ambiental, o que tem congregado essas pessoas em torno de objetivos comuns.

4.5. Fatores que influenciam na coesão das associações

Tendo em vista as características e principais motivações dos agricultores neorurais locais e forasteiros, evidenciou-se no decorrer desta pesquisa algumas peculiaridades das associações estudadas que apontam para um maior ou menor grau de êxito em relação aos objetivos alcançados pelas mesmas. É notável, por exemplo, que a articulação entre seus membros ocorre mais fortemente no caso das formadas sobretudo por neorurais locais, em que o cotidiano é compartilhado pelo grupo até mesmo antes da existência da organização, através dos núcleos familiares, nas festas religiosas do bairro, nos mutirões, dentre outras atividades comunitárias.

Nestes casos, não só o grau de coesão é maior quanto também o de coerção, visto que um membro que foge às regras estabelecidas pelo grupo não será visto com maus olhos apenas no âmbito da associação, mas também em outras esferas de sua vida, que é vivida na comunidade onde os outros associados também moram e realizam suas atividades cotidianas.

Situação completamente diferente no caso das associações compostas predominantemente por neorurais forasteiros, onde as pessoas se encontram pontualmente nas reuniões, mas não compartilham o cotidiano fora deste âmbito.

No caso do sul de Minas, esta pesquisa tem demonstrado que o primeiro tipo de associação (constituída, sobretudo por neorurais locais) tem tido mais sucesso e isto deve-se, dentre outras explicações possíveis, ao fato dos indivíduos que a compõem sofrerem sanções impostas pelo próprio grupo em outras esferas da vida, caso não haja o comprometimento esperado por parte de algum associado.

Como aponta Cunha (2004) ao realizar uma revisão teórica a respeito do manejo comunitário dos recursos naturais, em se tratando de relações comunitárias,

[...] há evidências de que os seres humanos são capazes de aprender normas de reciprocidade e regras sociais que os ajudam a enfrentar uma gama diversa de dilemas sociais. A reciprocidade dependeria de reputação e confiança. A reputação aumenta na medida em que se é capaz de manter promessas e, assim, contribuir em ações com custos no curto prazo, mas com benefícios no longo prazo. Ou seja, a base mesma dos dilemas da ação coletiva. Desta forma, indivíduos com reputação de reciprocidade buscam se associar com indivíduos com a mesma reputação e evitam aqueles que mostraram não merecer confiança” (:15).

Desta forma, o próprio critério utilizado para aceitação ou exclusão de um membro de uma associação é mais apurado nas constituídas por neorurais locais, justamente pelo fato de já existir um conhecimento prévio dos indivíduos que a compõem, diferentemente das constituídas por neorurais forasteiros, em que as pessoas passam a se conhecer, em sua maioria, por ocasião das reuniões, inspeções e atividades conjuntas como oficinas, mutirões, etc.

Outro fator determinante para o êxito das associações é a proximidade geográfica entre seus membros. Percebeu-se empiricamente que aquelas cujos associados moram majoritariamente no mesmo bairro, cidade e no máximo nos municípios vizinhos são muito mais ativas e comprometidas do que aquelas cujos membros encontram-se espalhados em cidades distantes umas das outras. Isto porque a proximidade física facilita os encontros e agiliza as tomadas de decisão, a resolução de questões burocráticas ligadas à certificação e até mesmo a logística para uma comercialização conjunta, como ocorre com a Associação Serras Verdes, Orgânicos da Mantiqueira e APANFÉ.

Sendo assim, percebe-se que tais associações, sobretudo as compostas majoritariamente por neorurais locais, apesar da abertura para o forasteiro, seguem uma lógica muito semelhante aos grupos tradicionais de rezas, festas e trabalho já praticados há muitos anos em seus bairros rurais, entretanto, a contemporaneidade e a adesão de novos membros, com

lógicas diversas, faz com que os atores sociais envolvidos neste processo se insiram em um diálogo constante que envolve a aceitação das diferenças e adaptação das mesmas de acordo com sua cosmovisão, o que influi diretamente no grau de coesão dos grupos.

4.6. Intercâmbios entre associações

Embora se saiba da existência de cerca de onze associações de produtores orgânicos no sul de Minas⁴¹, o intercâmbio entre elas tem sido até então bastante reduzido, pois de uma maneira geral, cada uma atua de forma independente em sua região no que tange à produção, certificação e comercialização. No universo desta pesquisa, por exemplo, observou-se um contato mais frequente apenas entre as associações Serras Verdes e APANFÉ, ambas contempladas por projetos da ABD e pela certificação participativa viabilizada por esta. É interessante notar que ambas as associações são compostas majoritariamente por neorurais locais.

Um dos projetos nos quais ambas estão envolvidas, trata-se do resgate de sementes nativas e produção própria de mudas e sementes orgânicas, com o intuito de atender a legislação que regulamenta a produção orgânica no país (Lei 10.831/03), a qual prevê que a partir de 2013, apenas

⁴¹ Vide associações na nota de rodapé da página 45.

estas poderão ser aceitas para a certificação da produção. Para tanto, contam com apoio financeiro da ABD⁴² (o que possibilitou a construção de estufas em algumas propriedades e a cobertura de gastos gerais com a atividade), assim como acompanhamento técnico. Para a socialização dos resultados obtidos, todo ano é realizado um Encontro de Sementes, oportunidade em que os grupos participantes do projeto trocam experiências e sementes entre si, atentando para o fato de que em 2012, por conta dos contatos mais frequentes com outras associações da região devido às reuniões para a formação da SPG (Sistema Participativo de Garantia) Sul de Minas, o convite para a participação neste encontro expandiu-se para as mesmas, o que indica a tentativa de uma maior proximidade com outros grupos.

Além disto, Serras Verdes e APANFÉ são certificadas pelo Sistema Participativo através da SPG da ABD, cuja sede é em Botucatu - SP. Por ocasião das inspeções nas propriedades uns dos outros e das reuniões que ocorrem na sede da ABD, o contato entre estas duas associações tornou-se ainda mais frequente.

Ademais, um contato mais intenso entre os grupos de produtores orgânicos da região passou a ocorrer a partir de 2012, quando começaram a idealizar uma OPAC para o sul de Minas. Desde a implantação da nova

⁴² E também da contribuição financeira de pessoas físicas e empresas.

legislação de certificação da produção orgânica no Brasil⁴³, que prevê mais modalidades de certificação que não apenas a realizada por empresas privadas (por auditoria), mas também a realizada por coletivos credenciados pelo MAPA, as associações de agricultores orgânicos da região passaram a buscar alternativas que viabilizassem este processo sem que se corresse o risco de seus produtos perderem mercado por falta de credibilidade.

Este processo na região iniciou-se a partir da iniciativa da ECOMINAS, que mais tarde foi apoiada pelo MAPA, EMATER e IFSULDEMINAS, sendo que esta última instituição é a que tem assumido o papel de articuladora entre grupos de agricultores, técnicos e Ministério da Agricultura, promovendo encontros, sediando-os e cuidando da documentação necessária para a viabilização deste projeto. Após oficina realizada em março de 2012, decidiu-se pela criação de um OPAC no sul de Minas e enquanto se discutia as questões pertinentes à mesma surgiu a idéia de mais do que um OPAC, criar uma “Central de Associações”, que apesar de ter como principal objetivo a promoção da agroecologia, poderá aceitar associações cujo estatuto não esteja vinculado a este tipo de produção, uma vez que foi de entendimento geral que uma aceitação mais ampla não seria excludente e divulgaria com eficácia os sistemas orgânicos de produção, por meio da troca de informações promovida pelos eventos que serão realizados por esta central. Desta forma, criar-se-á no interior desta central um

⁴³ Decreto nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831 sobre a agricultura orgânica.

departamento específico que cuidará da certificação. Assim, o OPAC Sul de Minas estará alocado em uma estrutura mais ampla de associações.

Finalmente, após intensos diálogos e discussões, no dia 27 de novembro de 2012, no campus do IFSULDEMINAS em Inconfidentes, realizou-se uma assembleia que instituiu formalmente a “Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas”⁴⁴, cujo objetivo é o de congregar as associações de produtores rurais da região com o intuito de facilitar a troca de informações, a comercialização conjunta de produtos, a certificação orgânica participativa dentre outras atividades afins.

Normalmente, quem participa das reuniões da Central de Associações são um ou dois representantes de cada grupo, envolvendo neorurais locais e forasteiros e estas são importantes ocasiões onde pode-se observar o que Bordieu (1987) conceitua como *habitus* sendo expressos no interior de um ou mais *campos*.

Em linhas gerais, o *habitus* trata-se de dispositivos que se referem aos valores morais, aos modos de conceber e agir no mundo. Este expressa-se por meio da *héxis*, ou seja, das posturas corporais aprendidas e do *eidós*, que se trata da percepção da realidade. Assim, nas palavras do autor, o *habitus* trata-se de

⁴⁴ O estatuto da Central de Associações dos Produtores Orgânicos do Sul de Minas encontra-se nos anexos.

[...] sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BOURDIEU, 1987: 40).

O *habitus* é vivenciado no *campo*, uma espécie de microesfera do mundo social, onde as práticas são experienciadas a partir de “estruturas estruturantes”, visto que são exteriores aos indivíduos e direcionam o modo de agir e pensar dos mesmos dentro de uma coletividade. O campo é formado pelo “senso comum” e pelas “regras” que operam em seu interior. Para o autor, existe nos campos uma constante luta pelo poder, que se exerce a partir da violência simbólica e da detenção de determinados tipos de capital tais como o econômico, relacionado à posse de bens materiais; o cultural, referente ao grau de instrução e acesso aos bens culturais; o social, ligado às relações sociais estabelecidas e o simbólico, que é a síntese desses três tipos de capital.

Para se movimentar em um *campo* e acionar as hierarquias e lutas pelo poder, o uso destes capitais é necessário e deles depende a posição ocupada pelos indivíduos nessa microesfera social. Esta luta é regida por estratégias não calculadas, mas interiorizadas pelos atores sociais. Para ser admitido ou se movimentar em um campo, deve-se conhecer as “regras do jogo”.

Os campos podem ser interpenetrados por outros, mas nem por isto perdem sua autonomia e mecanismos próprios de funcionamento. Para Bourdieu (1987), as estruturas sociais que condicionam as ações dos indivíduos são flexíveis e mutáveis, visto o processo histórico a que estão submetidas, entretanto, nunca deixam de ser estruturantes e coercitivas, condicionando formas de conceber e agir no mundo.

Desta forma, no âmbito desta pesquisa, diferentes visões de mundo se evidenciam nesses encontros, e estas ora se chocam, ora se compatibilizam, dependendo dos acordos estabelecidos no decorrer do “jogo” de negociações. Torna-se evidente nessas ocasiões os silêncios que indicam constrangimentos e a dificuldade de se expressar publicamente dos neorurais locais, nem sempre tão familiarizados com esses meios de expressão, embora os membros escolhidos para participar desses eventos sejam normalmente apontados, por sua associação, como os mais hábeis em lidar com o ambiente “fora da roça”. Assim, no âmbito desta pesquisa, foram inúmeras as vezes que os produtores locais relataram sua dificuldade e até mal estar em ir para a cidade resolver problemas, comercializar seus produtos e realizar atividades em geral, chegando até mesmo a ficarem com dor de cabeça quando retornavam para seus sítios.

Nota-se nas diferentes posturas corporais de locais e forasteiros, as dos primeiros mais retraídas e as dos segundos mais soltas e claramente habituadas a este tipo de evento, diferentes formas de se posicionar frente

aos tópicos discutidos. Os capitais econômico, cultural e social são visivelmente diferenciados, mas apesar disto, há uma interpenetração entre campos, um diálogo necessário para a manutenção do projeto em andamento. Evidencia-se o papel de cada ator neste jogo, as regras são conhecidas e provisoriamente compartilhadas. Sabe-se, por exemplo, que os neorurais forasteiros são essenciais para determinadas atividades como lidar com a burocracia que envolve este projeto conjunto e dar visibilidade ao mesmo, seja por suas amplas redes de relações sociais como por suas habilidades de *marketing*, assim como a viabilização de um comércio mais amplo.

Os neorurais forasteiros por sua vez, sabem que de nada adianta suas habilidades sem o “lastro” dos produtores rurais locais, que garantem os ares de rusticidade, de tradição e de credibilidade ligada à origem da produção: o sul de Minas Gerais⁴⁵, região vista como um lugar bucólico, sempre ligado à boa gastronomia do campo com seus queijos, doces, leite e café. Além disto, sabem ainda que são estes que garantem de fato uma produção constante para a expansão da comercialização, que “darão conta” de produzir o necessário para manter o empreendimento em andamento, diferentemente dos neorurais forasteiros, que demoram a se firmar em uma atividade, muitas vezes dividindo seu tempo com outros trabalhos na cidade e não tirando do

⁴⁵ Em uma das reuniões em que se discutia o estatuto desta Central de Associações, e o nome que lhe seria atribuído, os neorurais forasteiros foram unânimes ao afirmar que o nome deveria conter “Sul de Minas”, que por si só já era uma marca forte e remetia à agropecuária de boa qualidade.

campo sua principal fonte de renda, embora desejem que isto aconteça com o tempo.

Uma das ações que estão ocorrendo com o intuito de promover o intercâmbio entre associações é o “I Circuito Sul Mineiro de Agroecologia”, em que pequenos grupos são formados para que os agricultores interessados no manejo ecológico de determinado tipo de cultura possam se encontrar em dias de campo nas propriedades uns dos outros e com isto, trocar informações e experiências. Tal evento foi idealizado pela EMATER-MG, posteriormente dinamizado pelo IFSULDEMINAS e será realizado pelos entes da Central de Associações Orgânicos Sul de Minas, com o apoio das instituições citadas.

Sendo assim, percebe-se o quanto o contato entre as associações tem se intensificado a cada dia com o intuito de fortalecer a produção e o comércio da produção orgânica da região. Mais do que isto, os atores sociais envolvidos neste processo tem percebido a importância de se unir, apesar de suas diferenças, em prol de um projeto coletivo que será bom para todos.

PARTE III

AS CONTROVÉRSIAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA

CAPÍTULO 5

AS CONTROVÉRSIAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

5.1. Teorias de modernização reflexiva x ecológica

Duas ideias importantes que movem os debates no campo de conhecimento acerca das questões ambientais são a de “modernização reflexiva” e “modernização ecológica”, ambas de certa forma vivenciadas pelos atores deste trabalho.

A primeira diz respeito a um novo momento da alta modernidade, fruto dos nefastos efeitos do processo de industrialização. Nesta etapa, aponta Beck (1999) que se inauguraria uma “autodestruição criadora” das instituições vigentes, o que resultaria no surgimento de uma nova era. Para tanto, a sociedade faria uma autocrítica de seus hábitos de produção e consumo e isto levaria à busca de soluções estruturalmente sustentáveis, que estariam na base da organização dos Estados e das instituições.

Como afirma Giddens (1991), são as “incertezas” criadas em um mundo globalizado, desterritorializado e destradicionalizado, onde a impessoalidade impera, que geram esta atitude reflexiva de valores e práticas, visando um repensar e um refazer das ações voltadas para a saúde

e para o meio ambiente. Desta forma, novos hábitos de produção e consumo seriam aderidos pela sociedade e impulsionariam esta nova modernidade, reflexiva e crítica.

Já a segunda, mais condizente com o que se tem observado atualmente, tem incorporado este apelo ambiental ao sistema capitalista, apenas atualizando-o e não o transformando em algo diferenciado, como propõe a primeira abordagem. Assim,

[...] as empresas capitalistas contemporâneas, têm provado até agora sua capacidade de familiarizarem-se com os constrangimentos e em uma certa medida, sem ficarem privadas das condições favoráveis à produção, a novos mercados ou à lucros crescentes. Em adição, a proteção e a reforma ambientais se comprovam com o mercado lucrativo da eco-indústria. Consequentemente, há razões para acreditar-se que em termos econômicos a incorporação da natureza como terceira força de produção no processo econômico capitalista tem se tornado uma proposição crescentemente exequível (MOL E SPAARGAREN 2000 apud FERREIRA, 2009: 47)

Tanto a primeira abordagem de uma modernização reflexiva quanto a segunda vertente, da modernização ecológica, são observáveis no âmbito das associações aqui estudadas, uma vez que a primeira encontra eco em membros que possuem em suas práticas um viés mais ideológico no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e social. São essas pessoas normalmente que praticam a agricultura orgânica como uma opção de vida independentemente dos rendimentos econômicos que esta possa gerar e estão sempre em busca de alternativas que levem seus grupos à conscientização do processo de produção sustentável, encabeçando projetos

alternativos como a recuperação de sementes crioulas, reflorestamento, busca por uma certificação participativa, dentre outras iniciativas que visem o envolvimento das pessoas de forma mais integral com a produção.

Já a outra vertente é facilmente observável nas pessoas que encaram a agricultura orgânica mais como uma forma de aumentar os ganhos financeiros se comparado à agricultura convencional. Estas pessoas, no entanto, costumam desistir facilmente deste tipo de manejo a partir das primeiras dificuldades enfrentadas, que não são poucas. Por outro lado, se assumem uma postura de gestão administrativa, contratando funcionários e encarando o empreendimento como uma empresa, obtêm mais lucros que na agricultura convencional. Neste caso, a lógica do mercado impera sobre seus negócios, que passam a ser “orgânicos” por uma questão de manejo e não por uma opção mais abrangente.

Como mencionou um produtor rural em uma reunião da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas:

“Eu estou na agricultura orgânica por uma questão de negócio, de mercado, por isto vim aqui buscar parceiros para a comercialização. Que bom que este negócio acaba fazendo bem para o meio ambiente, mas isto é secundário, meu foco principal não é este” (julho de 2012).

Cabe ressaltar, no entanto, que essas duas formas de encarar a agricultura orgânica são incorporadas tanto por neorurais locais quanto por neorurais forasteiros, dependendo do histórico de vida e perfil de cada indivíduo envolvido no processo.

Alguns autores, como Paehlke (1989) apontam contradições na ideia de incorporação da ecologia dentro da lógica do capital, uma vez que a própria ideia de defesa ambiental relaciona-se a bens comuns, pertencentes a toda a humanidade, o que contrasta consideravelmente com a lógica hobesiana da propriedade privada.

Assim, é importante compreender que a dinâmica que relaciona as problemáticas colocadas pela modernidade a respeito do meio ambiente atrelada a um viés mais mercadológico é uma questão vigente no seio das associações estudadas como dilema e desafio a ser superado coletivamente, fato que pode ser observado no dia a dia desses produtores, sobretudo quando seus esquemas de comercialização tornam-se mais viáveis, trazendo alguns questionamentos à tona, como veremos a seguir.

5.2. Postura das associações diante dos impasses mercadológicos

Nesta seção, pretendo destacar quais as posturas adotadas pelas associações no que tange às dificuldades e impasses de comercialização dos produtos orgânicos.

Já se sabe, por exemplo, que a APANFÉ e Orgânicos da Mantiqueira têm passado nos últimos tempos por reflexões acerca de que tipo de consumidor querem atender, dadas as especificidades da produção

orgânica, em pequena escala, sazonal, muitas vezes não padronizada e artesanal no que diz respeito aos produtos processados.

Em determinada ocasião, uma pessoa responsável pela comercialização dos produtos da APANFÉ, por exemplo, comentou que cada vez mais a associação tem se voltado para um mercado mais consciente, que compra em menor quantidade, mas dando o devido valor aos produtos orgânicos. Eles mesmos não distribuem cestas de produtos orgânicos porque Maria da Fé é uma cidade inviável do ponto de vista logístico, no entanto, estão preferindo vender e negociar com pessoas que têm este fim do que no atacado, com compradores com uma postura de “convencional”, que só pechincham sem se importar com o que estão comprando de fato.

Recentemente, a partir da aprovação de um projeto de Economia Solidária (viabilizado pela ABD), a APANFÉ foi a primeira associação de produtores rurais no Brasil a ser escolhida para uma experiência que consiste em formar um grupo de consumidores que se comprometem a pagar uma quantia fixa mensal em dinheiro para receber produtos orgânicos em suas residências, o que dá garantias ao produtor de que receberá aquela renda sem ter que se preocupar com perdas. Além disso, caso ocorra algum tipo de contratempo na produção agrícola, como intempéries climáticas e o produtor seja impossibilitado de cumprir com sua parte no acordo, alternativas de compensação são propostas sem que ele necessite devolver ou deixar de receber sua quantia mensal. Trata-se, portanto, de uma relação

diferenciada entre produtor e consumidor, em que o diálogo e a compreensão mútuos se fazem presentes muito além das equações mercadológicas da lei da oferta e procura.

Desejo semelhante me foi relatado pela responsável pela comercialização da Orgânicos da Mantiqueira, de que se fosse necessário, venderia batatas para um comprador X (conhecido por todos na região como “caloteiro” e mal educado), mas que cada vez mais estava cortando essas relações e buscando vender direto para o consumidor final.

Outra percepção em comum às duas associações parece se referir à falta de consciência dos consumidores, que ao comprarem orgânicos fazem as mesmas exigências estéticas e de diversidade dos produtos convencionais. Segundo Silvana, da APANFÉ, *“a pessoa tem que aprender a fazer uma salada com o que tem e aprender a conhecer outras verduras, como a azedinha, que é uma planta nativa, por exemplo”*.

A responsável pela Orgânicos da Mantiqueira atenta para o fato de que hoje, o mercado de orgânicos virou uma “terra de ninguém” e que qualquer desempregado quer virar distribuidor de orgânicos. Que a coisa toda se deturpou e que os clientes estão sendo mal acostumados. De acordo com suas palavras: *“hoje estamos formando consumidores para o Pão de Açúcar, que querem variedade e bom preço sem compreender a sazonalidade e o processo de produção. Consomem orgânico porque está na moda, mas nem sabem ao certo o que é isto”*.

Esta mesma pessoa ainda comentou a respeito desta exigência dos consumidores quanto a uma variedade que não respeita as épocas de produção de cada alimento, que *“ela provava que o que vinha na cesta, independente do que vinha, tinha a quantidade de nutrientes compatível para o que uma família de quatro pessoas deve consumir por semana”*. E ainda: *“os consumidores estão mimados, isto é culpa dos distribuidores (entenda-se atravessadores, não produtores) que não se preocupam com a conscientização, apenas com a concorrência e com o mercado”*.

Maristela disse isto bastante indignada, e falou que a justificativa dada pelos distribuidores é a de que o custo de entrega de uma cesta de frutas e verduras dentro da cidade de São Paulo é muito grande. Comentou que estão querendo voltar a ser como antes, eliminar os distribuidores (vulgo atravessadores) para entregarem direto para o cliente.

Disse ainda que além da cesta, escoavam a produção no atacado, mas que não gostava muito, já que neste caso, as negociações eram desleais. Já a cesta e a feirinha, segundo seu depoimento, eram as únicas ocasiões em que se podia manter um pouco mais a ideologia dos orgânicos, que é um modo de vida, e não simplesmente uma forma de alimentar-se.

De fato, o conceito de “capitalismo ecológico” se aplica a estas situações, que vem sendo percebidas com penar pelos produtores que, ainda munidos de certa ideologia, buscam mudar suas estratégias

selecionando um mercado mais consciente e com exigências compatíveis à produção orgânica, na maior parte das vezes sazonal e em pequena escala.

Em estudo realizado por Guivant (2003) a respeito do consumo de produtos orgânicos nos supermercados, atenta-se para o fato da existência de diferenciados tipos de consumidor: os que dão preferência às feirinhas, cestas entregues em domicílio ou entrepostos, onde o contato com o produtor é mais próximo e a vivência deste tipo de produção é compartilhada, e o dos supermercados, possuidor de um perfil mais difuso, afinal, não se vai a estes locais com o único propósito de se comprar este tipo de alimento.

Assim, a autora relaciona este último consumidor ao chamado estilo de vida *ego-trip* em oposição ao estilo *ecológico-trip*. Em linhas gerais, o *ego-trip*, procura por alimentos orgânicos ocasionalmente, motivado por apelos da mídia, de especialistas, familiares e sistemas peritos na área da saúde. Não fazem uma diferenciação clara entre alimentos naturais, *light*, *diet*, hidropônicos ou orgânicos e os consomem por uma questão de estética, beleza, forma e/ou de saúde.

Em oposição, o consumidor *ecológico-trip* compactua com uma postura reflexiva diante dos riscos ambientais e salutar. Procuram por produtos *bio* e funcionais, dentre outros motivos, por questões ideológicas e combinam este consumo com outras atividades junto à natureza. Mais do que isto, procuram por estes alimentos por possuírem uma preocupação

mais ampla com o planeta, com os agricultores e com toda a cadeia que envolve o processo de produção e consumo de alimentos. Entretanto, para não correr o risco de idealizar demais este tipo de consumidor, afirma a autora que

Numa sociedade mais individualista, a experiência de riscos ambientais pode ter muito pouco a ver com “salvar o planeta” e muito mais com assuntos da vida cotidiana, no aqui e agora. Desta maneira, o encontro com o meio ambiente passa a ser mais personalizado. Seguindo este interessante argumento, poderíamos considerar o consumidor *ecológico-trip* como um tipo de consumidor *ego-trip*, que atinge outros planos nas suas práticas de consumo (Guivant, 2003:78).

De toda forma, as grandes redes de supermercado⁴⁶ têm identificado este grande potencial no setor de orgânicos e investido não apenas na propaganda e formas de apresentação desses produtos em suas gôndolas, sempre adornadas com elementos rústicos (embora se mesquem com a contradição ecológica de embalagens individualizadas em bandejas de isopor envoltas com plástico), que remetem a uma vida saudável em um campo ordenado e estéril, mas também recrutando equipes de agrônomos intencionados a convencer os produtores de que a conversão para a produção orgânica pode ser um bom negócio. Para tanto, têm lançado mão de acompanhamento técnico e até mesmo parcerias com certificadoras para que possam colocar seu próprio selo nestes produtos. Com isto, espera-se

⁴⁶ Em seu trabalho, Guivant (2003) trabalha com as redes Pão de Açúcar, Carrefour e Sendas.

uma oferta constante, o aumento da quantidade e a diminuição do preço, igualando tais produtos aos hortifrutigranjeiros convencionais, o que não é visto com bons olhos para os praticantes e simpatizantes mais ortodoxos da agricultura orgânica, como já observa Guivant (2003):

A incorporação dos alimentos orgânicos dentro do mercado convencional e, particularmente, nas gôndolas dos supermercados, nem sempre é vista como um desenvolvimento desejável por uma parte do movimento de agricultura orgânica, porque implicaria envolver a produção em grande escala, comercializar em redes de supermercados, elitizar o consumo com altos preços, etc. A opção defendida seria a de manter, como forma de resistência, a redução e o consumo de orgânicos em pequena escala, em mercados locais. Entretanto, de acordo com o argumento apresentado neste artigo, o crescimento significativo do mercado de orgânicos depende da reflexividade do consumidor ego-trip e de que os supermercados incluam estes alimentos dentro de sua oferta. O desafio se situa nos termos de negociação entre produtores e o setor varejista. À medida que cresce a oferta, e estimula-se o consumo, junto com as [...] transformações nos padrões de estilo de vida, pode estar sendo gerada uma dinâmica de fortalecimento da produção orgânica, o que fugiria das previsões negativas de parte do movimento de agricultura orgânica (:79).

A respeito dos processados orgânicos, Silveira (2010), que também realiza seu estudo em supermercados, mas enfatizando o estado do Rio Grande do Sul, aponta para os conflitos entre supermercados e produtores/processadores. Os produtos processados, por possuírem uma maior validade e agregarem mais valor à produção, possuem grandes vantagens em relação ao setor de FLV⁴⁷ orgânicos. Entretanto, apresentam também desafios diferenciados.

⁴⁷ Frutas, legumes e verduras.

Nesta região do país, onde surgiram as primeiras associações e cooperativas de produtores orgânicos, a partir de suas próprias vivências e experiências, estes defendem a manutenção de rotas alternativas de comercialização como feiras, lojas especializadas, distribuição de cestas e outras modalidades que não apenas a oferta aos supermercados. Algumas das razões alegadas para isto é a de que estes acabam onerando muito a produção por suas taxas de pedágio, cobradas para se tornar um fornecedor fixo; longos prazos para pagamento (até 120 dias); exigência de troca quando o produto atinge a data de validade; custo de montagem e manutenção nas gôndolas e débitos não quitados por alguma quebra em um contrato rígido⁴⁸, e que em grande parte, favorece apenas o supermercado.

Outra razão é o fato dos supermercados atrelarem o fornecedor à sua própria marca, o que o torna um refém desta despersonalização, uma vez que sua marca não se torna conhecida impossibilitando a fidelização de clientes e tornando-o descartável, já que se discordar de algum aspecto da negociação, poderá ser substituído por outro fornecedor sem mesmo que o cliente se dê conta. Assim, não se torna viável esta modalidade como única opção de comercialização para seus produtos.

No caso da marca própria, hoje se percebe como a principal estratégia das redes de supermercados, pois se trata de mecanismo que permite a transformação de um produtor em

⁴⁸ Existem casos na ECOMINAS de produtores que saíram devendo para essas grande redes, pois não conseguiram arcar com tantas exigências. Tratavam-se de uma produtora de café e outra de mel. Além disto, relataram o quão hostis são as relações estabelecidas, que parece que “estão mendigando” de tão maltratados que são pelo setor de negociações.

fornecedor, despersonalizando-o e possibilitando seu descarte em detrimento de um concorrente. Com a marca própria, não se fortalece um produtor com suas características específicas, mas uma marca genérica da rede do supermercado que pode comercializar sob seu nome produtos de um grande número de produtores. Assim, não se fica dependente de um fornecedor, com possível posição vantajosa diante do consumidor, mas flexibilizam-se as opções de fornecimento.

Esta estratégia foi compreendida por vários produtores de processados orgânicos, que se negam a fornecer nestas condições e exigem a comercialização com sua marca. Este é um conflito de interesse dentro do campo organizacional, onde o central é o reconhecimento diante do consumidor, já que a marca é para o produtor-fornecedor um mecanismo de ação a distância que estabelece a relação de credibilidade e fidelidade produtor-consumidor em transações onde não ocorre o contato face-a-face (: 15).

A partir dos estudos acima, percebe-se o quanto estes fazem eco à percepção e vivência no que tange à comercialização dos produtos orgânicos no sul de Minas, sejam eles FLV ou processados. Percebe-se, por exemplo, que o agricultor engajado, apesar de não descartar a venda para as grandes redes de supermercados, não opta por este como um único canal de comercialização. Por outro lado, percebe-se nas reuniões em que há um maior número de associações, uma opinião mais difusa, sobretudo de neorurais forasteiros que recém iniciaram suas atividades e que defendem esta opção com mais afinco.

Estes são dilemas que se colocam e que certamente, terão grande rendimento nas discussões que tratarão da operacionalização de uma comercialização conjunta. Dependendo da maneira como tais questões forem tratadas, poderão constituir o fortalecimento do produtor e das associações ou um risco para os mesmos, caso fiquem à mercê da vontade dos grandes compradores.

5.3. Novas políticas públicas para novos atores sociais

Como foi demonstrado até então, o espaço rural tem sido remodelado a cada dia e a agricultura de base ecológica tem fundamentado estas mudanças a partir da agência de novos atores sociais, que aqui denominamos como neorurais locais e forasteiros. Entretanto, embora suas práticas sejam inéditas, as políticas públicas voltadas para esta parcela de produtores ecológicos não têm acompanhado tais mudanças.

Os neorurais locais têm mais acesso à assistência técnica gratuita e linhas de crédito com juros baixos, subsidiadas pelo governo federal, porque são identificados, em sua maioria, como agricultores familiares. O mesmo não se aplica aos neorurais forasteiros, que não contam com nenhum tipo de incentivo para suas atividades com agricultura orgânica. Não há também uma política de assistência técnica a estes novos produtores uma vez que segundo as normas da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, no estado de Minas Gerais), só é possível prestar assistência gratuita a produtores familiares que possuem no mínimo 50% de mão de obra familiar, 70% de rendimentos provenientes da produção rural e histórico familiar com atividade no campo (AUN, 2012).

No âmbito das associações aqui estudadas, entretanto, este é um assunto polêmico que divide opiniões, uma vez que se por um lado os

neururais forasteiros reivindicam linhas de crédito diferenciadas para seus empreendimentos, alguns neururais locais alegam que estes não teriam direito a este tipo de benefício, uma vez que tiram a maior parte de suas rendas de outras fontes que não a agricultura.

Existem casos inclusive de agricultores que se desvincularam da ECOMINAS por receio de perderem benefícios do governo como o PRONAF e Bolsa Família, uma vez que muitos membros desta associação são empresários e estes estariam descaracterizando uma associação de produtores rurais e colocando em risco os benefícios concedidos aos agricultores familiares. Isto tem sido motivo de queixas por parte dos neururais forasteiros, que se sentem discriminados e injustiçados pelos locais. *“É como se a gente não trabalhasse duro para conseguir as coisas, como se tudo o que temos caísse do céu”* (Relato de Ana Rita, ECOMINAS).

Como relatado acima, foi a existência de muitos neururais forasteiros, o que um dos associados das Serras Verdes caracterizou como *“o turista que não produz”*, e que trouxeram uma lógica muito empresarial para a empreitada da produção e comercialização orgânicas, que motivou a separação desta associação do grupo Orgânicos da Mantiqueira.

Certa vez, em uma das reuniões realizadas com o intuito de se formar o SPG Sul de Minas, houve pronunciamentos provocativos entre neururais locais e forasteiros de diferentes associações sob as mesmas justificativas: de um lado os neururais locais reivindicam seriedade, pois vivem da

atividade, que “*não estão brincando*” e que está é sua única fonte de renda e por outro, os neorurais forasteiros desabafam por não serem compreendidos, que apesar de possuírem outras atividades “*também dão duro no trabalho*” e merecem ser levados a sério.

O fato de quase sempre os neorurais forasteiros possuírem empregados (não que os locais não tenham, mas são na maior parte das vezes eventuais e sem registro em carteira), é ainda um fator que conta contra a concessão de auxílios e juros mais baixos.

Em março de 2013, a CONAB divulgou um edital (Edital 001/2013 BNDES/CONAB) concedendo o valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) às associações de produtores orgânicos para subsidiar os gastos com a operacionalização de suas atividades, entretanto, um dos critérios para a participação era o de possuir histórico em programas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que por si só podem contar apenas com produtores caracterizados como familiares. Embora o IFSULDEMINAS e a Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas tenham realizado uma oficina para a formatação desses projetos, apenas uma associação de fato pôde submetê-lo, justamente pela restrição quanto aos critérios da agricultura familiar.

Maria José Carneiro (1999) propõe uma reflexão acerca deste critério no Brasil, visto que muitas famílias camponesas se valem da pluriatividade, ou seja, de outras fontes de renda externas às atividades agrícolas para

sobreviver, mas que isto não as descaracteriza como agricultoras. Este assunto já foi discutido em inúmeras ocasiões, inclusive na reunião que decidiu pela formação de um OPAC no sul de Minas, que contou com a participação de membros do MAPA com cargos de chefia na área de agricultura orgânica. Na ocasião, colocou-se esta queixa a respeito da inadequação do enquadramento do agricultor familiar, pois mesmo os neorurais locais às vezes também são prejudicados por conta da pluriatividade praticada por outros membros da família e a resposta dada pelos diretores do MAPA foi que de fato, esta tem sido uma questão muito polêmica no âmbito do ministério e que deverá ser reformulada, afinal, a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), a princípio foi criada única e exclusivamente para definir os agricultores que teriam acesso a essa linha de crédito porém, atualmente, este documento tem sido utilizado como critério para a participação de agricultores em feiras, na proposição de projetos e outras ocasiões, o que a torna um tanto quanto excludente vista as novas realidades no campo.

Outro exemplo muito esclarecedor deste tipo de exclusão ocorreu recentemente em uma reunião de diretoria da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, onde se buscava agricultores que pudessem participar da SUPERAGRO, importante feira agropecuária do estado, representando o sul de Minas Gerais e a participação dos mesmos estava submetida à apresentação da DAP, o que excluiu muitas pessoas que tinham interesse e disponibilidade de ir à esta feira. Entretanto, em um

segundo momento, após algumas reivindicações, a SUPERAGRO abriu a participação a todos os interessados ligados a Orgânicos Sul de Minas, munidos ou não da DAP.

Como se vê, esta nova ruralidade fundamentada na prática de uma agricultura de base ecológica tem suscitado novos desafios não apenas no campo teórico, mas relacional e de implementação de políticas públicas. Entretanto, de acordo com a visibilidade que essas novas formas de atuação no campo vão ganhando, acredita-se que a tendência é a de reformulação de tais políticas públicas e linhas de fomento, como relatou Marcelo Laurino, engenheiro agrônomo responsável pelo setor de orgânicos no MAPA-SP.

CAPÍTULO 6

TRANSIÇÃO ENTRE INSPEÇÕES POR CERTIFICADORAS E CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA: A LEGISLAÇÃO ATUAL DE ORGÂNICOS NO BRASIL

6.1. Modalidades de certificação

Desde 01 de janeiro de 2011, o Ministério da Agricultura determinou novas formas de controle na produção de alimentos orgânicos, quais sejam, através de um “Sistema Participativo de Garantia” ou de uma “Certificação por Auditoria”.

A certificação pelo “Sistema Participativo de Garantia” (SPG) se subdivide em duas modalidades, quais sejam a “Organização de Controle Social” (OCS) e o “Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica” (OPAC), ambos com custo zero para os produtores envolvidos no processo⁴⁹.

⁴⁹ Vale ressaltar que o Ministério da Agricultura não cobra nada para credenciar e gerenciar essas certificações, no entanto, evidentemente existe um custo operacional no interior das próprias associações para que ela se viabilize como gastos com material de expediente, transporte para que os agricultores realizem as visitas nas propriedades de seus pares, eventuais acompanhamentos de técnicos ou engenheiros agrônomos, dentre outros. Ainda assim, esses gastos são muito inferiores à uma certificação por auditoria.

No primeiro caso (OCS), um grupo de produtores assessorados pela EMATER no caso de Minas Gerais ou outro órgão de extensão no caso de outros estados, ao credenciar-se no MAPA, fica liberado para realizar a venda direta de seus produtos aos consumidores (sem intermediários) em feiras ou similares. Neste caso, deve-se identificar que os produtos expostos são orgânicos, mas é vedado o uso do selo criado pelo governo federal⁵⁰. Além disto, esses produtores sempre deverão estar dispostos a receber em suas propriedades quem quer que se interesse em conhecer seus sistemas de produção. Esta é uma forma que reconhece a relação de confiança entre produtor e consumidor, tão caros para a agricultura orgânica, além de simplificar a certificação, que não deverá ter nenhum custo financeiro para o agricultor, o que conseqüentemente, também favorece o consumidor.

A segunda modalidade (OPAC) é utilizada no caso de uma comercialização fora do município, abrangendo todo o território nacional. Nesta situação, um grupo de agricultores organizados em associações devidamente documentadas, com estatuto, manual interno de procedimentos operacionais, normas de produção orgânica e com um termo de compromisso com a garantia da qualidade orgânica, deve se autofiscalizar constantemente por meio de visitas dos produtores nas propriedades uns dos outros. Neste caso, após aprovação da documentação pelo MAPA, por sinal bastante rigorosa, este grupo passa a utilizar o selo estampado abaixo em seus produtos, que os identificará como orgânicos a partir da autogestão

⁵⁰ Vide modelo do selo de identificação de produto orgânico na página seguinte.

e controle interno. Esta certificação, assim como no caso da OCS, não tem custo financeiro algum para os produtores, exceto os custos do processo.



Figura 3: selo utilizado para a identificação do produto orgânico. Note-se que o mesmo selo é usado tanto na certificação participativa quanto por auditoria, tendo a mesma validade para fins de comercialização

A seriedade e confiabilidade no processo de produção orgânica é garantida neste caso com o acompanhamento rigoroso dos produtores, que ocorre frequentemente tanto em suas propriedades, através de visitas de verificação e inspeção, quanto no acompanhamento burocrático, em termos de controle e anotações da produção agrícola uns dos outros. Além das inspeções realizadas anualmente por um corpo de técnicos do próprio Ministério da Agricultura.

Já o último tipo de certificação, a por auditoria, é praticamente igual a que tem ocorrido pelas certificadoras particulares até bem recentemente, com a diferença de que a partir de 2011, somente as que foram aceitas pelo MAPA poderão atuar legalmente. No entanto, até 2012 apenas três certificadoras foram credenciadas, excluindo muitas outras que já atuavam

no mercado⁵¹. Se por um lado isto pode incentivar a organização dos OPAC e OCS, muito mais democráticas e horizontais, por outro exclui centenas de produtores outrora certificados por outras empresas não aceitas no processo de cadastramento. Não tendo tempo hábil de se organizar em grupos bem documentados (o que demanda tempo e todo um processo dialógico que não se constrói repentinamente), muitos tiveram enormes prejuízos por não apresentarem as devidas certificações para vender para grandes compradores, como redes de supermercados. Assim, ou esses produtores tiveram que rapidamente migrar para as certificadoras credenciadas pelo MAPA, sem terem muita escolha no que tange aos custos de certificação e métodos, ou ficaram sem a certificação de seus produtos.

Note que para um agricultor que tira toda sua renda da lavoura ou produção pecuária, o tempo da burocracia para aprovar seu processo é incompatível com as safras, que têm épocas determinadas do ano para serem cultivadas. Assim, presencia-se atualmente uma grande crise, já que para continuarem no manejo orgânico, mais trabalhoso e caro que o convencional, sem a devida certificação, esses produtores terão de arcar com grandes prejuízos, uma vez que estes ônus não poderão ser compensados com uma comercialização que valorize devidamente seu trabalho. Logo, muitos produtores têm desistido da agricultura orgânica, ao menos momentaneamente, até que seus processos se regularizem.

⁵¹ Recentemente, no entanto, este número aumentou para sete.

Recentemente, a ECOMINAS aceitou como associado um grupo inteiro de produtores de morango da cidade de Cambuí, cuja antiga certificadora não havia conseguido ser credenciada pelo MAPA. Seus selos, no entanto, demoraram a sair, o que resultou em certo prejuízo por algum tempo.

À propósito, dentre as associações estudadas, a ECOMINAS e a Orgânicos da Mantiqueira ainda continuam sendo certificadas por auditoria pelo IBD e ECOCERT respectivamente, embora pretendam migrar para o OPAC que está sendo formado no sul de Minas. Já a APANFÉ e Serras Verdes migraram há cerca de um ano da certificação por auditoria para a participativa. Nesse caso, ambas as associações são membros de um OPAC formado pela ABD (Associação Biodinâmica) com sede em Botucatu-SP, órgão sem fins lucrativos que vem realizando importantes trabalhos com as mesmas, como cursos de biodinâmica, e levado a cabo projetos de recuperação e produção de sementes nativas.

O funcionamento da certificação nesses moldes se dá a partir da eleição de três responsáveis de cada associação, que analisam a documentação de outras associações e em alguns casos, também fazem a inspeção nas mesmas. Trata-se de um processo de autogestão, apontado pelos agricultores como mais coerente, uma vez que a inspeção passa a ser feita por seus pares, que compreendem na prática a lógica das lavouras e dificuldades enfrentadas pelo produtor de forma mais próxima, ao contrário da certificação por auditoria, em que um fiscal externo, não produtor, avalia

as situações sem compreender os contextos vivenciados pelos agricultores no dia a dia.

A partir do funcionamento de um OPAC já credenciado, a ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas), que inclusive tem servido de referência neste processo no Brasil por participar ativamente junto ao MAPA da regulamentação desta nova legislação, pode-se ter uma ideia melhor, em termos esquemáticos, do funcionamento de um OPAC (Fonte: Oliveira, 2011).

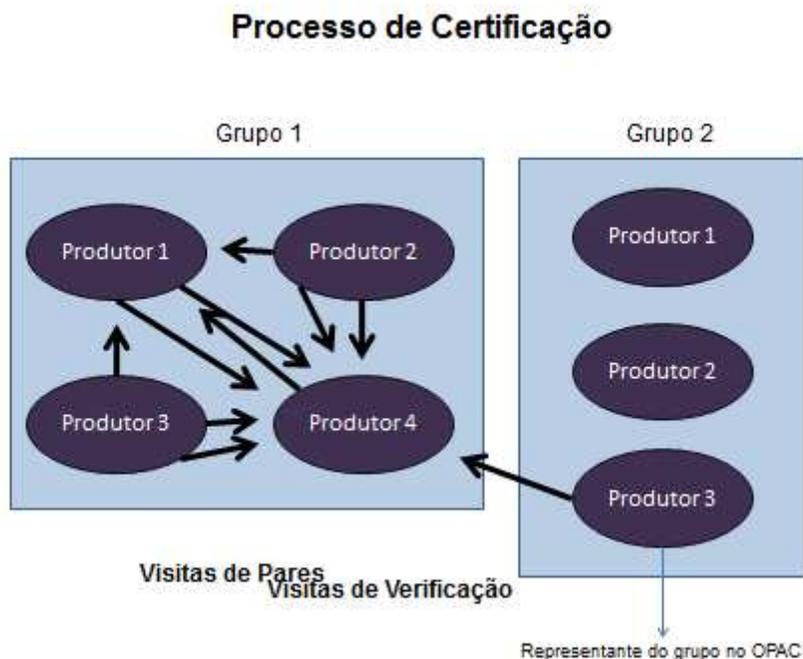


Figura 4: processo de certificação participativo (Oliveira, 2011).

Recentemente, a pró-reitoria de extensão do IFSULDEMINAS, juntamente com a EMATER, Ministério da Agricultura e associações regionais de produtores orgânicos, têm se mobilizado para a formação de um

OPAC no sul do estado no âmbito da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, já citada anteriormente, uma vez que existe demanda por parte das associações, que ou ainda são certificadas por auditoria, ou são membros de OPACs situadas no estado de São Paulo, como é o caso da ABD, que engloba as associações: Serras Verdes, Serras de Santana, APANFÉ e ANC, que contempla a AAOF (Associação Agroecológica de Ouro Fino).

Desta maneira, um primeiro esforço nesse sentido foi o de reunir professores do Instituto, técnicos da EMATER e representantes das onze associações do sul de Minas em um encontro de dois dias na cidade de Inconfidentes, no campus do Instituto Federal, de onde saiu-se com uma proposta formal da constituição desse referido OPAC, que terá a devida representação junto ao Ministério da Agricultura⁵².

Em entrevista realizada com um dos sócios fundadores da ECOMINAS, que embora não seja produtor acompanha de perto cada um deles por meio de assessorias, foi apontado que uma das maiores dificuldades dos produtores e um dos principais motivos para desistirem da agricultura orgânica são as restrições impostas pelas certificadoras sem que estas apresentem alternativas às não conformidades encontradas nas inspeções.

⁵² Vale ressaltar que os dados dessa pesquisa tem sido demandados e utilizados por esses órgãos no intuito de implantar essa e outras políticas públicas voltadas para a agricultura orgânica na região.

Ele aposta na certificação participativa proposta pelo MAPA embora admita que os técnicos da EMATER e órgãos congêneres da região não estejam preparados para subsidiar os agricultores neste projeto, já que o próprio programa “Certifica Minas” da EMATER e IMA, que já existe há algum tempo com base nos preceitos dos OPACs, não tem funcionado muito bem por conta da não familiaridade dos extensionistas com o assunto.

Abaixo, as principais diferenças entre uma certificação participativa e por auditoria (Fonte: Oliveira, 2011):

Diferenças:



Certificação Auditoria	SPG
Processo de fiscalização	Processo baseado na confiança
Decisões verticais	Processo horizontal de decisões
Profissional competente encarregado	Participação e troca de experiências
Sigilo de informações	Transparência
Direito ao uso do selo Sisorg	Direito ao uso do selo Sisorg
Custo fixo determinado pela empresa certificadora	Custo determinado pelo OPAC → Geralmente inferior a certificadora, porém exige participação intensa dos agricultores

Figura 5: diferenças entre as certificações por auditoria e participativa

6.2. A instauração do sistema participativo de garantia no sul de Minas

Com a implantação da atual legislação de certificação da produção orgânica no Brasil, assunto discutido no tópico anterior, os grupos de agricultores do sul de Minas passaram a buscar alternativas que viabilizassem este processo sem que se corresse o risco de seus produtos perderem mercado por falta de credibilidade.

Neste sentido, já em 2011 membros da ECOMINAS iniciaram contato com o Ministério da Agricultura solicitando o credenciamento da Associação junto a este órgão. No entanto, devido a problemas na documentação, este não ocorreu. Porém, tal iniciativa foi um pontapé para que a região passasse a ser um dos focos de atuação do Ministério.

Nas sugestões de correção na documentação realizadas pelo MAPA, e da solicitação da ECOMINAS por um apoio técnico na região que auxiliasse neste processo de credenciamento, iniciou-se um rico diálogo entre EMATER-MG e associações de produtores, uma vez que na mesma época, dois extensionistas deste órgão na cidade de Pouso Alegre realizaram um curso promovido pelo MAPA esclarecendo esta nova forma de certificação.

Posteriormente, um dos extensionistas citados, no caso Aloísia Rodrigues Hirata, deixou seu cargo na EMATER e passou a trabalhar na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão do IFSULDEMINAS, agregando assim, mais apoio à causa envolvendo professores e outros profissionais desta instituição. Cabe aqui ressaltar o importante envolvimento de Aloísia com esta questão, que realizando um excelente trabalho como articuladora, foi quem incentivou o diálogo entre as associações e a posterior criação da “Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas”, que será detalhadamente descrita a seguir.

A primeira reunião promovida pelo IFSULDEMINAS congregando associações de produtores da região com o intuito de viabilizar um Organismo Participativo de Certificação (OPAC) ocorreu em fevereiro de 2012. Após esta data, muitas outras reuniões e oficinas se seguiram, contando inclusive com a participação de membros do Ministério da Agricultura como Marcelo Laurino (São Paulo), Lygia Bortolini (Belo Horizonte) e OPACs de outros estados, como a ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas).

Após oficina realizada em março de 2012, decidiu-se pela criação de um OPAC no sul de Minas. Para fins de documentação, seria necessário que esta estivesse vinculada a um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Optou-se através de votação, que seria interessante vincular esta OPAC à ONG Sapucaí, visto o histórico desta instituição em relação à certificação da

agricultura orgânica na região. Além do mais, encontrando-se esta praticamente inativa, com sede e bens ociosos, todos entenderam que seria uma excelente oportunidade para reativar este importante órgão. Entretanto, após meses de espera, a ONG declarou sua posição desfavorável a esta ideia, o que levou o grupo de produtores a um novo dilema: vincular a OPAC ao CNPJ de uma associação já existente ou criar uma nova associação. Optou-se após votação, pela criação de uma “Central de Associações”, um novo organismo, com estatuto e regulamentações próprias.

6.3. Potencialidades e possíveis riscos da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas

Uma central de Associações é uma organização que a princípio representa muitas vantagens para os envolvidos, uma vez que viabiliza de forma coletiva a compra de insumos a preços mais baixos, a solicitação de políticas públicas de forma mais eficiente e a comercialização e escoamento da produção com mais facilidade. Entretanto, alguns riscos se impõe a este tipo de empreendimento.

O primeiro deles refere-se às relações interpessoais. Uma vez que, como já demonstrado acima, existe um campo de disputas veladas no âmbito das associações e o formato das reuniões acaba por favorecer a

performance dos neurais forasteiros, logo, corre-se o risco destes sobrepujarem suas opiniões neste ambiente, o que resultaria em decisões nem sempre favoráveis a todos. Assim, este modelo de decisões pautado apenas em reuniões institucionais deveria ser repensado.

O segundo risco refere-se ao envolvimento excessivo de técnicos e burocratas, que cuidam de toda a documentação e com isto, podem acabar por gerar certo comodismo nos produtores, a ponto de tornarem-se alienados em relação aos processos que envolvem a tomada de decisões da Central. Com isto, uma vez que tais técnicos deixem de assumir a empreita, corre-se o risco desta deixar de existir.

Como já observou Leal (2010) quanto ao envolvimento dos técnicos com os agricultores do Rio de Janeiro:

Ao se integrarem a universos em que não dominam a compreensão dos significados referenciadores das relações sociais aí constituídas, os agricultores tornam-se dependentes de agentes que detêm o saber necessário à inserção neste sistema de relações. Só assim mediados, eles conseguem conviver com os agentes vinculados a instituições que monopolizam os instrumentos viabilizadores do acesso a esse mercado consumidor (:82).

Desta forma, seria importante que os processos de certificação fossem de conhecimento e responsabilidade de todos para que não haja

nem alienação quanto ao funcionamento dos mesmos nem comodismo por parte dos produtores.

Outro risco, como já aponta Aloísia Hirata, que tem gerido e apoiado esse projeto através do IFSULDEMINAS, é o distanciamento desta Central da base produtiva. Segundo sua análise, esta Central deve sempre agir de acordo com a demanda da base produtiva, das próprias associações, que por si só, não devem perder suas identidades. Apesar de este intento promover uma socialização de saberes e coletivização no escoamento dos produtos, as associações devem manter suas especificidades, tomando muito cuidado para não massificar a produção e tornarem-se reféns de canais únicos de comercialização, como grandes redes de supermercado.

Até então, a vontade das associações, ao menos da maioria delas, tem sido a de primeiramente fortalecer o mercado local, tão carente da oferta de alimentos orgânicos a preços acessíveis, para posteriormente conquistar novos mercados, em outros estados e até mesmo países.

Apesar dos riscos, a Central de Associações tem se mostrado democrática e bastante atenta às armadilhas do mercado. Cabe agora aguardar para ver de que maneira se desenrolarão as atitudes e iniciativas deste conglomerado de produtores daqui em diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste trabalho foi a de demonstrar, a partir de estudos de caso no sul de Minas Gerais, de que maneira produtores rurais de origens diversas têm assumido maneiras inéditas tanto na lida com a produção agrícola quanto na organização de associações para o fortalecimento da agricultura orgânica. Mais do que isto, pude constatar que suas motivações transcendem ambições meramente econômicas e passam por uma reflexão e percepção apuradas a respeito dos riscos ambientais e alimentares trazidos pela modernidade. Em alguns casos, encontrei ainda uma crítica ao ritmo de vida acelerado e alienante do sistema de produção capitalista, daí a busca por um trabalho que “respeite” os ciclos naturais e proporcione um estilo de vida mais harmonioso.

De acordo com a literatura que vem estudando este fenômeno chamado de “novas ruralidades” (KAYSER, 1990; GIULIANI, 1990; WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 2008; AUN, 2012), encontramos menção, sobretudo, às populações que migram dos grandes centros urbanos para a zona rural em busca de um estilo de vida alternativo, dando novas configurações ao ambiente campestre. Embora se admita em muitos destes trabalhos a existência de pessoas do lugar que acabam por também adotar mudanças em suas relações com o ambiente em que nasceram, seja pela exploração de um turismo rural ou novas práticas agrícolas, ou ainda, da

especulação imobiliária, a ênfase encontra-se, sobretudo, no “neurural” forâneo.

Nesta pesquisa, procurei enquadrar também os camponeses do lugar nesta classificação, por isto cunhei os termos “neurural local” para me referir às pessoas que embora sempre tenham tirado seu sustento das atividades agrícolas, se converteram a um manejo ecológico diferenciado do praticado no entorno e “neurural forasteiro”, para identificar as pessoas que vêm da cidade para o campo tentar uma nova atividade econômica, também ligada à agricultura alternativa.

O fato de eu mesma ser uma “neurural forasteira” foi essencial para a escolha do tema, mas também gerou certa precaução para que pudesse empreender uma análise sócio antropológica mais isenta possível, embora já tenhamos aprendido com Bourdieu (1987) sobre a impossibilidade desta suposta isenção na prática. Desta forma, contar um pouco de minha trajetória ligada ao mundo rural serviu de base para caracterizar um tipo social, que é a deste neurural que migra dos grandes centros urbanos para o campo, munido de crítica ao sistema e vontade de estabelecer uma vida menos competitiva e mais harmônica, o que muitas vezes, como foi colocado, trata-se mais de uma idealização do que uma realidade empírica.

Procurei ainda demonstrar que a relação muitas vezes conflituosa entre “gente de dentro” e “gente de fora” é uma constante nas interações sociais, e não seria diferente neste caso, em que neururais locais e

forasteiros possuem diferentes visões de mundo, práticas sociais e estilos de vida. Entretanto, da mesma forma como demonstram inúmeros estudos sociológicos e antropológicos, o manejo da alteridade, apesar de seu potencial destrutivo, é essencial para a sobrevivência social dos grupos humanos e, no caso específico deste estudo, busquei evidenciar não apenas os pontos de conflito entre esses dois tipos de atores sociais (que abrangem convicções religiosas, formas de se alimentar, de manter relações interpessoais, de se expressar e de lidar com a lida no campo), mas também as convergências que fazem com que se unam em torno de objetivos comuns, cada qual contribuindo à sua maneira.

Ao expor, mesmo que brevemente, as variadas correntes de agricultura orgânica, todas elas tendo em comum uma crítica ao modelo adotado pela Revolução Verde, de produzir mais à custa da espoliação dos recursos humanos e naturais, objetivei situar as preferências dos atores sociais desta pesquisa por determinados tipos de práticas agrícolas e como tais diferenciações influenciam em suas relações interpessoais. As concepções acerca da natureza e da lida com a mesma, é ainda outro fator diferenciador entre neorurais locais e forasteiros, visto que os primeiros, apesar de serem mais produtivos e de até mesmo possuírem mais saberes a respeito do meio ambiente, mantêm uma relação menos idealista e mais utilitarista em relação ao mesmo, por mais que respeitem a legislação no que concerne a produção de alimentos orgânicos. Os neorurais forasteiros, por sua vez, possuem intimidade com diferentes correntes teóricas de agricultura

alternativa e têm uma postura mais preservacionista, mesmo que isto signifique uma diminuição significativa em sua produção. Em parte, isto poderia se explicar pelo grau de dependência econômica em relação às atividades agrícolas, sendo os neorurais locais mais dependentes da exploração agropecuária enquanto os forasteiros possuem, muitas vezes, outras fontes de renda.

Ao remontar o histórico das associações de produtores orgânicos estudadas, quais sejam: Serras Verdes, Orgânicos da Mantiqueira, APANFÉ e ECOMINAS, procurei destacar a atuação da ONG Sapucaí na disseminação da agricultura orgânica na região. Busquei ainda estabelecer as características próprias de cada associação e os fatores que influenciam em sua coesão, além de apontar para as atividades que proporcionam a interação entre as mesmas.

Na explanação acerca das controvérsias da agricultura orgânica, descrevi as variadas maneiras de certificação e a adoção das mesmas como estratégia de credibilidade para os produtos oriundos deste tipo de prática agrícola. Procurei também demonstrar que a reflexão acerca dos riscos ambientais trouxe consigo duas possibilidades de encarar a modernidade: a partir de uma “modernização reflexiva”, que postula uma autocrítica ao modelo de desenvolvimento atual e busca soluções estruturalmente sustentáveis e a de uma “modernização ecológica”, que apenas incorpora o fator ambiental dentro da lógica capitalista. Reside nestas questões a

reflexão que ocorre no seio das associações estudadas, que constantemente se questionam quanto ao tipo de relação que almejam estabelecer com o mercado, questionamento que também tem tido rendimento no âmbito das reuniões da nova “Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas”, entidade que pretende reunir todas as cerca de onze associações da região em torno de uma Certificação Participativa e comercialização conjunta, o que trará benefícios e fortalecimento à agricultura orgânica ao passo que também oferece riscos, como a massificação da comercialização e a perda de identidade das associações.

Em suma, a partir das questões discutidas no âmbito deste trabalho, busquei descrever, enfatizar e apontar os elementos que envolvem esta nova forma de lidar com o ambiente rural a partir da agricultura orgânica. Mais do que isto, procurei situar novos atores sociais em torno do que se tem chamado de “novas ruralidades”. Suas diferenças, apesar de em alguns contextos se mostrarem grandes, dão espaço para convergências em busca de objetivos comuns.

Como demonstrei ao longo do texto, os neorurais locais e forasteiros, apesar de origens e motivações diferenciadas, passam pelas mesmas dificuldades e compartilham do mesmo panorama agrícola regional. Seus desafios são, portanto, muito semelhantes, o que faz com que busquem elementos que os congreguem em torno de causas comuns, o que Ana Rita, produtora rural de uma das associações, expressa da seguinte maneira: “*não*

pode mais ficar com essa divisão de que tem rico e tem pobre, porque no fim todo mundo é produtor e temos que nos unir pelo que temos em comum e deixar as diferenças de lado”.

“Ser orgânico”, independentemente de quem seja, produzir desta maneira: é isto que faz com que aprendam uns com os outros, que relevem as diferenças, sem suprimi-las, que aceitem a experiência de vida de cada um e inclusive façam proveito da mesma, como é o caso dos neorurais forasteiros que lidam com a burocracia das associações ao passo que os locais garantem a constância e oferta dos produtos para a comercialização. É esta aceitação, que sem dúvida passa por momentos de conflitos e questionamentos, que permitiu que se formasse uma organização que deverá gerar grandes frutos para esses agricultores e para o sul de Minas, qual seja, a criação de uma Central de Associações, composta por pessoas diferentes, com ideias diferentes, mas com um ideal em comum: promover uma alimentação mais saudável para a população e uma vida mais digna para o produtor rural. Se este intento promoverá de fato um repensar do modelo tradicional de produção e consumo ainda não sabemos, de toda forma, tenho a esperança de que essas pessoas, que lidam tão bem com a alteridade, saberão manejar os conflitos de forma construtiva em prol, quem sabe, de uma “modernização reflexiva” da agricultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Baptista Teixeira. Desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar. MBA em gestão e planejamento estratégico. FAI: Santa Rita do Sapucaí, 2009.

AUN, Nádya Jarouche. Populações neo rurais: interações e contribuições para o desenvolvimento rural. In: *I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente*. Universidade Federal de São Carlo. São Carlos, 2011.

_____. Agricultura orgânica e atores neorrurais na Serra da Mantiqueira: o grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, MG. Dissertação de Mestrado. UFSCar. Araras, 2012.

AZEVEDO, MÁRIO LUIZ NEVES. Espaço Social, Campo Social, *Habitus* e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu .In: *Revista Espaço Acadêmico*. Universidade Estadual de Maringá, Ano III- nº 24, maio de 2003.

BECK, U. Risk Society. *Towards a new modernity*. Sage Publications. London. Thousand Oaks. New Delhi, 1998.

BORDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Tradução de Sergio Miceli; Silvia de Almeida Prado; Sonia Miceli; Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63):69-72, juin 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral Editora, 1995.

_____. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do Bairro dos Pretos, nas Encostas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. In: *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vol. 1, n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2007.

_____. *“No Rancho Fundo”: espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: Edufu, 2009.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. In: *Ambiente & Sociedade* – Vol. VIII nº. 1, jan./jun. 2005.

BULHÕES, Flávia Muradas. A certificação ambiental de produtos agrícolas e florestais: diferentes trajetórias da relação entre ambiente e mercado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de. Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino-MG. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

Carneiro da Cunha, Manuela. “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível.” In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/USP, 1986, pp. 97-108.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro Barbosa (orgs.). *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. “Rural” como categoria de pensamento. In: *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vol. 2, n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2008.

CARVALHO, Rosângela. Relatório de inspeção Ecominas, Projeto MG 177. Pouso Alegre: IBD, julho de 2010.

CODONHO, Camila Guedes. Dos saberes tradicionais às atuais problemáticas ambientais: novas configurações e estratégias rurais no sul de Minas. Paper apresentado no ST 19: Metamorfoses do rural contemporâneo”, 34ª ANPOCS, Caxambu: 2010.

_____. Agricultura orgânica e novas ruralidades: estudos de caso no sul de Minas Gerais. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES, TRABALHO E MEIO AMBIENTE. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

CENSO AGROPECUÁRIO, 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CRAPANZANO, Vincent. *Tuhami: portrait of a Moroccan*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

CUNHA, Luis Henrique. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. In: *Raízes*. Campina Grande, vol. 23, nºs 01 e 02, p. 10–26, jan./dez. 2004.

DAROLT, Moacir Roberto. As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. In: *Planeta Orgânico, 2004* (Disponível em www.planetaorganico.com.br)

DESCOLA, Philippe. *La selva culta: simbolismo y praxis em la ecologia de los Achuar*. Lima: Coedición, 1988 [1983].

_____. Ecologia e Cosmologia. In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGES, Antonio Carlos & ARRUDA, Rinaldo S.V (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

DUPUY, J.P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1990] 2000.

FARIA, Rivaldo Mauro de. Território urbano e o processo saúde-doença: perfil territorial da saúde no São Geraldo em Pouso Alegre-MG. Dissertação

de mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

FERREIRA, Leila da Costa. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

GALIZONI, Flávia Maria. *Águas da vida : população rural, cultura e água em Minas*. Tese de doutorado em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Editora UNESP: São Paulo, 1991.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. In: *RBCS/Anpocs*, n. 14, ano 5, out. 1990.

GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: ANAIS DO XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Aracaju: Sober, vol. 2., 1996.

GUIVANT, Júlia. Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. In: *BIB/ANPOCS*. N.46. 2º semestre, 1998.

_____. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. In *Ambiente & Sociedade* – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

GUSMÃO, Paulo D. *Teorias Sociológicas*. Forense: Rio de Janeiro, 1968.

HALWBACHS, Maurice. *A memória coletiva*. In: Editora Vértice/Revista dos Tribunais: São Paulo, 1990.

ILICH, I. *A convivencialidade*. Publicações Europa-América: Lisboa, 1976.

KARAM, Karen Follador. A Agricultura Orgânica como Estratégia de Novas Ruralidades: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba. In: V IESA/SBSP – V ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E V SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS. Florianópolis/SC, 20 a 23 de maio de 2002.

KAYSER, Bernard. Néo-ruraux. In: *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1990.

LATOURET, Bruno. *Reensamblar Lo Social: uma introdución a la teoria del actorred*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEAL, Pedro F. . Construção do agricultor “orgânico”: os sitiantes do Rio da Prata, município do Rio de Janeiro (RJ). In: *Raízes*, vol. 30, n. 2, jul-dez, 2010.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LORAU, René. Le jornal total de Malinowski. In: *Le jornal de recherche: Meridiens Klincksieck*. Paris, pp 33-54, 1988.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução- Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Coleção Os Pensadores. Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã* (em português). 3 ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 1974.

MAYER, Adrian C.. A importância dos “quase grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

MENDONÇA, Heliton Moreno. Desempenho da cultivar camarosa de morangueiro em diferentes doses de Rocksil^R em sistema orgânico. Monografia de pós-graduação *latu sensu* em Agricultura Orgânica. Universidade Federal de Lavras, 2010.

MENDRAS, Henri. Sociologia do meio rural. In: *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

NETO, Canrobert Costa. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

NIEMEYER, Ana Maria & GODOI, Emilia Pietrafesa (orgs.) *Alem dos territorios: para um dialogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

OLINGER, Glauco. *Êxodo Rural: Campo ou Cidade?* Florianópolis: ACARESC, 1991.

OLIVEIRA, Diego Grespan. *Sistemas Participativos de Garantia*. Slides. ANC, 2011.

OVERING, Joanna. Estruturas elementares de reciprocidade-uma nota comparativa sobre o pensamento sócio-político nas Guianas, Brasil Central e Noroeste Amazônico. In: SZTUTMAN, Renato (tradução) & NOVAES, Sylvia Caiuby (revisão). *Cadernos de Campo*. São Paulo:PPGAS/USP, vol. 11, n 10, 2002 [1983-1984].

OPHULS, W. *Ecology and politics of scarcity*. W.H. Freeman and Company: San Francisco, 1977.

PAEHLKE, Robert C. *Enviromentalism and the future of progressive politics*. New Haven & London: Yale University Press, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da USP, 1973.

_____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ROCHA, Humberto José. Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

SOARES, Lucas Guida. Percepção ambiental da população rural residente na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra-MG. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Ciências Florestais. UFLA: Lavras, 2005.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SILVEIRA, Paulo Roberto C. da. Conflitos e desafios na comercialização de produtos orgânicos nas grandes redes de supermercados: o caso dos processados orgânicos no Rio Grande do Sul. Apresentação oral. ESTRUTURA, EVOLUÇÃO E DINÂMICA DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES E CADEIAS AGROINDUSTRIAIS. Universidade de Santa Maria, RS, 2010.

PORTO, José Renato Sant'Anna & SOUZA, Natália Almeida. A pluriatividade e o turismo rural: do experimentalismo difuso ao refinamento de um conceito. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES, TRABALHO E MEIO AMBIENTE. Universidade Federal de São Carlo. São Carlos, 2011.

STERN, Paul C.; YOUNG, Oran R; DRUCKMAN, Daniel (orgs.). *Mudanças e agressões ao meio ambiente*. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 1993.

STRATHERN, Marilyn. Parts and wholes: refiguring relationships in a post-plural world. In: KUPER, A. (org.). *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana : um estudo de antropologia social*. 6ª Edição Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002 [1973].

VIOLA, Eduardo J. "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecopolítica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, vol. 1, fev. São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica: o processo de parentesco. In: *Revista Ilha*, vol. 2, n. 1. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, outubro, 2000: 87-145.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais [1973]. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber: sociologia*. Editora Ática: São Paulo, 2000.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos oficiais

BRASIL. Lei Número 4.504, de 30/11/1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

BRASIL. Instrução normativa nº 07, de 17 de maio de 1999

BRASIL. Decreto nº 7.216, de 17 de junho de 2010

Decreto nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831 sobre a agricultura orgânica

BRASIL. Lei 10.831/03, que regulamenta as normas de produção orgânica

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS. Estatuto, 2012.

CONAB. Edital de chamada pública BNDES-CONAB nº 001/2013

IFSULDEMINAS. Edital n. 011/2013. Apoio a projetos de extensão em interface com a pesquisa em agroecologia e agricultura orgânica.

SITES CONSULTADOS

KORIN. Disponível em <<http://www.korin.com.br>>

SUPERBOM. Disponível em <<http://wikimapia.org/181605/pt/Superbom>>

Sobre comunidades hare-krishna. Disponível em

<<http://www.edeus.org/edeus/harekr.htm>>

IBD. Disponível em <www.ibd.com.br>

ORGÂNICOS DA MANTIQUEIRA. Disponível em

<www.organicosdamantiqueira.com.br>

ECOMINAS. Disponível em <www.ecominas.org.br>

www.prefiraorganicos.com.br

www.brcactaceae.org/clima.html

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS

CAPÍTULO I

Da Constituição, Denominação, Duração, Sede, Finalidade e Objetivos

Art. 1º- Fica constituída, por prazo indeterminado, a Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, doravante denominada “Orgânicos Sul de Minas”, com sede e foro na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais e base territorial no Sul de Minas e região.

Art. 2º- A Orgânicos Sul de Minas, é uma Entidade Civil sem fins lucrativos, sob forma de Associação, tendo como princípios fundamentais a liberdade, a democracia, a cooperação e a ajuda mútua, constituída para fins de coordenar, defender e proteger os interesses das associadas, buscando o equilíbrio ecológico e o bem estar social, por meio do desenvolvimento de uma agricultura socialmente segura, ambientalmente sustentável e economicamente justa.

Art. 3º - São objetivos da Orgânicos Sul de Minas:

- a. Congregar e representar as Associadas, defendendo seus direitos e interesses, bem como os dos produtores a elas filiados no cumprimento de sua finalidade e na medida dos recursos disponíveis,
- b. Fomentar o desenvolvimento da Agroecologia e adequação das unidades agropecuárias sustentáveis, visando melhorar as condições de vida de seus associados;
- c. Estimular o aprimoramento e maior eficiência da produção agroecológica, por meio de assessoria técnica, extensão rural, pesquisas, práticas educativas, conferências e cursos;
- d. Assumir formalmente a responsabilidade pela Avaliação da Conformidade Orgânica das unidades de produção das Associações de produtores orgânicos do Sul de Minas e dos produtores a elas associados, de acordo com Legislação pertinente;
- e. Representar as associações dos produtores orgânicos e seus associados, perante qualquer instância.
- f. Trabalhar as temáticas ambientais e hídricas, contribuindo para preservação/conservação do ambiente e dos corpos hídricos.

Art. 4º- Para a execução de seus objetivos a Orgânicos Sul de Minas poderá:

- a. Adquirir, construir ou alugar imóveis necessários às suas atividades;

- b. Manter intercâmbio técnico cultural, filiar-se ou firmar convênios com entidades públicas, privadas, nacionais ou internacionais, mantendo sua autonomia e de conformidade com as prioridades estabelecidas pelas Associações;
- c. Promover o transporte, o beneficiamento, armazenagem ou a industrialização da produção orgânica, assessorar os associados na comercialização de produtos e insumos específicos para a agricultura orgânica;
- d. Instituir contribuições ou taxas pecuniárias às associações e recebê-las de terceiros que tenham interesse nos seus objetivos;
- e. Cadastrar, avaliar a conformidade e certificar conforme a legislação pertinente pessoas físicas ou jurídicas, na agricultura orgânica;
- f. Desenvolver outras atividades que contribuam aos seus objetivos.
- g. Promover campanhas, congressos, reuniões, plenárias, encontros, cursos para as associações, bem como para os seus associados;
- h. Buscar a promoção de compras e vendas em conjunto com todas as Associações filiadas.

CAPITULO II

Do(a)s Associado(a)s

Art. 5º - Poderá candidatar-se como Associada Fornecedora à Orgânicos Sul de Minas, Associações/Cooperativas de Produtores Orgânicos e Associações/Cooperativas de Agricultores Familiares, que estejam de acordo com os objetivos da Orgânicos Sul de Minas, que uma vez membro, por meio de seus representantes, poderá, assumir cargos, atuar ou contribuir nas áreas de produção, comercialização, técnica, consumo, sociocultural, educacional e ambiental.

§ 1º – A Orgânicos Sul de Minas poderá ter Associados Colaboradores: técnicos, consumidores e representantes de suas organizações, representantes de organizações públicas ou privadas, ONGs e organizações de representação de classe que, aprovados pela Assembleia Geral e identificados com os objetivos da Associação, contribuam para a consecução dos mesmos.

Parágrafo Único: Os custos operacionais do OPAC da Orgânicos Sul de Minas serão custeados pelas contribuições de suas Associadas Fornecedoras solicitantes da avaliação participativa da conformidade orgânica, através de taxas estabelecidas pela Diretoria Executiva da Orgânicos Sul de Minas e aprovadas pela Assembleia Geral .

Art. 6º- As Candidatas deverão formalizar suas propostas que deverão ser aprovadas pela Diretoria, desde que atenda aos objetivos da Orgânicos Sul de Minas.

Art. 7º- São direitos das Associadas Fornecedoras:

- a. Votar e ser votado para cargos eletivos, por meio de seus representantes, indicados formalmente pela Diretoria da Associação que pertence;
- b. Solicitar convocação de Assembleia Geral Extraordinária, por intermédio da Diretoria, com no mínimo, um terço de assinaturas das Associadas em dia com a contribuição;
- c. Submeter à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, assuntos de seu interesse, por intermédio da Diretoria;
- d. Frequentar a sede da Orgânicos Sul de Minas e utilizar-se dos seus serviços;
- e. Participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Orgânicos Sul de Minas;
- f. Ter acesso a informações, livros, documentos, relatórios e comunicados da Diretoria sobre todos os assuntos da Orgânicos Sul de Minas;
- g. Solicitar a avaliação da conformidade orgânica de acordo com a legislação da produção orgânica.

Parágrafo Único: Em caso de dissolução de alguma Associação, pertencente ao quadro de Associadas da Orgânicos Sul de Minas, os direitos da mesma, em relação à Orgânicos Sul de Minas, passarão a pertencer à própria organização e os membros da

Associada, poderão constituir nova Associação e candidatar-se novamente a Associada.

Art. 8º- São deveres das(os) Associadas(os):

- a. Cumprir o estatuto, o regimento, as normas técnicas quando aplicáveis, e as decisões da Assembleia;
- b. Pagar pontualmente as contribuições estipuladas pela Diretoria e aprovadas pela Assembleia Geral;
- c. Participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- d. Contribuir com todos os meios ao seu alcance para o bom nome e progresso da Associação;
- e. Exercer criteriosamente cargos e atividades que lhe forem confiados;
- f. Zelar pelos recursos da Orgânicos Sul de Minas, quer materiais, patrimoniais ou financeiros.

Art. 9º- Qualquer Associado(a) e/ou seu(s) representante(s) poderá ser suspensa(o), demitida(o), eliminada(o) ou excluída(o) do quadro social por impedimento físico natural, por não cumprimento dos deveres impostos por este estatuto ou pelos documentos que o regulamentam, por atitudes públicas ou profissionais não condizentes com a finalidade e o prestígio da Orgânicos Sul de Minas.

§ 1º As medidas a que se refere o caput desse artigo deverão ser propostas por três Associadas Fornecedoras, em dia com as suas obrigações.

§ 2º A aplicação de qualquer uma das penalidades deverá ser submetida à Assembleia Geral.

§ 3º O(A) Associado(a) e/ou seu(s) representante(s) terá 30 trinta dias de prazo, a partir da comunicação, para apresentar defesa.

§ 4º O afastamento voluntário da(o) Associada(o) dar-se-á:

a. A pedido da própria Associação ou associado interessada(o), por escrito, em ofício encaminhado à Diretoria e após aprovação desta;

b. Por abandono, o que será caracterizado por ausência das atividades ou das contribuições associativas da Associação por dois anos.

Art. 10- A(O)s Associada(o)s não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Orgânicos Sul de Minas.

Capítulo III

Da Organização e Órgãos Administrativos

Art. 11- São órgãos administrativos da Orgânicos Sul de Minas.

- a. Assembleia Geral;
- b. Conselho Fiscal;
- c. Diretoria Executiva;
- d. Departamento de Certificação;
- e. Conselho de Recursos.

Art. 12- A Assembleia Geral – Ordinária e Extraordinária é o órgão soberano da entidade em qualquer decisão de interesse da Associação, nos limites do que dispuser a lei e na conformidade deste Estatuto.

Art. 13- Compete à Assembleia Geral:

- I- Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II- Destituir os administradores;
- III- Decidir sobre as reformas do Estatuto;
- IV- Decidir sobre a extinção da entidade e destino do patrimônio;
- V- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar qualquer bem do patrimônio;
- VI- Aprovar o regimento interno;
- VII - Aprovar o ingresso de nov(a)os associad(a)os;
- VIII- Apreciar os relatórios anuais da Diretoria;

IX- Discutir e homologar contas e balanços aprovados pelo Conselho Fiscal;

X- Alterar o Estatuto Social ;

XI- Aprovar o programa de trabalho da entidade;

XII- Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;

XIII- Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria.

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem os incisos II e X deste artigo é exigida deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no Estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art. 14- A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á uma vez por ano para:

I- Apreciar o relatório anual da diretoria;

II- Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal;

III - Fixar o valor da contribuição mensal dos associados;

Parágrafo Único: A cada dois anos, a Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente para eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Art. 15- A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

I- Pelo Presidente;

II- Pela Diretoria Executiva;

III- Pelo Conselho Fiscal;

IV- Por requerimento de 1/5 das Associadas quites com as obrigações sociais.

Art. 16- É da competência da Assembleia Geral Extraordinária;

I - Deliberar sobre a dissolução voluntário da Associação e, neste caso, nomear os liquidantes e, após examinar, votar as suas contas;

II - Decidir sobre a mudança de objetivos e reforma do Estatuto Social;

III – Autorizar à Diretoria qualquer alienação ou gravame a bens imóveis.

Art. 17- É da competência da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, a destituição da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal.

Parágrafo Único – Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização, a Assembleia poderá designar diretores e conselheiros fiscais

provisórios, que exercerão suas atividades até a posse dos novos titulares, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 18- O quorum para instalação da Assembleia Geral será de 2/3 (dois terços) do número de Associadas, em primeira convocação e de qualquer número, em segunda convocação (30 minutos depois), não exigindo a lei quorum especial.

§1º - A Assembleia Geral será constituída por representantes de todas as Associadas em dia com as suas obrigações sociais até a data de sua realização.

§2º– As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos das Associadas presentes, excetuando-se os casos previstos no artigo 16, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços).

Art. 19 - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente, mas se ocorrem motivos graves ou urgentes, poderá ser convocada, em conjunto, pelos outros membros efetivos da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) das Associadas em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida.

Art. 20- A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de sete dias, mediante aviso enviado às Associadas e afixados nos lugares públicos mais frequentados.

Art. 21- A mesa da Assembleia será constituída pelos membros da Diretoria Executiva, ou, na sua falta ou impedimento, por membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Quando a Assembleia não tiver sido convocada pelo Presidente, a Mesa será constituída por representantes de três Associadas escolhidos na ocasião.

Art. 22- As decisões da assembleia serão tomadas em escrutínio ou por aclamação, a critério da Assembleia.

§1º Terão direito a voto e ser votada, toda a Associada presente e em dia com suas obrigações, por meio de seus representantes, indicados formalmente conforme regulamento.

§2º Para ser votado o prazo máximo de regularização será de 10 dias antes da realização da Assembleia Geral.

Art. 23- O que ocorrer nas reuniões de Assembleia deverá constar de ata, lida e assinada pelos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal presente, por uma comissão de três Associadas designados pela Assembleia e por quantos o queiram fazer.

Art. 24 - A Administração e prestação de contas da Orgânicos Sul de Minas serão exercidas pela Diretoria Executiva, auxiliada no que compete pelo Departamento de Certificação.

Art. 25- A fiscalização da Orgânicos Sul de Minas será exercida pelo Conselho Fiscal, observando no mínimo:

a. os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;

b. a publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto aos órgão públicos competentes, colocando-os à disposição para o exame de qualquer Associada;

c. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação de recursos objeto de Termos de Parceria;

d. a prestação de contas, de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, será feita de acordo com a legislação pertinente.

Art. 26- A Diretoria Executiva será constituída por 5 (cinco) membros, eleitos para o mandato de 2 (dois) anos, facultando-os a reeleição. Os membros serão assim organizados:

Um Presidente

Um Vice-Presidente

Um Secretário

Um Tesoureiro

Um para o cargo de Suplente.

Art. 27 – Da Vacância:

Fica estabelecido a forma de preenchimento de cargos em vacância da seguinte forma:

I – O Suplente substituirá o Secretário ou o Tesoureiro no caso da vacância de algum deles sempre que convocado pelo Presidente.

II – Em caso de vacância do cargo de Presidente e VicePresidente assume a presidência da Associação o presidente do Conselho Fiscal até a convocação de uma nova eleição num prazo máximo de 90 (noventa) dias.

III – Em caso de vacância dos cargos de Secretário, Tesoureiro e Suplente ao mesmo tempo, deverá ser convocada uma reunião extraordinária da Assembleia Geral para a escolha destes cargos.

Art. 28- Compete à Diretoria Executiva:

a. Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação;

- b. Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento;
- c. Propor à Assembleia Geral o valor da contribuição anual das Associadas e fixar o planejamento e orçamento para as despesas operacionais e outras;
- d. Contrair obrigações, transigir, adquirir alienar ou onerar bens e moveis, ceder direitos e constituir mandatários:
- e. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral:
- f. Deliberar sobre admissão de Associadas;
- g. Deliberar sobre a demissão, eliminação ou exclusão de Associada após aprovação em Assembleia;
- h. Indicar as agências bancárias nas quais devem ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;
- i. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembleia Geral;
- j. Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- k. Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- l. Elaborar seu regimento interno.

Art. 29- A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, por qualquer outro de seus membros ou por solicitação do Conselho Fiscal.

§1º A Diretoria Executiva considerar-se-á reunida com a participação de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto, sendo necessária à presença de no mínimo 3 (três) integrantes.

§2º Será lavrada ata de todas as reuniões, na qual serão registrados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Art. 30- Compete ao Presidente:

- a. Supervisionar as atividades da Orgânicos Sul de Minas por meio de contatos assíduos com os membros da Diretoria Executiva;
- b. Emitir cheques e administrar as contas bancárias e numerárias conjuntamente com o Tesoureiro em exercício no cargo;
- c. Celebrar contratos e convênios, assinando-os sempre em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva;
- d. Apresentar à Assembleia Geral os relatórios e os balanços anuais, assim como o parecer do Conselho Fiscal;
- e. Representar a Associação em juízo e fora dele;
- f. Ter voto de desempate nas deliberações da Diretoria Executiva;

g. Outras atribuições que venham a ser estabelecida desde que de acordo com os objetivos da Orgânicos Sul de Minas.

Art. 31- Compete ao VicePresidente: Substituir o Presidente somente quando do seu impedimento, que deverá ser formalizado expressamente, preferencialmente por escrito, ou verbalmente na presença de 2 (duas) testemunhas.

Art. 32- Compete ao Secretário:

- a. Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos;
- b. Executar atribuições que venham a ser estabelecidas;
- c. Comunicar com antecedência mínima de 48 horas, eventuais impedimentos para atuação no cargo, para que possa ser substituído pelo Suplente, nos termos do Estatuto Social.

Art. 33 – Compete ao Tesoureiro:

- a. Administrar a arrecadação das receitas e depósitos do numerário disponível nas agencias bancárias.
- b. Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- c. Proceder aos pagamentos autorizados pelo Presidente;

- d. Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias, e outras dívidas ou responsabilidades da Orgânicos Sul de Minas;
- e. Zelar para que a contabilidade da Associação seja mantida em ordem e em dia;
- f. Verificar e visar os documentos de receitas e despesas;
- g. Outras atribuições que venham a ser estabelecidas pela Diretoria Executiva;
- h. Comunicar com antecedência mínima de 48 horas, eventuais impedimentos para atuação no cargo, para que possa ser substituído pelo Suplente, nos termos do Estatuto Social.

Art. 34 – Compete ao Suplente:

- a. Substituir o Secretário ou o Tesoureiro, diante de eventualidades ou por convocação do Presidente.
- b. Outras atribuições que venham a ser estabelecidas.

Art. 35- O Regimento interno da Orgânicos Sul de Minas, será constituído por normas estabelecidas pela Diretoria e aprovadas em Assembleia.

Art. 36- O Conselho Fiscal da Orgânicos Sul de Minas será constituído por 3 (tres) membros efetivos, e 1 (um) suplente

eleitos para um mandato de dois anos, coincidente com o da Diretoria Executiva, sendo permitida a reeleição de 2/3 de seus componentes.

Art. 37- Compete ao Conselho Fiscal:

- a. Examinar assiduamente a escrituração e o estado financeiro da Associação;
- b. Verificar se os atos da Diretoria estão em harmonia com a lei, com o Estatuto Social e se não são contrárias aos interesses das Associadas;
- c. Convocar a Assembleia Geral quando ocorrerem motivos graves ou urgentes;
- d. Dar parecer, por escrito, sobre relatórios anuais apresentados pela Diretoria Executiva.

Art. 38- O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente todo ano, 30 (trinta) trinta dias após o encerramento do exercício fiscal ou mediante solicitação da Diretoria Executiva quando existirem razões que a justifiquem.

§1º O Conselho Fiscal considerar-se-á reunido com a participação de todos os seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto;

§2º Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio no qual serão registrados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Art. 39- Do Departamento de Certificação:

§1º O Departamento de Certificação da Orgânicos Sul de Minas funcionará como um Organismo de Avaliação da Conformidade da Produção Orgânica, regendo-se pelo presente Estatuto, seu Regimento Interno e Manual de Procedimentos, devendo ingressar no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica nos termos da Legislação Federal relativa a produção orgânica e demais disposições legais aplicáveis.

§2º O Departamento de Certificação da Orgânicos Sul de Minas será composto pelos representantes indicados pelos grupos, das Associadas Fornecedoras, solicitantes da Avaliação da Conformidade Orgânica e por Associados Colaboradores.

§3º O processo de indicação que se refere o parágrafo anterior será regulamentado pelo regimento interno e manual de procedimentos do Departamento de Certificação da Orgânicos Sul de Minas.

§4º Somente serão aceitas solicitações de avaliação da conformidade voluntárias e que sigam o disposto no regimento interno e manual de procedimentos do Departamento de Certificação da Orgânicos Sul de Minas.

§5º Compete ao Departamento de Certificação da Orgânicos Sul de Minas:

- a. Promover, Avaliar e Certificar a Conformidade dos Sistemas Orgânicos de Produção dos Associados solicitantes;
- b. Emitir documentos relativos ao funcionamento dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica dos Associados solicitantes;
- c. Organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade;
- d. Apontar as não-conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos associados solicitantes;
- e. Se responsabilizar solidariamente pela avaliação da conformidade da produção orgânica de seus Associados Solicitantes em relação as normas técnicas de produção Orgânica estabelecidas pela legislação vigente.

§ 6º A Avaliação da Conformidade Orgânica a que se refere o parágrafo anterior, abrange produtos, processos e serviços cujos escopos serão definidos pelo Regimento Interno do Departamento de Certificação da Orgânicos Sul de Minas;

Art. 40- Do Conselho de Recursos:

§1º O Conselho de Recursos tem por função e competência emitir pareceres sobre reclamações,apelações e disputas apresentadas à Orgânicos Sul de Minas por Associad(a)os ou por terceiros.

§2º O Conselho de Recursos, que se reunirá sempre que necessário, mediante convocação da Diretoria Executiva, é composto por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre as Associadas Fornecedoras e Associados Colaboradores, para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

§3º O Conselho de Recursos deliberará por maioria simples dos votos.

CAPITULO IV

Do Patrimônio

Art. 41- O Patrimônio da Orgânicos Sul de Minas será constituído:

- a. Pelos bens moveis, imóveis de sua propriedade exclusiva, pelos legados e doações, direitos e valores adquiridos;
- b. Pelos auxílios, contribuições, doações e subvenções provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras;
- c. Pelas receitas provenientes das prestações de serviços;
- d. Pelas receitas provenientes das campanhas, convênios, contratos, termos de parcerias e promoções de eventos que gerem alguma forma de remuneração;

e. Pelas receitas provenientes da industrialização, armazenamento, embalagem, transporte e apoio a comercialização da produção orgânica das Associações e de seus associados.

Parágrafo Único: Todos os recursos sob administração da Orgânicos Sul de Minas deverão ser aplicados inteiramente na realização de seus objetivos, sendo vedada qualquer distribuição entre seus sócios e/ou diretores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades serão aplicados integralmente na consecução de seus objetivos sociais, sendo proibida, a remessa de numerário para fora do país.

Capítulo V

Da Dissolução

Art. 42- A Orgânicos Sul de Minas será dissolvida por vontade manifestada em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o feito.

Art. 43- Em caso de dissolução, liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre as Associadas, sendo transferida preferencialmente a instituição congênere, legalmente constituída,

para ser aplicada nas mesmas finalidades da Associação dissolvida.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais

Art. 44- É vetada a remuneração dos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 45- A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando integralmente o "Superavit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas atividades sociais.

Art. 45 Este estatuto poderá ser reformado no todo ou em partes, mediante deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 46 Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, ouvidas as Entidades ou órgãos competentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 011 /2013

APOIO A PROJETOS DE EXTENSÃO EM INTERFACE COM A PESQUISA EM AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA

O Reitor do IFSULDEMINAS torna público o presente EDITAL para o apoio a propostas de projetos de Extensão em interface com a Pesquisa em Agroecologia e Agricultura Orgânica de acordo com as condições estabelecidas.

1. OBJETIVO

Apoiar projetos de extensão em interface com a pesquisa em Agroecologia e agricultura orgânica para o desenvolvimento de tecnologias alinhadas aos interesses do IFSULDEMINAS, das Associações de Produtores de Base Agroecológica e da sociedade como um todo, visando o fortalecimento de ações para a implementação do Centro de Referência em Agroecologia no Sul de Minas Gerais, relacionados às linhas temáticas e subtemas listadas no Anexo IV, nas formas e condições estabelecidas neste Edital.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.1.1 Apoiar propostas que se enquadrem nas linhas temáticas abaixo, cujos subtemas se encontram no Anexo IV;

1.1.2 Atender demandas oriundas das bases produtivas ligadas a Agroecologia e produção orgânica;

1.1.3 Induzir e fomentar atividades científicas, de desenvolvimento e produção ligadas a Agroecologia e produção orgânica.

2. NÚMERO DE PROPOSTAS E PRAZOS

2.1 O número de propostas a se contratar está condicionado ao limite dos recursos disponíveis.

2.2 O prazo de execução de cada proposta contratada é de 12 MESES, prorrogáveis por igual período.

2.3 Os recursos alocados, para financiamento do presente Edital, serão definidos na Programação Orçamentária e Financeira de 2013 do IFSULDEMINAS.

2.4 Não há valor limite para cada projeto apresentado.

3. REQUISITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

3.1. QUANTO AO PROPONENTE/ORIENTADOR

- a) [ser servidor do IFSULDEMINAS;](#)
- b) estar cadastrado na Plataforma Lattes/CNPq;
- c) não ter nenhuma pendência com a FAPEMIG, o CNPq, ou outra agência de fomento ou com atividades de pesquisa do IFSULDEMINAS;
- d) incluir o nome do bolsista, caso solicite, nas publicações e nos trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram a participação efetiva do mesmo;
- e) é vedado ao orientador repassar a orientação de seu(s) bolsista(s) a outro servidor, salvo por autorização expressa mediante solicitação com 30 dias de antecedência.
- f) não encerrar o vínculo com o Instituto até o período de conclusão do projeto.
- g) é proibida a apresentação de projeto que já tenha sido beneficiado por outras fontes oficiais de fomento (ex. FAPEMIG), assim como o acúmulo de bolsas por orientados, para a finalidade objeto deste Edital.

h) fica impedido de participar como orientador, neste Edital, servidores em licenças ou afastamentos em conformidade a Lei 8.112/1990, Artigos 81 ao 92.

3.2. QUANTO AS BOLSAS

3.2.1 Poderão ser solicitadas nas seguintes modalidades:

TIPO	VALOR EM REAIS (R\$)	DURAÇÃO	REQUISITO
BIC Jr.	100,00	Até 12 meses	Estudante regular + 6 horas/semana
IC	400,00	Até 12 meses	Estudante regular + 12 horas/semana

3.2.2 QUANTO AOS BOLSISTAS

- a) ter disponibilidade para desenvolver as atividades do plano de trabalho proposto em regime de dedicação descrita no item 3.2.1, sob orientação do Professor Orientador;
- b) cumprir integralmente as atividades previstas no Plano de Trabalho vinculado ao projeto;
- c) apresentar, ao término do período de duração da bolsa e caso seja pertinente os resultados alcançados no desenvolvimento do plano de trabalho por meio de Relatórios Técnicos e sob a forma de painéis/pôsteres e exposições orais, por ocasião da Jornada de Iniciação Científica do IFSULDEMINAS;
- d) elaborar e entregar relatório técnico-científico das atividades desenvolvidas, no período de vigência da bolsa, sempre que solicitado ou em caso de cancelamento da bolsa;
- e) fazer referência à condição de bolsista do IFSULDEMINAS, nas publicações e trabalhos apresentados;
- f) evoluir ao IFSULDEMINAS, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos acima não sejam cumpridos.

4. REQUISITOS DO PROJETO

- a) estar alinhado aos objetivos do edital;

- b) apresentar viabilidade técnica e econômica;
- c) deve, necessariamente, ter características de extensão em interface com a pesquisa e não deve ter caráter de estágio ou simples coleta de dados;
- d) conter no máximo 15 e mínimo de 10 páginas, com respectivo cronograma, conforme modelo apresentado no Anexo I;
- e) conter o plano de trabalho detalhado e individualizado do(s) bolsista(s) (ANEXO II);
- f) apresentar planilha orçamentária dividindo as solicitações em custeio, capital e bolsas;
- g) ter mérito de acordo com as linhas temáticas e prioridades estabelecidas no levantamento de demandas junto a base produtiva do Sul de Minas Gerais (ANEXO IV).

5. INSCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

5.1. QUANTO À INSCRIÇÃO:

a) Inscrição: realizar o cadastro do projeto no GPPEX (disponível a partir do dia 08 de abril no link <http://www.ifsuldeminas.edu.br/~sistemas/gppex/>), e anexar:

a.a) Projeto conforme Anexo I;

a.b) Plano de trabalho do(s) bolsista(s) conforme Anexo II;

a.c) Termo de anuência da Associação, Grupo Organizado e/ou, parceiro externo do projeto (Anexo V).

b) Data: de 08 a 19 de abril de 2013.

c) Número de Projetos: será admitido até 2 projetos por orientador.

g) Resultado da Seleção: até 6 de maio de 2013.

h) Pedidos de Reconsideração: até 7 de maio de 2013.

i) Resultado de Pedidos de Reconsideração: 10 de maio de 2013.

j) Vigência das Bolsas: 06/2013 a 05/2014.

6. DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

As propostas serão analisadas em três etapas.

6.1 Enquadramento: as propostas submetidas no GPPEX serão analisadas pelo corpo técnico do IFSULDEMINAS para verificar se atendem aos termos do presente Edital e as descrições do DECRETO Nº 7.794/PR, DE 20 DE AGOSTO DE 2012;

6.2 Mérito: cada proposta enquadrada será analisada por uma Comissão Especial de Julgamento quanto ao potencial de extensão, mérito técnico, científico, relevância, estruturação e adequação metodológica, orçamento e qualificação da equipe, sendo classificada por ordem de prioridade. As propostas que obtiverem pelo menos 70% (setenta por cento) da pontuação máxima serão classificadas;

6.3 Homologação: as propostas recomendadas e classificadas na etapa anterior serão homologadas pela Comissão designada para tal fim.

6.4 Os critérios de julgamento das propostas apresentadas para obtenção de apoio são:

- a) consonância com as linhas temáticas definidas no levantamento de demandas junto às associações (Anexo IV);
- b) vinculação com Associação ou Grupo Organizado de produtores de base agroecológica;
- c) mérito da proposta;
- d) consistência do projeto;
- e) viabilidade de execução da proposta;
- f) justificativa fundamentada para o apoio solicitado;
- g) adequação da equipe, dos aparelhos, equipamentos e espaço físico disponível para o funcionamento e operacionalização efetiva da proposta;
- h) adequação do orçamento proposto aos objetivos do projeto;
- i) cronograma físico-financeiro e indicadores de progresso no projeto.

6.5 Os Critérios classificatórios estão estabelecidos no Anexo III do presente edital.

7. QUANTO À SUBSTITUIÇÃO DE BOLSISTAS

7.1 O orientador poderá proceder a substituição do bolsista nos casos em que este deixar de cumprir as obrigações dispostas em neste edital. Neste caso, o orientador deve encaminhar à PROEX um ofício contendo:

- a) justificativa do pedido de substituição;
- b) entregar o relatório das atividades parciais realizadas pelo aluno a ser substituído, com capa modelo “Relatório Parcial”.
- c) nova documentação do bolsista substituto ou documento de disponibilização da bolsa.

7.2 A partir do pedido, a PROEX, aceitará a indicação de novo bolsista ou indicará outro para o projeto.

7.3 Neste caso deverá ser respeitado o prazo legal para tal substituição, o bolsista que substituir não poderá receber a bolsa por período inferior a 4 meses.

8. QUANTO AOS RELATÓRIOS:

8.1 O coordenador é obrigado a apresentar DOIS RELATÓRIOS sobre o projeto: O primeiro após os 06 (seis) primeiros meses de execução, SOMENTE EM FORMATO DIGITAL, e o segundo até um mês após término do mesmo, em FORMATO DIGITAL E IMPRESSO, sob pena de ter que devolver ao IFSULDEMINAS os recursos destinados ao projeto.

8.2 O **Relatório Parcial** deverá OBRIGATORIAMENTE ser anexado no GPPEX, no formato .doc (word), .odt (BrOffice) ou .pdf (Acrobat) contendo as atividades desenvolvidas até o momento.

8.3 O **Relatório Final** deverá OBRIGATORIAMENTE ser entregue VIA GPPEX em formato.doc (word), .odt (BrOffice) ou .pdf (Acrobat).

9. QUANTO AO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO BOLSISTA

O controle de frequência e do desempenho do bolsista é de TOTAL RESPONSABILIDADE DO ORIENTADOR. Qualquer problema em relação à frequência ou ao seu desempenho deve ser imediatamente comunicado à Comissão do IFSULDEMINAS do presente edital, para que sejam tomadas as providências necessárias, como a suspensão do pagamento referente ao mês, exclusão do bolsista, eventual substituição e devolução de recursos à União.

10. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E DE EQUIPAMENTOS

10.1 Os direitos relativos à propriedade intelectual, porventura resultantes da proposta desenvolvida, no âmbito deste Edital, serão objeto de proteção, nos termos da legislação específica sobre a propriedade intelectual – Lei no 9279/96 (Lei de Propriedade Industrial), Lei no 9609/98 (Lei de Programas de Computador), Lei no 9610/98 (Lei de Direitos Autorais) e Decreto no 2553/98 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação para inventores de instituições públicas), tendo como titular o IFSULDEMINAS, respeitados os direitos do Autor/Inventor e as proporções dos recursos alocados pelas instituições envolvidas em cada produto. A divisão da propriedade intelectual sobre os resultados do projeto será rateada entre os participantes que aportarem recursos, na proporção de seus investimentos.

10.2 A alocação dos benefícios pecuniários advindos de resultados econômicos auferidos em eventual exploração comercial da tecnologia, inclusive na hipótese de Contratos de Licença de Exploração e Cessão para terceiros, serão definidas nos Contratos de Transferência de Tecnologia, quando for o caso.

10.3 Não serão devidas remunerações entre o IFSULDEMINAS e o proponente, decorrentes da utilização, por um dos titulares e em suas próprias atividades, dos protótipos, das metodologias, do sistema computacional, dos critérios e demais produtos que poderão advir do projeto.

10.4 Os equipamentos adquiridos com os recursos provenientes do financiamento deste Edital serão de propriedade do IFSULDEMINAS.

10.5 Ao final do projeto, os protótipos, as metodologias, o sistema computacional, os critérios e demais produtos desenvolvidos no âmbito do mesmo, utilizando os equipamentos, materiais e *software* disponibilizados, serão de propriedade do IFSULDEMINAS, respeitado o disposto nos itens 10.1 e 10.2.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Não será concedida suplementação de recursos para fazer frente a despesas adicionais, ficando entendido que qualquer acréscimo de gastos será de responsabilidade exclusiva do coordenador do projeto.

11.2 A ausência de quaisquer documentos e informações exigidas neste Edital, bem como o preenchimento incorreto do formulário e seus anexos, implicará na desqualificação da proposta.

11.3 Outras informações poderão ser obtidas na PROEX, pelo telefone (35) 3449-6186 ou no e-mail proex@ifsuldeminas.edu.br.

11.4 O presente Edital poderá ser revogado ou anulado a qualquer tempo, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral de um dos partícipes ou em comum acordo entre eles, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza por parte dos responsáveis pela submissão de propostas.

11.5 Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com a coordenação do edital deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica proex@ifsuldeminas.edu.br.

11.6 Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada por seu coordenador ao IFSULDEMINAS, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

11.7 Ao final da vigência, o proponente deverá apresentar o relatório técnico final do projeto, com avaliação do desempenho dos bolsistas e a prestação de contas financeira, em conformidade com o que estiver estabelecido no TERMO DE ACEITAÇÃO e demais normas institucionais.

11.8 Durante a execução, o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases.

11.9 O IFSULDEMINAS reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

11.10 Os casos omissos serão analisados pela PROEX e PPPI.

Prof. Sérgio Pedini
Reitor
IFSULDEMINAS

ANEXO I – Edital 011/2013 – MODELO DE PROJETO DE PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS**

(TÍTULO DO PROJETO)

Linha Temática e Subtemas

< Grande área, área e subárea de conhecimento >

<Data>
<Local>

INFORMAÇÕES GERAIS

Título do projeto:
Protocolo NIPE:

Orientador:

Telefone:

E-mail:

Endereço no Lattes:

Aluno de Iniciação:

Telefone:

E-mail:

Endereço no Lattes:

Associação/grupo parceiro do projeto:

Município:

Telefone:

E-mail:

Representante:

Membros:

Nome	Titulação máxima	Instituição pertencente	Função

Local de Execução:

Período de Execução:

Início:

Término:

(nome)

orientador do projeto

(nome)

aluno bolsista

1. ANTECEDENTES, JUSTIFICATIVA e ALINHAMENTO COM ÁREA TEMÁTICA

POR QUE ESTE PROJETO É IMPORTANTE? POR QUE FAZER? PARA QUE FAZER? QUAIS AS QUESTÕES A SEREM RESOLVIDAS?

Demonstrar a relevância do estudo em questão. Que contribuições a pesquisa trará para a compreensão, a intervenção ou a solução do problema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O QUE JÁ FOI ESCRITO SOBRE O TEMA?

É o embasamento teórico da sua pesquisa, o que vai fundamentá-lo. Organizar um capítulo em que você vai descrever o que já foi feito na área específica da pesquisa.

3. OBJETIVOS

O QUE SE PRETENDE DESENVOLVER?

Deve esclarecer o que se pretende atingir com a realização do trabalho de pesquisa, com a implementação do projeto. Deve ser explicitado por verbos no infinitivo: determinar, estabelecer, estudar, analisar, comparar, introduzir, elucidar, explicar, contrastar, discutir, demonstrar, etc.)

3.1. **Objetivo Geral:** Corresponde à finalidade maior que a pesquisa quer atingir. Deve expressar o que se quer alcançar ao final do projeto.

3.2. **Objetivos Específicos:** Corresponde às ações que se propõem a executar dentro de um determinado período de tempo. Apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, indicando o caminho para se atingir o objetivo geral.

4. METODOLOGIA

COMO O TRABALHO SERÁ REALIZADO?

Explicar detalhadamente como o trabalho será desenvolvido, etapa por etapa, e quem participará de sua pesquisa. Explicação sobre os procedimentos técnicos, as técnicas que serão utilizadas e como os dados serão tabulados e analisados.

5. CRONOGRAMA

QUANDO CADA ETAPA DO PROJETO SERÁ DESENVOLVIDA?

Descrição das etapas da pesquisa, relacionadas ao tempo utilizado para a realização de cada uma.

ATIVIDADES	Meses					
	out	Nov	dez	jan	fev	mar
Atividade 01	X					
Atividade 02	X					
Atividade 03		X	X			

6. ORÇAMENTO FINANCEIRO

QUANTO DE RECURSO SERÁ INVESTIDO NESTE PROJETO?

Explicite quais recursos materiais e financeiros estão disponíveis ou serão necessários para a realização do trabalho.

Citar a fonte financiadora caso não sejam utilizados recursos do IFSULDEMINAS. Os solicitantes devem atentar para solicitar os materiais de consumo disponíveis no Campus.

Item	Descrição detalhada	Qtide/uni dade	Valor unitário (R\$)	Valor total	Rubrica
Materiais de consumo					
1					
2					
...					
Total de material de consumo (R\$)					
Material permanente					
1					
2					
...					
Total de material permanente (R\$)					
Valor total requisitado no projeto (R\$)					

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Item obrigatório. É o que dará validade aos conceitos, teorias utilizadas. Citar qualquer fonte utilizada no desenvolvimento do trabalho de acordo com as normas da ABNT

_____, (dia) de Março de 2013

ANEXO II – Edital 011/2013 PLANO DE TRABALHO PARA O ALUNO BOLSISTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS**

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PIBIC – IFSULDEMINAS

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA AO QUAL O PLANO DE TRABALHO ESTARÁ	
Palavras chaves	
Área de conhecimento (CNPq) (nome)	
DADOS DO COORDENADOR DO PROJETO	
Coordenador do projeto	SIAPE
CPF	
E-mail	
Telefone (fixo e celular)	
DADOS DO BOLSISTA	
Nome	
CPF	
E-mail	
Telefone (fixo e celular)	
PLANO DE TRABALHO – SÍNTESE DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO	
Descrição das atividades	Mês

Duração das atividades do bolsista	Início junho/2013 Término maio/2014

Os abaixo-assinados declaram que o presente Plano de Trabalho foi estabelecido de comum acordo, assumindo as tarefas e responsabilidades que lhes caberão durante o período de realização do mesmo.

Assinaturas: _____

Coordenador do Projeto

Bolsista

ANEXO III – Edital 011/2013 – CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DO PROJETO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS**

A – Eliminatório

Não atender ao EDITAL.

Não ser demanda proveniente da base produtiva.

B – Classificatório:

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROJETO

Título:

O projeto deve, necessariamente, ter características de extensão com interface na pesquisa, atendendo o objetivo deste Edital.

O projeto será avaliado por consultores *ad hoc* das áreas de conhecimento dos câmpus.

A pontuação será dada pela média das avaliações de no mínimo dois consultores.

Cada consultor irá avaliar cada item do projeto que somados resultarão na pontuação total. Cada item poderá receber a pontuação seguinte:

ITENS DO PROJETO	DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS	Avaliação Ad hoc
Antecedentes e Justificativas fundamentadas	10	
Formação de Equipe Multidisciplinar	5	
Mérito e relevância do projeto	30	
Originalidade	10	
Verticalidade de níveis educacionais	10	

Envolvimento de parceiros externos	5	
Referencial Teórico	5	
Material e Métodos	10	
Cronograma físico-financeiro e adequação do orçamento aos objetivos do projeto	5	
Indicadores de progresso do projeto	5	
Referências Bibliográficas	5	
Total	100	

ANEXO IV – Edital 011/2013 – LINHAS TEMÁTICAS E SUBTEMAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

Demandas para o Sul de Minas diagnosticadas junto aos representantes de Associações de produtores Orgânicos

1- COMERCIALIZAÇÃO:

- consultoria em mercado / logística / marketing;
- comercialização conjunta;
- comercio justo; C.S.A. (Community Supported Agriculture); esclarecimentos de políticas públicas;
- agregação de valor aos produtos orgânicos;
- apoiar as ações da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas na viabilização de novas oportunidades de mercado, mercados institucionais – PAA, PNAE.

2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- apoio técnico para transição;
- verticalização da produção, cadeia produtiva;
- apoio técnico para elaboração de projetos;
- consultorias a projetos e/ou grupos de agricultores;
- apoio a adequação ao código florestal;
- apoio na constituição e consolidação de Sistemas Participativos de Certificação por Garantia – SPG no sul de Minas Gerais.

3. CAPACITAÇÃO TÉCNICA:

- interação entre grupos/troca de experiências;
- formação de Equipe de consultores internos (agricultores) para orgânico;
- qualificação para técnicos e agricultores (Certificação participativa, alfabetização ecológica, preparo de insumos, associativismo, comercialização).

4. INSUMOS:

- preservação de material genético/desenvolvimento de banco de sementes;
- pesquisas para a produção de sementes e mudas em sistemas agroecológicos;
- projetos de regionalizados de melhoramento de sementes orgânicas;
- produção de insumos agroecológicos (caldas, biofertilizantes, composto orgânicos, uso de pó de rocha).

5. ASSOCIATIVISMO:

- criar/fortalecer os grupos e a rede de organizações de produtores orgânicos do sul de Minas Gerais.

6. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO:

- projeto de conservadores/ materiais para produtos orgânicos processados;
- buscar certificação orgânica das unidades processadoras do IFSULDEMINAS (ex. torrefação de café/processamento de leite e/ou frutas).

7. BOVINOCULTURA DE LEITE:

- estruturação e pesquisa aplicada de 3 unidades demonstrativas de leite agroecológico em assentamentos do sul de Minas Gerais.

8. ANIMAIS SILVESTRES:

- preservação de polinizadores: abelhas nativas
- ataque de animais exóticos e silvestres: projeto de levantamento da fauna e plano de controle.

9. BANANICULTURA:

- realização de estudos em sistema de banana de encosta da Mantiqueira – bananicultura de Montanha;
- qualidade da Banana do Alto Sapucaí.

10. DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS:

- projeto de tecnologias acessíveis para agricultores familiares (equipamentos, plantadoras, softwares, etc.);

ANEXO V – Edital 011/2013 – TERMO DE ANUÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO/GRUPO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS**

TERMO DE ANUÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO/GRUPO

A

_____ (associação/grupo), representada pelo (a) senhor(a) _____, RG. _____ e CPF. _____, nacionalidade _____, residente e domiciliado na _____, BAIRRO _____, Cidade: _____, Estado _____, na condição de COLABORADOR(a) do Projeto “ _____ ”

Coordenado pelo servidor (a) _____ do IFSULDEMINAS – Câmpus _____ e submetido ao Edital 011/2013, declara a sua ANUÊNCIA para a participação e realização do

projeto. Assim por ser verdade assina o presente para os devidos fins de direito.

_____, ____ de _____ de 2013

<nome>
<cargo>
<Associação/Grupo>